

**UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

MESTRADO EM BIOÉTICA

ANTONIO HOMERO ROCHA DE TOLEDO

O ENSINO DA BIOÉTICA NA FORMAÇÃO MÉDICA

POUSO ALEGRE - MG

2019

ANTONIO HOMERO ROCHA DE TOLEDO

O ENSINO DA BIOÉTICA NA FORMAÇÃO MÉDICA

Dissertação apresentada para o programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade do Vale do Sapucaí, para obtenção do título de Mestre em Bioética.

Linha de Pesquisa: Bioética, os ciclos da vida e saúde.

Orientadora: Profa. Dra. Camila Claudiano Quina Pereira

POUSO ALEGRE - MG

2019

Toledo, Antônio Homero Rocha de.

O ensino da Bioética na formação médica / Antônio Homero Rocha de Toledo. – Pouso Alegre: Univás, 2019.
114f.

Dissertação (Mestrado em Bioética) – Universidade do Vale do Sapucaí, 2019.

Orientadora: Profa. Dra. Camila Claudiano Quina Pereira

1. Bioética. 2. Medicina. 3. Formação acadêmica. I. Título.

CDD – 174.2

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a dissertação intitulada "O ENSINO DA BIOÉTICA NA FORMAÇÃO MÉDICA" foi defendida, em 28 de fevereiro de 2019, por ANTÔNIO HOMERO ROCHA DE TOLEDO, aluno regularmente matriculado no Mestrado em Bioética, sob o Registro Acadêmico nº 61000036, e aprovada pela Banca Examinadora composta por:



Prof. Dra. Camila Claudiano Quina Pereira
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Orientadora



Prof. Dr. Manoel Araújo Teixeira
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinador



Prof. Dr. Thiago Ribeiro de Freitas
Centro de Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação - FAI
Examinador

DOCUMENTO VÁLIDO SOMENTE SE NO ORIGINAL

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PROPPES

Av. Prof. Tuany Toledo, 470 – Fátima I – Pouso Alegre/MG – CEP: 37554-210 – Fones: (35) 3449-9231 e 3449-9248

AGRADECIMENTO

À minha família pelo afeto e pela cumplicidade.

À Prof. Dra. Camila Claudiano Quina Pereira pelo incentivo e pela generosidade em dividir seus conhecimentos.

Aos amigos fiéis pela oportunidade de conviver.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi refletir sobre o ensino da Bioética na formação médica e compreender como a disciplina vem sendo ofertada nos cursos de Medicina de Minas Gerais. A inspiração para tal projeto veio da experiência do pesquisador ao lecionar a disciplina de Bioética no curso de Medicina na Universidade do Vale do Sapucaí, no Sul de Minas Gerais. Esforçamo-nos em traçar alguns paralelos entre a Bioética e os cursos de Medicina do estado de Minas Gerais. Para tanto, foi necessário historicizar o ensino superior no Brasil e em Minas Gerais, elaborar um levantamento desses cursos além de examinar suas matrizes curriculares em busca da presença de disciplinas de bioética. A pesquisa foi basicamente teórica e virtual, uma vez que foi informado por autores de importância no campo e por dados fornecidos por sites de Internet que a análise se produziu. Como resultados, percebemos que são ainda muito poucos os cursos de medicina mineiros que ofertam a disciplina de bioética, apesar de que vários deles têm disciplinas que remetem a conteúdos humanistas, não exclusivamente tecnocratas.

Palavras-chave: Bioética – Ensino – Medicina – Minas Gerais

ABSTRACT

The objective of this research is to reflect on the teaching of Bioethics in medical education and to understand how the discipline has been offered in the medical courses of Minas Gerais. The inspiration for this project came from the researcher's experience in teaching the discipline of Bioethics in the Medicine course at the Universidade do Vale do Sapucaí, in the south of Minas Gerais. We strive to draw some parallels between Bioethics and medical courses in the state of Minas Gerais. In order to do so, it was necessary to historicize higher education in Brazil and Minas Gerais, to elaborate a survey of these courses besides examining their curricular matrices in search of the presence of disciplines of bioethics. The research was basically theoretical and virtual since it was informed by authors of importance in the field and by data provided by Internet sites that the analysis took place. As results, we realize that there are still very few ministries medical courses that offer the discipline of bioethics, although several of them have disciplines that refer to humanistic contents, not exclusively technocrats.

Keywords: Bioethics - Teaching - Medicine - Minas Gerais

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	8
1	BIOÉTICA: CONSTITUIÇÃO DO CAMPO	11
1.1	Arqueologia da Bioética	11
2	FACULDADES DE MEDICINA DE MINAS GERAIS: UM BREVE HISTÓRICO	20
2.1	A formação do ensino superior no Brasil	20
2.1	O ensino de Medicina no Brasil	24
2.2	O ensino de Medicina em Minas Gerais	27
3	REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE BIOÉTICA	35
3.1	A Bioética no Brasil	35
3.2	Bioética nos cursos de Medicina	38
4	SOBRE O ENSINO DE BIOÉTICA NAS FACULDADES DE MEDICINA DE MINAS GERAIS	39
4.1	O ensino de Bioética nas faculdades mineiras de Medicina	40
5	CONCLUSÃO	45
	REFERÊNCIAS	47
	ANEXOS.....	50

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve por objetivo central refletir sobre o ensino da Bioética na formação médica. E como objetivos específicos pretendeu verificar se as instituições de ensino de Minas Gerais oferecem o conteúdo da Bioética organizado em uma disciplina específica; analisar qual momento do curso é ofertada a disciplina e qual a carga horária para, com isso, argumentar sobre a relevância de se criar um eixo integrador que promova discussões bioéticas no decorrer da formação médica.

A inspiração para esta pesquisa surgiu da experiência do pesquisador ao lecionar a disciplina de Bioética no curso de Medicina na Universidade do Vale do Sapucaí, no Sul de Minas Gerais.

Nesta prática, observou-se que inicialmente a disciplina concentrava os temas tradicionais, amparado pela Bioética Principlista, focando na prática clínica do profissional da Medicina.

No entanto, com o decorrer dos anos, percebeu-se uma abertura para outras questões que irão perpassar o atendimento, tais como as questões econômicas e sociais dos pacientes, e também, as relações institucionais, tal como o serviço público de saúde. Em relação aos acadêmicos de Medicina, percebeu-se que a disciplina de Bioética frequentemente é ofertada nos anos iniciais, fase esta que as disciplinas apresentam maior ênfase na parte teórica, em outras palavras, pouca prática que proporcione a relação médico – paciente. De forma empírica, os alunos ainda não depararam-se com questões bioéticas que irão emergir na prática profissional, casos estes que poderiam servir para o debate acerca da Bioética.

Acrescenta-se ainda, a abertura para temas que nas décadas anteriores não eram foco de interesse, mas que agora ganham reconhecimento tanto na lida com o paciente, quanto na convivência do corpo discente nas universidades, tais como as temáticas relacionadas aos direitos humanos, a diversidade, questões de gênero, desigualdades, orientação sexual e, também, os temas voltados para as relações étnico-raciais.

Logo, na experiência profissional do pesquisador, é possível reconhecer que a Bioética não se restringe aos temas biomédicos, mas que é necessário incorporar outras questões políticas, sociais e institucionais no debate relacionado à promoção da Saúde, em todas as esferas. Portanto, a Bioética pode ser o gatilho para provocar tais discussões, que não se restringe aos anos iniciais da formação médica.

A Bioética pretende discutir controvérsias e conflitos morais presentes nas

práticas relacionadas às Ciências da Vida e da Saúde. Conhecida também como ética aplicada, parte de algum sistema de valores (ética), volta-se para resolver conflitos éticos concretos (SCHRAMM, 2002).

Schramm, (2002, p.24) relata que a Bioética tem uma tríplice função, reconhecida acadêmica e socialmente:

(1) descritiva, consistente em descrever e analisar os conflitos em pauta; (2) normativa com relação a tais conflitos, no duplo sentido de proscrever os comportamentos que podem ser considerados reprováveis e de prescrever aqueles considerados corretos; e (3) protetora, no sentido, bastante intuitivo, de amparar, na medida do possível, todos os envolvidos em alguma disputa de interesses e valores, priorizando, quando isso for necessário, os mais “fracos” (Mas a Bioética, como forma talvez especial da ética, é, antes, um ramo da Filosofia, podendo ser definida de diversos modos, de acordo com as tradições, os autores, os contextos e, talvez, os próprios objetos em exame).

Dentre as várias definições, de Bioética, destaca-se a proposta por Potter, em 1971: “Eu proponho o termo Bioética como forma de enfatizar os dois componentes mais importantes para se atingir uma nova sabedoria, que é tão desesperadamente necessária: conhecimento biológico e valores humanos” (POTTER, 1971, s/p).

No que se refere à Bioética na educação superior, Santiago (2002) esclarece que as instituições devem formar os estudantes para que se convertam em cidadãos bem informados e profundamente motivados, providos de um sentido crítico e capazes de analisar os problemas, buscar soluções para os que se apresentam à sociedade, aplicar e assumir responsabilidades sociais.

O ensino médico no Brasil passa por grandes conflitos devido a uma combinação de fatores: abertura indiscriminada de escolas médicas para atender conchavos políticos e fins econômicos, currículos desatualizados, turmas com grande número de alunos, docentes despreparados e sem dedicação exclusiva, ausência de hospital-escola próprio ou convênio com hospitais que não são adequados para o ensino, predomínio da técnica e da especialização sobre a humanização do cuidado e da relação com o paciente.

Pensando sobre a Bioética, que é vista como um estudo sistemático do comportamento humano em relação às questões sobre a vida, as ciências e da saúde, se

mostra como uma grande possibilidade de inovação curricular (novos modelos e métodos) para preparar o profissional nas deliberações profissionais, promover a responsabilidade social e a cidadania, competências requeridas na formação, não somente de um médico, e que ultrapassam o contido de outros ensinamentos (OLIVEIRA, 2010)

A Bioética está adotada nas diretrizes curriculares nacionais. Ao sistema formador cabe garantir que a Bioética se consolide na área acadêmica enquanto ciência propositiva imprescindível para se alcançar a necessária cautela ao conhecimento biológico, comparando aos valores do homem a ética da vida. É no diálogo com o outro homem que cada um é composto desconstruído e reconstruído, diariamente (OLIVEIRA, 2010).

Em termos metodológicos, a pesquisa se produziu por meio da leitura e fichamento de autores importantes para o campo, postos então em diálogo. A pesquisa entre as universidades mineiras foi feita a partir de levantamentos disponíveis em alguns sites da Internet. Uma vez coletados, foram analisados e apresentados por meio de tabelas e gráficos no corpo da dissertação.

No primeiro capítulo. Abordou-se a constituição da Bioética como um campo de investigação particular. No segundo, elaborou-se um breve histórico do ensino superior no Brasil, orientando em direção à implantação das escolas de Medicina no Brasil e, em particular, no estado de Minas Gerais. O terceiro capítulo abordou as peculiaridades do ensino de Bioética e, finalmente, no último capítulo, a pesquisa sobre as ementas dos cursos de Medicina.

Muito ainda pode, e deve, ser feito no sentido de investigar as relações entre o ensino de medicina e a Bioética no Brasil, até porque, a complexificação da realidade global experimentada nos últimos anos exigem desafios que estão longe de encontrar respostas de formas simples.

1 **BIOÉTICA: CONSTITUIÇÃO DO CAMPO**

Em termos históricos, a Bioética é um campo acadêmico recente. Além disso, a própria conceituação como “campo acadêmico” é motivo de discordância entre os seus praticantes, uma vez que se trata de uma plataforma de discussões atravessadas pelas contribuições e problematizações oriundas de diversos campos científicos. Não se deve estranhar, portanto, que as teses, dissertações e monografias escritas nos âmbito dos programas de pós-graduação quase sempre tragam seu próprio entendimento sobre a constituição desse campo para, dessa história, fazer usos particulares. Assim, neste capítulo, nosso objetivo é o de evidenciar a conformação da Bioética e também apresentar as temáticas com as quais ela tem se visto implicada.

1.1 **Arqueologia da Bioética**

Durante a segunda metade do século XX, o mundo passou a sofrer de forma mais intensa as consequências do tão almejado progresso. No que diz respeito ao planeta, nos vimos diante da possibilidade de um colapso ecológico global, momento em que foram identificadas as primeiras consequências das mudanças climáticas, dos efeitos devastadores do aumento populacional pós Segunda Guerra Mundial e da ambiciosa exploração maciça de recursos naturais não renováveis, encabeçada pelos países centrais, mas que afeta diretamente a vida dos países periféricos. Mas nada causava mais preocupação a Potter e aos cientistas do que as novas tecnologias atômicas, químicas e biológicas, que colocaram em mãos humanas e em alguns poucos países a possibilidade de destruição do próprio planeta.

A ocidentalização e a industrialização avançaram em escala planetária, a ciência alcançou um desenvolvimento vertiginoso, regimes fascistas, tanto de esquerda quanto de direita chegaram ao poder, suspendendo liberdades democráticas. Alguns momentos são particularmente paradigmáticos desse desregramento que acometeu a humanidade: O Holocausto, as bombas atômicas que destruíram Hiroshima e Nagasaki, a guerra do Vietnam o genocídio dos índios brasileiros que estavam no meio do projeto desenvolvimentista da ditadura militar.

Em 1930, na Alemanha, foi realizado um teste com a vacina BCG visando à prevenção da tuberculose. Cem crianças participaram do estudo sem o consentimento de seus responsáveis. Dessas, 75 morreram

durante o projeto. O fato ficou conhecido como “o desastre de Lübeck” e levou o ministro do Interior da Alemanha a estabelecer, em 1931, as Diretrizes para Novas Terapêuticas e Pesquisa em seres humanos. Infelizmente, este ato não foi suficiente para impedir as pesquisas abusivas que ocorreram no decorrer da Segunda Guerra Mundial (NEVES, 2015,s/n).

É preciso lembrar que foram sempre sobre as chamadas minorias sociológicas – mulheres, negros, pobres, judeus - que se produziram as consequências dos “avanços” da ciência, inclusive das pesquisas médicas.

Em 1932, quando se pretendia delinear a história natural da sífilis, que uma pesquisa científica, envolvendo médicos e biólogos, foi realizada na cidade de Tuskegee, nos EUA. O experimento consistia em acompanhar a evolução da doença entre os 399 negros que participaram da pesquisa e que não foram submetidos a penicilina, já disponível para tratar a sífilis. O acesso a esse medicamento também lhes foi negado. Apenas em 1972, diante das denúncias da imprensa, é que a pesquisa foi encerrada. “Durante esses quarenta anos, o estudo foi acompanhado e avaliado pelas autoridades sanitárias e gerou a publicação de diversos artigos científicos. Somente em 1997 o presidente Clinton pediu desculpas, em nome do governo, aos sobreviventes.” (NEVES, 2015).

Os desrespeitos aos direitos humanos chegaram a níveis extremos. A história desse período testemunhou a esterilização, a interdição para os casamentos entre pessoas de raças diferentes, o extermínio de vidas não consideradas importantes, deficientes, doentes incuráveis, além da promoção de doenças que se pretendia pesquisar nos internos de hospitais psiquiátricos, asilos e penitenciárias. “O Tribunal de Nuremberg (1945 – 1946) condenou os principais oficiais nazistas responsáveis pelos experimentos em seres humanos e deixou clara a necessidade de regularizar as pesquisas científicas, dando origem ao Código de Nuremberg” (NEVES, 2015).

Em 1927, o teólogo alemão Fritz Jahr utilizou pela primeira vez o termo Bioética em um artigo para a revista “Kosmos”. Embora não carregasse o mesmo sentido que essa palavra possui contemporaneamente, já estava no horizonte de preocupações de Jahr uma preocupação tanto com o meio ambiente, que se tornaria futuramente a bandeira de diversos movimentos ambientalistas e o respeito do homem às outras formas de vida que habitam esse planeta. Tratava-se, portanto, de sugerir aos homens de seu tempo algumas obrigações éticas, não somente em relação ao ser humano, mas também em relação a todos os seres vivos. Para usar sua expressão, deveria existir um *imperativo bioético* a mediar as relações dos seres humanos com o mundo físico e com os seres à sua volta.

Para usar sua própria definição, o *imperativo bioético* “respeita todo ser vivo essencialmente como um fim em si mesmo e trata-o, se possível, como tal” (JAHR, 1927).

Como bem lembram Deleuze e Guatarri, “As ideias sempre voltam a servir, porque sempre serviram, mas de modos atuais os mais diferentes” (1980, vol. 4, p. 14). O *imperativo bioético* continuava a fazer sentido na segunda metade do século XX, mas apenas em termos gerais. E é exatamente porque ainda faz sentido em termos gerais que as ideias de Fritz Jahr não podem ser jogadas fora junto com a água do banho. O cientista alemão Florian Steger atualizou os dados decorrentes de pesquisas recentes sobre o autor. De acordo com ele:

A terminologia “Bio-Ethik” (Bioética) foi delineada, no contexto do Imperativo Bioético, já em 1926, no periódico “Die Mittelschule”. Segundo pesquisas feitas até então, acreditava-se que o termo “Bio-Ethik” (Bioética) teria sido usado pela primeira vez em 1927, também no contexto da apresentação de uma exigência ética, na revista “Kosmos”.

Os interesses do Steger no *imperativo bioético* de por Fritz Jahr tinha a ver com seu engajamento social e político durante o período do nazismo na Alemanha que, passando por cima de qualquer conceito ético em relação à vida, promoveu um genocídio de judeus, homossexuais, ciganos e dissidentes políticos. Além do holocausto, não é segredo pra ninguém que diversos ramos da ciência voltados para as investigações genéticas a farmacêuticas saíram privilegiadas desse contexto, já que, na ausência de qualquer respeito à vida daqueles “outros”, eles foram recorrentemente utilizados em testes de laboratórios como ainda hoje se faz em animais das mais diversas espécies (HOSS, 2013).

As ideias de Fritz Jahr também foram relacionadas às Ciências Naturais e à Filosofia. Eve-Maria Engels, docente da Eberhard-Karls-Universität Tübingen chamou a atenção para a influência do pensamento de Charles Darwin, Nietzsche e Schopenhauer na obra de Jahr. Para ela, o *imperativo bioético* de Jahr pode ser entendido como uma extensão do *Imperativo Categórico* de Emanuel Kant¹ para todas as demais formas de vida.

¹*Imperativo categórico* é um conceito central da deontologia do filósofo alemão Emanuel Kant, aspecto da filosofia moral que trata dos deveres. Kant pretendia com isso elaborar mecanismo de avaliação das motivações para a ação humana em todos os momentos da vida.

Como se pode perceber, a Bioética, mesmo nas suas primeiras acepções, já escapa de rígidos campos disciplinares, pois trazia implícitas influências tanto das ciências naturais, como da filosofia e teologia. Engel (2004), afetada pelas ideias e convicções de Fritz Jahr, define a Bioética como uma espécie de reflexão ética a respeito de todos os seres vivos, suas relações cotidianas com o mundo vivido e com os contextos teóricos e práticos da ciência e da pesquisa.

A despeito do *imperativo bioético* de Fritz Jahr, foi somente com os escritos de um oncologista da Madison University (Wisconsin, EUA) chamado Van Rensselaer Potter (1911-2001) que a Bioética se constituiu num campo filosófico-científico, atravessado pelas preocupações de diferentes áreas do conhecimento e que passa a ser incorporada às preocupações político-acadêmicas.

Potter utilizou o termo Bioética pela primeira vez em 1970 em um artigo publicado em uma revista, porém foi com a publicação do livro “Bioethics – Bridge to the Future” (Bioética – Ponte para o Futuro) que tal expressão adentrou os ambientes acadêmicos e passou a fazer parte do jargão científico de pesquisadores tanto das ciências humanas quanto das ciências da saúde.

Potter propôs, inicialmente, o neologismo *bioethics* para se referir de forma geral a uma “ciência da sobrevivência”, de caráter ecológico. Etimologicamente, trata-se da articulação entre os termos gregos *bíos* e *ethos*. A partir dessa conjunção, Potter pretendia criticar as formas de produção da ciência na maneira como elas impactam o mundo e todos os seres que o habitam. Sua Bioética representa a possibilidade de ultrapassar os tradicionais saberes especializados “(...) para estabelecer uma ‘ponte’ entre o universo dos ‘fatos científicos’ (ou tecnocientíficos e biotecnocientíficos, como deveríamos dizer com mais propriedade hoje) e aquele dos ‘valores éticos’” (SCHRAMM, 2014, p.303).

Essa definição primeira foi revista em 1988, substituída por outra, mais ampla e de abrangência global: “Bioética é a combinação da biologia com conhecimentos humanísticos diversos constituindo uma ciência que estabelece um sistema de prioridades médicas e ambientais para a sobrevivência aceitável.”

Diego José Garcia Capilla (2007) insiste que Potter, inicialmente, atribuía ao termo Bioética um sentido evolucionista, diferente do que possui hoje, mas ressalta também que esse autor aspirava criar uma disciplina que funcionasse como uma ponte – como aparece no título de seu livro – a ligar duas culturas distintas: as humanidades e as ciências, apartadas historicamente por conta de um projeto iluminista e cartesiano (ocidental) de compartimentação do conhecimento, como bem já asseverou Michel

Foucault (1999).

O que movia Potter era uma preocupação com a crescente capacidade de intervenção da ciência e da tecnologia sobre a natureza, pondo em perigo não apenas a existência humana, mas também de todas as outras formas de vida. Aspirava, por assim dizer, o estabelecimento de uma “moral ecológica”, ou seja, um projeto global que combinasse o conhecimento biológico com os valores humanos (CAPILLA, 2007)

A despeito de sua intensão de borrar as fronteiras do conhecimento em prol de uma urgente salvação do mundo e da vida humana, pelo menos num primeiro momento, a Bioética teve um desenvolvimento mais sensível na Medicina do que na Ecologia, abordando questões éticas relacionadas às maneiras como a Medicina e as tecnologias médicas incidem sobre a saúde a vida das pessoas. Essa orientação da Bioética, que atribuía a Andre Hellegers, teria causado desapontamento no próprio Potter (CAPILLA, 2007).

O obstetra holandês Andre Hellegers fundou em 1971 – apenas seis meses depois da publicação do livro de Potter – o The Joseph and Rose Kennedy Institute for the Study of Human Reproduction and Bioethics, que mais tarde seria rebatizado para Kennedy Institute of Ethics. Sobre importante personagem, Javier Gafo lembra que:

(...) o obstetra holandês entendeu seu papel como o da parteira que trouxe à luz a nova disciplina, não tanto através de grandes publicações, mas estimulando o diálogo por meio de conversas e escritos. Ele entendeu sua missão também como ponte: uma ponte entre Medicina e filosofia e ética, despertando o interesse de profissionais em ética em problemas biológicos (GAFO, 1998, p. 92. Tradução nossa).

Hellegers fundou o primeiro centro universitário dedicado ao estudo da Bioética, enquanto disciplina, porém, contrariando as expectativas de Potter, estabeleceu uma ligação umbilical entre o termo Bioética e outros como “ética médica” ou “ética clínica”. De acordo com Reich (1995), esse sentido se tornaria hegemônico nas décadas seguintes.

Segundo Ferrer y Alvarez, os pesquisadores do Kennedy Institute se ativeram aos problemas biomédicos como relação clínica, ética relacionada aos experimentos científicos, aborto ou ética sobre a terminalidade da vida. No entanto, Hellegers e seus pesquisadores contaram com financiamentos e apoio institucional a que Potter não teve acesso. A Universidade de Georgetown oferecia um ambiente interdisciplinar e gozava

de prestígios junto à igreja católica, além de contar com os privilégios de estar sediada em Washington D.C., o centro nervoso dos debates políticos e científicos estadunidenses (FERRER Y ALVAREZ, 2003).

Em 1978 foi publicada nos EUA a *Enciclopedia of Bioethics*, editada por Warren T. Reich e que contava com artigos de 285 colaboradores, todos convocados ao projeto desde 1971. Essa obra contribuiu definitivamente para o estabelecimento do termo Bioética no cenário intelectual. A obra foi reeditada em 1982 e depois teve uma edição revisada em 1995, quando aumentou para 437 o número de colaboradores (CAPILLA, 2007).

Uma das vantagens do termo Bioética tem a ver com sua elasticidade e as diversas interpretações que ele possibilita.

De fato, cada um interpretou isso à sua maneira e maneira, de acordo com sua profissão e ideologia. Os médicos viram nele a nova face da ética médica clássica ou da deontologia profissional. Os biólogos e ecologistas, por outro lado, consideravam que obedecia à nova consciência das sociedades avançadas para o futuro da vida, diante das contínuas agressões ao meio ambiente. Grande parte da ambiguidade do termo se deve às palavras que o compõem (...). Existe uma última fonte de ambiguidade, pois a própria estrutura da palavra não permite saber se a prioridade é dada à biologia sobre a ética ou vice-versa. (GARCIA, 1999, p.19. tradução nossa).

Essa ambiguidade constitutiva da própria palavra, como bem lembrou Garcia, acabou conduzindo, por questões conjunturais, acabou se fechando em torno dos cursos de Medicina e outros da área da saúde, movido por questões tais como ética clínica, ética médica e as questões problemáticas a respeito de experimentos científicos.

A guisa de uma definição mais satisfatória para o termo Bioética, Warren Thomas Reich o definiu como o estudo sistemático das dimensões morais - as perspectivas morais, as decisões, as condutas e a política – das ciências da saúde, que se vale de uma variedade de metodologias éticas num contexto interdisciplinar (REICH, 1995).

Interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade são duas expressões bem conhecida dos docentes e discentes da Bioética, o que se reflete na própria constituição dos departamentos de pós-graduação, habituados contar com docentes dos mais diversos campos acadêmicos em busca de perspectivas mais complexas a cerca dos temas estudados.

Mas havia também o lado negativo dessa posição inter /transdisciplinar. Por estabelecer penas relações de vizinhança com temas de outras áreas, fica sempre a ideia

de que um profissional dessa área, de fato, poderia fazer melhor o que o bioético se propõe. Alguns autores chegaram mesmo a definir a Bioética como uma disciplina incompleta, inacabada. Sobre a controversa se se trata ou não de uma disciplina, Jonsen nos coloca algumas questões interessantes:

Voltamos à questão. "A Bioética é uma disciplina?" Em um sentido claro, certamente é; A Bioética é um conjunto de materiais que podem ser ensinados e a Bioética é e tem sido um assunto ensinado e ensinado desde meados dos anos 70. Estritamente falando, não é uma disciplina. Uma disciplina é um corpus coerente de princípios e métodos apropriados para a análise de um assunto específico. A Bioética não tem uma metodologia dominante ou uma teoria ética de mestre (...) Como o período coberto por essa história está se fechando (mesmo em uma década posterior), a Bioética pode ser chamada de semi-disciplina. Apenas metade da Bioética conta como uma disciplina acadêmica comum (.) Mas apenas parte do que é acadêmico está dentro da Bioética, onde os especialistas se preocupam se têm disciplina para ensinar e promover. A outra metade da Bioética está no discurso público: pessoas de todos os tipos e profissões diversas, discutindo e discutindo questões Bioéticas. (Jonsen, 1998, p.345-346. Tradução nossa)

Percebe-se nesse autor uma desconfiança com essa concepção tradicionalista, para não dizer arcaica, do que é ou podem ser uma disciplina. Já faz algum tempo que todas as disciplinas acadêmicas têm se esforçado em se aproximar tanto teórico quanto metodologicamente de outras áreas de conhecimento visando dar respostas mais adequadas a seus objetos e suas questões. Isso, portanto, não é uma exclusividade da Bioética. Além do mais, aceitar ou não a Bioética como disciplina, diria Jonsen (1998), não passa de um "academicismo", sem nenhuma consequência prática.

O que deve importar, no que diz respeito à Bioética, é que tipo de ação essa inter/transdisciplinaridade possibilita. Como bem lembra Capilla.

Se levarmos em conta o argumento histórico, a Bioética se configura a partir dos anos setenta como um campo de conhecimento interdisciplinar e emergente, que fornece ferramentas conceituais para lidar com a insegurança produzida pelas novas tecnologias médicas e biotecnológicas; A Bioética requer estudos interdisciplinares e necessita da conversação e deliberação entre especialistas e leigos para chegar a decisões responsáveis. Levando em conta o argumento histórico, sou a favor da consideração da Bioética como uma 'disciplina inacabada', (...) que requer o diálogo contínuo de múltiplos

setores do conhecimento e da sociedade (CAPILLA, 2007. Tradução nossa).

Seguindo esses apontamentos, preferimos pensar a Bioética enquanto um diálogo aberto, democrático e participativo no qual todas as partes implicadas devem ser chamadas a se pronunciar e tomar decisões, independente de seu nível ou campo de conhecimento.

Ainda sobre se tratar ou não a Bioética como uma disciplina, Victória Camps nos apresenta uma reflexão interessante:

Se aquela disciplina chamada "Bioética" teve que nascer, é porque é precisamente a incapacidade de pensar com certa distância sobre os fins e o sentido do que é feito que é perdido. O que procuramos com o desenvolvimento tecnológico: felicidade, bem-estar, qualidade de vida, saúde? Procuramos isso abstratamente ou por alguém determinado? O que é bem-estar, qualidade de vida ou saúde? (CAMPS, 2001, p.20. tradução nossa)

Assim, para Camps (2001), as tensões provenientes das aplicações tecnocientíficas acabaram por suscitar questões que precisam de um novo saber. É então que a Bioética se afirma como uma disciplina que se propõe a dar resposta a estas questões.

Adotando uma perspectiva de Bioética mais próxima da de Potter, que aspira visões mais amplas e complexas, Gilbert Hottois afirma que:

O que entendemos por Bioética? O termo não se refere a uma nova disciplina técnico-científica (por ser muito interdisciplinar e por estar demasiadamente investido de apostas ideológicas e filosóficas) ou a uma nova ética da vida, universal e atual (já que está no centro da controvérsias, debates e questões) Embora os problemas levantados pelas tecnociências biomédicas ocupem um lugar importante, a Bioética não é imediatamente identificada com a ética ou a deontologia médica. A Bioética também inclui questões relacionadas à manipulação e preservação de Espécies não humanas (...) e mais genericamente à gestão da biosfera (...). Por outro lado, a Bioética de Jesigna, se não uma verdadeira metodologia, pelo menos, uma maneira de abordar esse tipo de problema. Um espírito que aparece como interdisciplinar e pluralista (HOTTOIS, 1991, p.169-170. Tradução nossa).

A reaproximação com as ideias de Potter residem nessa tentativa de não redução da Bioética às problemáticas médicas.

Além de Hottois, outros autores contemporâneos tem se reaproximado desse sentido global da Bioética proposta por Potter na década de 1970. Diego Garcia, por exemplo, justifica sua inspiração:

O sucesso da Bioética deve-se à necessidade da sociedade civil de refletir e deliberar sobre os problemas relacionados à gestão do corpo e à vida do ser humano, não podendo mais ser médicos, políticos ou economistas, nem os padres ou teólogos que detêm o monopólio da decisão nesse tipo de questões (...) Deve ser a coletividade de seres humanos que tenta definir seus deveres e obrigações, através de processos participativos e deliberativos (Não é uma coincidência que o pai da Bioética, Van Rensselaer Potter, tenha sido o criador do termo que melhor define o que estou tentando dizer, o da Ética Global, a ética global (GRACIA, 2003, p.95. Tradução nossa).

A Bioética iria finalmente se consolidar e adquirir respaldo científico entre as décadas de 1980 e 1990, quando passaram a acontecer os Congressos Mundiais de Bioética e quando da fundação da International Association of Bioethics (IAB) em 1992.

É claro que a Bioética adquiriu formas específicas, dependendo dos países em que começou a ser produzida e isso se deve às questões históricas, políticas, sociais, econômicas e culturais, particulares de cada um deles. Por esse motivo, é importante olhar um pouco para nossa própria história e entender como a Bioética surge e que formatos ela adquire em terras brasileiras.

2 FACULDADES DE MEDICINA DE MINAS GERAIS: UM BREVE HISTÓRICO

2.1 A formação do ensino superior no Brasil

A colonização portuguesa diferiu das colonizações espanhola e anglo-saxã em muitos sentidos. Mas para esse capítulo, um tema é particularmente importante: a implantação do ensino superior.

Alguns países da América Hispânica dispunham de universidades no período colonial, sendo a primeira delas criada no México em 1553, graças à concepção imperial da Espanha diversa da de Portugal. Em contraposição, o pragmatismo português não permitiu que o Brasil dispusesse de universidades no período colonial (MARTINS, 2002, p. 202)

Durante todo o período colonial, o Brasil foi somente um território a ser explorado, inicialmente por produtos como as drogas do sertão, depois o pau Brasil, a madeira avermelhada usada no tingimento das muitas toneladas de tecido que passam a ser produzidas pelos teares londrinos e franceses nos primórdios da revolução industrial. (FREYRE, 1933).

Depois veio o açúcar que, segundo Sidney Mintz (2010), transformou drasticamente a economia mundial e definiu o papel das colônias na configuração de capitalismo industrial que colocava os países centrais como consumidores e comerciantes e os periféricos como centros de exploração e produção de matérias primas.

A produção de açúcar também impulsionou o comércio de homens escravizados da África para a América, uma vez que sem eles, a produção açucareira dos engenhos estaria fadada ao fracasso. E, finalmente, no final na segunda metade do século XVIII, começa a se produzir o último ciclo econômico do período colonial – o ciclo da Mineração, que levou para a região das Minas Gerais um grande número de homens livres pobres, senhores com seus escravos e comerciantes de vários lugares do mundo ávidos por enriquecer com o ouro, diamante e pedras preciosas que passaram a brotar das serras e córregos mineiros.

É somente com a mineração que vão surgir os primeiros estabelecimentos comerciais, principalmente nas grandes cidades como Ouro Preto, que abrigavam uma

população as vezes maior que a de grande captas europeias. Uma população que demandava hospedagem, alimentação, roupas, materiais de trabalho, sapatos e sociabilidade. Não tardou para que os proprietários destes estabelecimentos enriquecessem e, juntamente com os funcionários da coroa enriquecidos - quase sempre ilicitamente – começassem a enviar seus filhos para estudar na Europa, visto a carência de espaços educacionais e centros de formação na colônia.

Alguns desses jovens entraram em contato com as ideias revolucionarias que inflamavam cidades como Londres e Paris nesse período. Postos em contatos com as ideias liberais e iluministas, alguns desses jovens abastados voltavam para o Brasil trazendo seus autores na bagagem e suas ideias na cabeça, fazendo circular esse conhecimento na colônia. Pode-se dizer que a Inconfidência Mineira, considerado o movimento nativista de maior relevância do período colonial, como um desdobramento dessa situação.

Descoberto precocemente e desarticulada em tempo, o movimento que se formou em torno da inconfidência mineira deixaria marcas indeléveis e o desejo de libertação em relação a Portugal. Mas foi somente quando a questão se acirrou na Europa e quando Napoleão Bonaparte, que pretendia por fim ao absolutismo na Europa, ameaçou invadir Portugal foi que Dom João VI, auxiliado por tropas inglesas, resolveu abandonar Lisboa e transferir toda a sua corte para o Brasil (SCHWARCZ, 1988)

Essa transferência demandou a elaboração de uma estrutura econômica e urbana, uma vez que, para atender às demandas de uma nobreza europeia alocada em uma cidade sem estrutura, foi necessário que se rompesse com o pacto colonial e se abrissem os portos para a entrada de manufaturas, majoritariamente vindas da Inglaterra. (SCHWARCZ, 1988)

Mas nem só de manufaturas vive uma corte. A transferência da família real para o Rio de Janeiro motivou a abertura também dos primeiros institutos de ensino superiores. As primeiras experiências, nesse sentido, ocorreram em 1808, exatamente o ano da chegada da corte.

Neste ano, foram criadas as escolas de Cirurgia e Anatomia em Salvador (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), a de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da UFRJ) e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio. Dois anos após, foi fundada a Academia Real Militar (atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ). Seguiram-se o curso de

Agricultura em 1814 e a Real Academia de Pintura e Escultura
(MARTINS, 2002, p. 201)

Durante todo o período imperial, o ensino superior era escasso e tinha como modelo a formação dos profissionais liberais em faculdades isoladas. Para uma pequena elite que conseguia ter acesso ao ensino superior, seria assegurado um diploma profissional que lhe permitiria ocupar postos privilegiados, num momento em que o mercado de trabalho era muito restrito, e gozar de um raro prestígio social (MARTINS, 2002, p.201)

Contam-se 24 projetos propostos para criação de universidades no período 1808-1882, nenhum dos quais aprovado. Depois de 1850 observou-se uma discreta expansão do número de instituições educacionais com consolidação de alguns centros científicos como o Museu Nacional, a Comissão Imperial Geológica e o Observatório Nacional. A ampliação do ensino superior, limitado às profissões liberais em poucas instituições públicas, era contida pela capacidade de investimentos do governo central e dependia de sua vontade política (MARTINS, 2002, p. 202).

Muitos fatores contribuíram para o adiamento do ensino superior no Brasil, tais como a falta de interesse da (rude) aristocracia rural brasileira, que tinha outros valores e outras ambições; a preferência por enviar seus filhos às tradicionais universidades europeias ou mesmo a falta de investimentos necessários por parte do Estado. Resultou disso que, “Até o final do século XIX existiam apenas 24 estabelecimentos de ensino superior no Brasil com cerca de 10.000 estudantes” (MARTINS, 2002, p. 202).

Diante da displicência do Estado, a iniciativa privada toma a frente do processo e cria instituições de ensino superior privadas, multiplicando consideravelmente o número de vagas.

As instituições privadas surgiram da iniciativa das elites locais e confessionais católicas. O sistema educacional paulista surgiu nesta época e representou a primeira grande ruptura com o modelo de escolas submetidas ao controle do governo central. Dentre os cursos criados em São Paulo neste período, constam os de Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica (1896), da atual Universidade Mackenzie, que é confessional presbiteriana. Nos 30 anos seguintes, o sistema educacional apresentou uma expansão considerável, passando de 24 escolas isoladas a 133, 86 das quais criadas na década de 1920 (MARTINS, 2002, p. 202).

O projeto de ensino superior elaborado por uma elite urbana laica, que começou a crescer numericamente junto com o processo de industrialização das grandes cidades defendia a universidade pública em detrimento de instituições isoladas, propondo

também a institucionalização da pesquisa. Esse foi um momento crucial para a formação do caráter da universidade brasileira e os argumentos agora falavam da necessidade das universidades pela função específica que elas ocupam dentro de uma sociedade civilizada.

Na década de 1920 o debate sobre a criação de universidades não se restringia mais a questões estritamente políticas (grau de controle estatal) como no passado, mas ao conceito de universidade e suas funções na sociedade. As funções definidas foram as de abrigar a ciência, os cientistas e promover a pesquisa. As universidades não seriam apenas meras instituições de ensino mas centros de saber desinteressado (MARTINS, 2002, p. 202).

Influenciado por esses debates, Getúlio Vargas promoveu ampla reforma educacional, a *Reforma Francisco Campos*, que foi o nosso primeiro Ministro da Educação, autorizando e regulamentando o funcionamento das universidades. Porém, apesar de cruciais para a história do ensino superior no Brasil, essa reforma não atendia aos anseios do movimento da década de 1920 uma vez que não dava exclusividade pública ao ensino superior e também porque mantinha a existência de instituições isoladas (MARTINS, 2002).

A fundação da USP, em 1934, nascida dos anseios das elites paulistas, já significava o conhecimento de uma outra forma. Longe de ser apenas um espaço de formação de mão de obra, a USP apostou na qualificação de seus alunos por meio de missões vindas de países europeus. Muitos professores que se tornariam referência em seus campos científicos, passaram pela USP no início de sua carreira docente, como é o caso de Fernand Braudel e Claude Lévi-Strauss.

Em 1968, quando o país se via diante do endurecimento do regime ditatorial, a educação superior brasileira passa por uma reforma universitária que buscava eficiência administrativa, estrutura departamental e a constituição do indissociável tripé ensino/pesquisa/extensão. Assim, na década de 1970, como resultado da referida reforma, disseminaram-se os cursos de pós-graduação no Brasil, além da possibilitar aos docentes das universidades brasileiras condições de acesso a cursos de pós-graduação no exterior.

Na década de 1990, foram homologadas as leis que passaram a regular a educação superior no Brasil. Como o país começava a respirar novamente os ares de uma democracia e ansiava por melhorias sociais, era necessário reduzir o papel exercido pelo governo, ampliar o sistema e melhorar os processos de avaliação.

2.2 O ensino de Medicina no Brasil.

Data de 18 de fevereiro de 1808 um documento enviado por D. Fernando José de Portugal e Castro, então ministro de D. João VI:

Deus guarda a V. Excia.
Bahia, 18 de fevereiro de 1808.

Ao Ilustre Excel. Sr. Conde da Ponte
O Príncipe Regente Nosso Senhor, anuindo à proposta que lhe fez o Doutor José Corrêa Picanço, Cirurgião-Mor do Reino e de seu Conselho, sobre a necessidade que havia de uma Escola de Cirurgia no Hospital Real desta cidade para instrução dos que se destinam ao exercício desta Arte, tem cometido ao sobretudo Cirurgião-Mor a escolha dos Professores, que não só ensinem a Cirurgia propriamente dita, mas a Anatomia como base essencial dela e a Arte obstétrica tão útil como necessária, o que participo a V. Excia, por ordem do mesmo Senhor, para que assim o tenha entendido e contribua para que tudo o que for promover este importante Estabelecimento.

D. Fernando José de Portugal e Castro
Ministro do Senhor Príncipe Regente²

Não havia muito tempo, a Família Real havia se transferido para o Brasil, temendo as promessas de perseguição anunciadas por Napoleão Bonaparte às cortes absolutistas europeias. Uma vez nos trópicos, o Príncipe Regente determinou a criação de uma escola médica no Rio de Janeiro, então capital do Brasil recém-independente.

Do início da Grande Depressão que se abateu sobre o ocidente, iniciada com a quebra da bolsa de Nova Yorke (1929) até por volta de 1947, somente duas faculdades de Medicina públicas foram criadas no Brasil. (Amaral, 2007). Os cursos de Medicina se multiplicaram mesmo no Brasil a partir da segunda metade do século XX. De acordo com informações disponibilizadas pelo site Escolas Médicas, o país conta atualmente com 335 instituições formadoras de Medicina, conforme exposto a seguir:

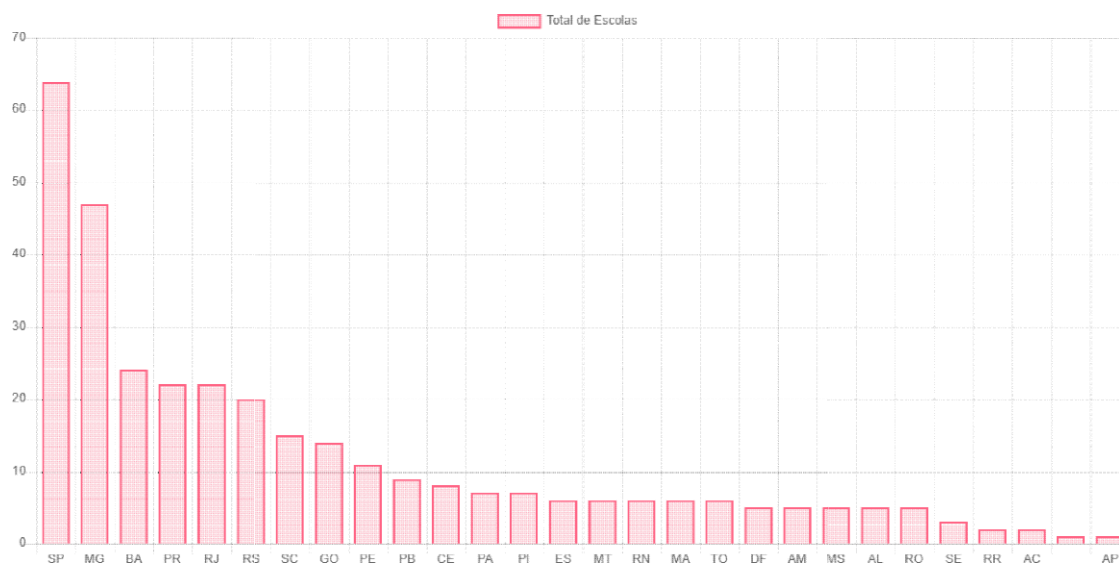
²PICANÇO, apud, GONÇALVES, 2000, p. 6

Figura 1: Tabela das Escolas Médicas no Brasil

Estado	Total de Escolas	Vagas no 1º ano
SP	64	7616
MG	47	4862
BA	24	2264
RJ	22	2729
PR	22	2239
RS	20	1803
SC	15	1097
GO	14	1398
PE	11	1490
PB	9	985
CE	8	1036
PA	7	750
PI	7	631
ES	6	670
MT	6	431
RN	6	585
MA	6	539
TO	6	518
DF	5	476
AM	5	585
MS	5	388
AL	5	495
RO	5	375
SE	3	320
RR	2	140
AC	2	161
AP	1	60

Fonte: Escolas Médicas do Brasil, 2019, s/n.

Figura 2: Gráfico das escolas de Medicina por Estado:



Fonte: Escolas Médicas do Brasil, 2019, s/n.

Com a maior concentração de escolas em São Paulo e Minas Gerais, percebe-se que a rede privada tem sido a que mais disponibiliza vagas de Medicina, e que, portanto, mais médicos forma no Brasil:

Figura 3: Tabela dos tipos de administração

Administração	Quantidade	%
Privada	194	57.91
Federal	78	23.28
Estadual	35	10.45
Municipal	19	5.67
Pública	9	2.69

Fonte: Escolas Médicas do Brasil, 2019, s/n.

2.3 O ensino de Medicina em Minas Gerais

No que se refere à Minas Gerais, que por conta de suas riquezas minerais tem sido alvo de exploração desde a época colonial, as práticas de cura populares já conviviam com as inovadoras práticas hospitalares que existiam na Europa. Vale ressaltar que, no auge do ciclo do ouro, a cidade mineira Ouro Preto possuía tanto ou mais habitantes que grandes capitais europeias como Londres ou Amsterdã.

Assim, por volta de 1740 já estava em funcionamento o Hospital Real, em Vila Rica. Se considerarmos o grande número de negociantes, trabalhadores livres pobres, funcionários da corte, para não falar também dos escravos, os poucos leitos eram definitivamente insuficiente para dar conta das enfermidades dos habitantes da capitania. Para agravar, faltava pessoal especializado e recursos de uso corrente que era utilizado nos atendimentos.

De acordo com Pedroso, “o atendimento era feito por “curadores” e parteiras e escassos médicos, inicialmente portugueses e depois brasileiros formados em Portugal”.

O Hospital Real de Vila Rica era insuficiente para atender às pessoas que necessitavam de cuidado hospitalar na capitania, seja por falta de pessoal especializado ou pela ausência de outros recursos. A necessidade de atenção adequada à saúde e a manutenção da mão-de-obra para a mineração fez o Governador Bernardo José de Lorena pedir ao Príncipe Regente, D. João, a criação de uma Escola Médica a fim de preparar profissionais competentes para cuidar da enorme demanda. Esperava com isso suavizar o sofrimento da população. Essa solicitação já havia sido feita no governo do seu antecessor, Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena (PEDROSO, 2011).

A requerida Escola Médica foi criada em Vila Rica no ensino secundário, mais particularmente com a disciplina “Cirurgia, Anatomia e Arte Obstétrica”, autorizada pela Carta Régia de 17 de junho de 1801 e ensinada às pessoas que já atuavam na área. (Pedroso, 2011). Essas primeiras experiências pedagógicas, ministradas no formato de aulas, devem ser entendidas como o primeiro curso formal de Medicina do Brasil.

O início das atividades dessa Escola de Medicina realizou-se no Hospital Real de Vila Rica, onde o cirurgião Vieira de Carvalho já praticava a Medicina Operatória. Essa escola funcionou por cerca de 50 anos. Sua preocupação principal era formar recursos humanos para enfrentar a varíola, que a todos amedrontava e a muitos dizimava. Os principais livros usados por essa escola eram a “A Arte de se Tratar em Enfermidade Venérea”, “Medicina de Mirandela” “Tesouro da Medicina” e “Medicina de Buchan” (PEDROSO, 2011, p.115).

O ensino de Medicina no Brasil se resumia ao ensino médio por conta do poder colonial, representado na pessoa do Marquês de Pombal, que proibia a instituição do ensino superior na colônia (PEDROSO, 2011). Mas com as mudanças ocorridas no início do século XIX – a transferência da corte portuguesa para o Brasil, o processo de independência em relação à Portugal e a implantação do Império Brasileiro -, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no ano de 1837...

(...) passou a discutir a união das aulas (escolas) avulsas (régias) com o objetivo da constituição do primeiro Colégio Oficial de Minas Gerais. Houve o questionamento por um dos constituintes se “a aula de Anatomia deveria ter continuidade de forma isolada dos outros estudos [...]”. Essa aula continuou funcionando no Hospital Real, inserida e dependente da instrução do segundo grau. É possível que o fato da aula (escola) de Anatomia ter sido ministrada junto ao ensino médio tenha impedido de ser valorizada e de ter sido considerada primaz como a primeira iniciativa de formação de médicos no Brasil. (PEDROSO, 2011, p.116).

Desde 1823, já havia na Assembleia Constituinte do Império discussões sobre a necessidade da educação médica em Minas Gerais. Um dos protagonistas deste debate foi o médico mineiro Antônio Gonçalves Gomide, pioneiro da Psiquiatria brasileira formado em Edimburgo. Em 1829 foi proposta a criação no Conselho da Província de Minas e em 1832, de uma Academia Médico-Cirúrgica em São João Del’Rey, que se inspirava nas que já existiam na corte. Mas, a despeito dessas tentativas anteriores, a criação de escolas livres de Medicina só correria com o decreto Imperial de 19 de abril de 1879, conhecido como a “Lei do Ensino Livre” (PEDROSO, 2011).

A proclamação da República em 1889 viu renascerem as discussões sobre a necessidade de criação de uma Escola Livre de Medicina em Minas Gerais. Segundo Pedroso (2011), em 1893, o senador estadual Virgílio de Melo Franco formalizou as diretrizes científicas e didáticas e estruturou cursos de Medicina e Farmácia em São João del’Rey. Embora aprovado em primeira discussão no Congresso da Província, o projeto, ao final, não foi aprovado.

Somente no ano de 1902 é que seria criada a Sociedade de Medicina, Cirurgia e Farmácia de Belo Horizonte, uma espécie de comissão para a criação de uma Escola Livre de Medicina.³ Aurélio Pires, um dos integrantes da comissão, argumentava que

³ Entre os componentes desse grupo estavam José Pedro Drumond, Salvador Pinto, Olyntho Meirelles, Cícero Ferreira, Virgílio Bhering, Benjamin Moss, Aurélio Pires, Prado Lopes, João Luís Alves, Antônio Braga e Davi Campista. (Pedroso, 2011)

seria possível contar com o aproveitamento de professores e laboratórios da Escola de Farmácia de Ouro Preto e a participação de hospitais de Ouro Preto, Sabará e Vila Nova de Lima (Nova Lima), além do hospital da Sociedade Humanitária de Belo Horizonte. (PEDROSO, 2011).

Finalmente, em 05 de março de 1911, foi criada pelo governo federal a Faculdade de Medicina, dirigida por Cícero Ferreira e que tinha entre seus docentes “Cícero Ribeiro Ferreira Rodrigues, Cornélio Vaz de Mello, Eduardo Borges da Costa, Olyntho Deodato dos Reis Meirelles, Honorato Alves, Hugo Furquim Werneck, Zoroastro Alvarenga, Antônio Aleixo, Samuel Libânio, Ezequiel Dias, Alfredo Balena, Octávio Machado e Aurélio Pires”. Certamente privilegiado pela República do café com leite que se instaurou no Brasil a partir de 1789, quando se alternavam na presidência as oligarquias mineiras e paulistas, outras faculdades apareceram em Minas Gerais. Assim, em setembro de 1927 as já existentes Escolas de Direito, Odontologia Farmácia e Bioquímica, Medicina e Engenharia uniram-se para a criação da Universidade Autônoma de Minas Gerais, que se tornaria, em 1949, a UFMG (PEDROSO, 2011).

Idealizada por Lucas Monteiro Machado, conceituado ginecologista obstetra, foi criada em 1950, na cidade de Belo Horizonte, a FCMMG.⁴ O projeto inicial foi encaminhado ao arcebispo metropolitano Dom Antônio dos Santos Cabral, então presidente da Sociedade Mineira de Cultura, composta pelas Escolas de Enfermagem Hugo Werneck, Faculdade Mineira de Direito e Escola de Serviço Social, acenou positivamente. A Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, depois de fundada, passou a integrar a estrutura da Sociedade Mineira de Cultura (MEDEIROS, 2008).

Além de Lucas Machado, eleito diretor da Faculdade, a FCMMG contou com profissionais conceituados da Medicina mineira que formaram o primeiro corpo docente. Medeiros (2008) apresenta uma relação desses profissionais:

- Histologia e Embriologia – Ivon Rodrigues Vieira
- Anatomia – J. Octaviano Neves e Mello Alvarenga
- Iniciação da Filosofia e Cultura Religiosa – Cônego Trajano Barroso
- Física Biológica – Osvaldo Coelho

⁴“Lucas reuniu um grupo de chefes de serviços da Santa Casa para realizar um grande sonho: fundar uma Faculdade de Medicina. Foram 10 os seus companheiros que se reuniram inicialmente na residência do idealizador e nas enfermarias da Santa Casa. Esse grupo era constituído pelos pioneiros: Afonso Silvano Brandão, Antônio Mello Alvarenga, Argeu Murta, Caio Benjamim Dias, Brasília Rui Prates, Geraldo Queiroga, Moacyr Abreu Junqueira, José Bolívar Drumond, Paulo Souza Lima e Sálvio Nunes”. Medeiros, José de Laurentys. “Esboço histórico da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais”. 2008

- Fisiologia - Adyr Rocha
- Farmacologia – Juvenal de Melo Senra
- Fisiologia Nervosa – Halley Alves Bessa
- Patologia Geral – Juscelino K. Oliveira
- Microbiologia – J Alvim Silva
- Parasitologia – José Pellegrino
- Clínica Propedêutica Médica – Regozino Macedo
- Dermatologia e Sifilografia - Oswaldo Gonçalves Costa
- Clínica Propedêutica Cirúrgica – Hermínio Ferreira Pinto
- Técnica Operatória e Cirurgia experimental – João Baptista de Rezende Alves
- Anatomia Patológica – Moacyr de Abreu Junqueira
- Clínica Médica I – Braz Pellegrino
- Clínica Cirúrgica I – Sálvio Nunes
- Deontologia Médica – José Guerra Pinto Coelho
- Clínica Otorrinolaringológica – Maurílio Soares
- Clínica Oftalmológica – Geraldo Queiroga
- Clínica Médica II – Caio Benjamin Dias
- Clínica Cirúrgica II – José Bolívar Drumond
- Medicina Lega I – Josias Vaz de Oliveira
- Terapêutica Clínica – Carlos Martins Teixeira
- Tisiologia – Paulo de Souza Lima
- Clínica Ginecológica – Lucas Monteiro Machado
- Higiene – José Benedito dos Santos
- Clínica Obstétrica – Argeu Murta
- Clínica Pediátrica – João Costa Chiabi
- Clínica Neurológica – Milton Gomes
- Clínica Psiquiátrica – Austregésilo R. de Mendonça
- Clínica de Doenças Infecciosas Tropicais – Mário Pires
- Clínica Urológica – José Lucídio Avelar
- Clínica Cirúrgica Infantil e Ortopedia – Brasília Rui Prates

O Estado foi se desenvolvendo graças à exploração de empresas mineradoras, diversas cidades foram se desenvolvendo e criando suas próprias faculdades de Medicina. No rastro desse desenvolvimento, algumas faculdades privadas de Medicina se instituíram, em alguns casos até subsidiadas pelo Estado para auxiliar na oferta de serviços de saúde para a população local.

No que diz respeito à oferta dos cursos de Medicina, após um levantamento dos processos seletivos dos principais cursos médicos do país, Paes; Dias; Eleutério e Paula (2018) argumentaram que há variados tipos de seleção,

(...) alguns com provas em uma só fase, como a Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA) e a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FAMERP), outros que consideram o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); e aqueles com provas em duas fases, como a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual Paulista “Júlio de

Mesquita Filho” (UNESP), a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e a Faculdade Israelita de Ciências da Saúde Albert Einstein (FICSAE). As provas podem ser objetivas de múltipla escolha (em geral, na primeira fase), dissertativas (segunda fase), além de algumas seleções em que, em um único dia de prova, é apresentado mais de um tipo de questionamento; podem também incluir redações argumentativas ou de variados gêneros (p.2).

Além de salientar os variados tipos de processos seletivos, Paes; Dias; Eleutério e Paula (2018), nesse levantamento constataram também que:

(...) apesar dos constantes esforços em adaptar os processos seletivos na busca de estudantes com maior capacidade crítica, os vestibulares de Medicina no país, em geral, utilizam métodos de seleção que priorizam as habilidades cognitivas dos candidatos (p.2).

E partirmos do pressuposto de que os processos seletivos são orientados pelo tipo de profissional que se pretende formar, somos levados a pensar que os cursos de Medicina, ao apostarem mais nas qualidades cognitivas em detrimento do que em conhecimentos sócio-filosóficos, as discussões Bioéticas acabam ficando em segundo plano. Movidos por esse entendimento, analisamos, neste capítulo, tanto o perfil dos discentes quanto a relação que certos cursos estabelecem com a Bioética.

Em primeiro lugar, é necessário lembrar que não se trata de um perfil definitivo já que os dados aqui apresentados nos foram sugeridos por pesquisas outras, estas sim voltadas para um perfil mais bem acabado de tais graduandos.

Em uma pesquisa publicada na página virtual da Faculdade de Medicina da UFMG em 16 de maio de 2013, foi traçado um perfil dos estudantes aprovados em 2013. Os dados que subsidiaram essa construção foram fornecidos pela da Comissão Permanente do Vestibular da UFMG (COPEVE).

O perfil está longe de espelhar a sociedade na qual a Faculdade de Medicina está inserida. “A imagem refletida pelo perfil dos ingressantes não é a de nossa sociedade e constituiu-se em grupo seletivo de alunos que, mesmo tendo tido ótimas oportunidades, certamente ainda renunciaram de boa parte da adolescência para se dedicarem ao vestibular,” analisa o pró-reitor adjunto de Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, André Cabral. Ele lembra que políticas de inclusão, a exemplo da Lei das Cotas, foram adotadas por

várias universidades. Entretanto, em cursos concorridos, como o de Medicina, os efeitos ainda não foram percebidos.⁵

De acordo com essas informações, pelo menos na Faculdade de Medicina da UFMG, o curso de Medicina tem sido reservado aos filhos da elite cujos pais investiram grandes cifras em sua formação fundamental é média, além de proporcionar que eles não precisassem sair em busca de formas de contribuir nas finanças da casa.

São na maioria brancos, apesar de que as políticas afirmativas de reservas de vagas nas universidades públicas para estudantes negros e indígenas começam, ainda que muito timidamente, modificar essa situação.

Gabriela Marques, aluna do primeiro período de Medicina da UFMG, entrevistada para a elaboração do perfil, se enquadra no tipo predominante.

Além de ter estudado em escola particular, ela é de Belo Horizonte e se autodeclarou branca. Para Gabriela, a tão sonhada vaga na UFMG não veio fácil. “Desde pequena, me preparei muito bem e consegui passar no vestibular assim que saí do ensino médio. Às vezes, não basta você estudar um ou dois anos, já que o que é cobrado vem de uma preparação que exige ensinamentos de uma vida inteira”.

Para coordenadora do Colegiado de Medicina, Alamanda Kfoury, a entrada no curso de Medicina mais parece o coroamento de um árduo processo de dedicação e abdições, ideias semelhantes às esboçadas por Gabriela Marques.

Eu percebo que o aluno que entra na Universidade batalhou muito por essa vaga, teve que se preparar e estudar bastante. E trada no curso de Medicina para conseguir passar no vestibular ele foi selecionado com diferença de décimos entre outros candidatos.

A pesquisa informa também que 24% dos discentes do primeiro período de Medicina na UFMG vieram de outros estados. Esses números nos levam a crer que parte dos discentes de Medicina tem condições financeiras para poder estudar em uma outra cidade e arcar com todas as despesas que isso acarreta.

⁵ Quem são os alunos da Faculdade de Medicina? Disponível em:

<https://site.Medicina.ufmg.br/noticias/2013/05/16/quem-sao-os-alunos-da-faculdade-de-Medicina/>

Rafael Greco é um deles. Natural de São Paulo, ele prestou vários vestibulares em sua cidade, além de outros municípios e estados. “Em São Paulo passei apenas em particulares. Eu e meus pais decidimos que seria mais vantagem vir estudar na UFMG, por ser uma Universidade de renome no mercado”, conta.

Os números da pesquisa mostram que o maior número de mulheres está no curso de fonoaudiologia. Dos 50 alunos ingressantes no início de 2013, 43 são mulheres e sete são homens.

O curso superior de Tecnologia em Radiologia é o que conta com alunos de diferentes faixas-etárias. “No último vestibular, foram selecionados estudantes entre 16 e 53 anos. Segundo o sub-coordenador do Colegiado de Tecnologia em Radiologia, Rodrigo Gadelha, alguns alunos já têm outras graduações e, por isso, a faixa etária é mais alta.”

Outra pesquisa interessante que procura traçar o perfil de estudantes de Medicina da Universidade Federal de Ouro Preto é a tese de doutorado em Educação defendida por Gustavo Meirelles Ribeiro, "O processo de escolha do curso de Medicina por alunos de duas instituições federais de Minas Gerais no contexto de implantação de políticas de democratização do acesso ao ensino superior", defendida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2018.

Ribeiro, que é também professor do departamento de Medicina da UFOP, investigou o processo de escolha do curso de Medicina no cenário do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e das políticas de ação afirmativa, dos estudantes que ingressaram na UFOP e na UFMG.

Orientado pelas perspectivas teóricas da sociologia da educação sobre, o autor indaga sobre o tema da escolha do curso superior em um determinado contexto social. A pesquisa trás algumas conclusões interessantes que merecem ser salientadas: a) Os cursos de maior prestígio, como Medicina, são mais procurados por conta do retorno financeiro elevado que prometem. São, na verdade, investimentos para uma vida de emprego garantido, bons salários e prestígio social. São, geralmente, frequentados por estudantes de classes sociais mais altas; b) Com a política de cotas, diversos estudantes de baixa renda ingressaram no curso de Medicina.

Ribeiro se detém longamente na explicação do que, afinal, aproxima estudantes de classes distintas, pois, mesmo com o SiSU e as cotas, parece haver uma seleção muito específica acerca do padrão de jovens ingressantes nesse curso: trajetória escolar,

escolas conceituadas, faixa-etária entre 18 e 20 anos, boa escolaridade dos pais e a escolha do curso há bastante tempo.

Ribeiro aplicou questionários a 277 alunos da UFMG e 73 da UFOP. Em termos mais qualitativos, o autor também realizou doze entrevistas em profundidade com estudantes de Medicina de ambas as universidades. Com base nesse levantamento, Ribeiro pode então apontar a maior parte dos estudantes de Medicina da UFOP é do sexo feminino, ao passo que na UFMG, a maioria é de homens.

3 REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE BIOÉTICA

3.1 A Bioética no Brasil

Num artigo bastante esclarecedor intitulado “Bioética no Brasil”, Barbosa (2011) elabora um breve percurso histórico da Bioética entre nós. Segundo este autor, em 2003, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) elaborou a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, sob os mesmos moldes da Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos de 1997 e a Declaração Internacional sobre os Dados Genéticos Humanos, de 2003. Sua elaboração teria levado aproximadamente três anos, sendo finalmente homologada em Paris, por unanimidade, em 19 de outubro de 2005 (BARBOSA, 2011).

Apesar da vitória que significou essa homologação, poucas certezas se tinham sobre a concepção que iria nortear o campo de atuação da pesquisa e desenvolvimento científico.

Em 2004, o Itamaraty convocou reuniões com vistas à formulação das propostas a serem levadas para as duas reuniões finais de definição da declaração, em Paris, 2005. Entre os participantes destes debates estiveram representantes dos ministérios da Saúde, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Justiça, a Casa Civil da Presidência da República, a Sociedade Brasileira de Bioética (SBB) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC), participaram ativamente destas reuniões de trabalho (BARBOSA, 2011).

Ente os anos de 2004 e 2005, a preparação do documento que basearia os debates decisivos sobre a Declaração foi alvo de muitas discussões e discordâncias. Garrafa nos recorda que a participação do Brasil e de outros países latino-americanos nesse processo de elaboração da Declaração, porque conseguiram inserir novas questões na pauta da Bioética (GARRAFA, 2006).

A Lei de Biossegurança e a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBIO), instância colegiada multidisciplinar para apoio técnico e assessoria do governo federal na sobre a Política Nacional de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e seus derivados. Essa comissão também estabelece as normas técnicas de segurança e emite pareceres técnicos que autorizam ou não atividades envolvendo pesquisa e uso comercial de OGM e seus derivados com base em avaliações de riscos à saúde humana e ao meio ambiente (BARBOSA, 2011)

As primeiras reflexões orientadas por uma perspectiva Bioética brasileira começam ser produzidas a partir dos anos 1990, contextualizada e produzida por meio de aportes teóricos que consideram a realidade dos países latino-americanos. Esse refinamento se deveu diretamente ao surgimento de núcleos de estudo em Bioética, à publicação da revista Bioética pelo Conselho Federal de Medicina, a instituição do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, e da criação da Sociedade Brasileira de Bioética (OLIVEIRA, 2005)

Em 2002, aconteceu na UNB o Sexto Congresso Mundial de Bioética da International Association of Bioethics – IAB, com importante apoio da Sociedade Brasileira de Bioética.

A partir de uma minuciosa formação das mesas de conferências e debates, o citado Congresso propiciou a discussão das principais questões Bioéticas enfrentadas pelos países periféricos, que muitas vezes são relegadas pelos bioeticistas dos países centrais. Ficou ressaltado que questões políticas, econômicas e sociais não podem ficar apartadas da discussão Bioética contemporânea (OLIVEIRA, 2005, p.364)

Dois eixos principais orientaram a constituição da Bioética: a tessitura de teorias éticas peculiares ao contexto brasileiro e a discussão e elaboração de um estatuto epistemológico centrado no questionamento ontológico da Bioética.

A Bioética só se afirmou realmente no Brasil, fora algumas tentativas isoladas, com a criação da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB), em 1995, e quando se legitimou na área acadêmica, com destacado interesse no campo da Saúde Pública (SCHRAMM, 2005). Portanto, a institucionalização da Bioética no Brasil, além de tardia, surgiu num momento em que, em termos mundiais, uma importante transição paradigmática (SCHRAMM, 2002).

A primeira disciplina autônoma de Bioética foi ministrada em um curso de pós-graduação de Medicina, na PUC de Porto Alegre, em 1988, período em que se criara nessa instituição um programa voltado para a preparação de médicos capazes de resolver dilemas e/ou conflitos éticos (OLIVEIRA, 2004).

Após a fundação da SBB, foi criada também a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) e os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs). Nesse primeiro momento, a Bioética seguiu uma orientação principialista, importada de pensadores norte-americanos. Essa perspectiva marcou a análise ética em pesquisas biomédicas (FREITAS, 2007).

Esses órgãos passaram a exercer a função de controle social para acompanhar os aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos no território brasileiro. De maneira que a SBB e os Comitês de Ética tiveram um papel significativo na institucionalização da Bioética como campo de aprendizagem nas universidades brasileiras (FIGUEIREDO, 2011, p.141).

Atividades diversas vêm sendo desenvolvidas nas áreas de assistência, ensino e pesquisa. Além disso, a Bioética está sendo paulatinamente incluída na estrutura curricular de diversos cursos e estruturada por meio de linhas de pesquisa em diferentes programas de pós-graduação lato sensu e stricto sensu (FIGUEIREDO; GARRAFA; PORTILLO, 2008).

Figueiredo, Garrafa e Portillo (2008), chamaram atenção para o fato de que os estudos, até por volta de 2007, se viam restritos à área da Medicina e alguns na área da Odontologia.

A relação médico-paciente é um processo especial de interação humana, essencial à prática clínica em suas dimensões técnica, humanística, ética e estética. Num artigo intitulado “Infrações éticas e penalidades públicas aplicadas aos médicos do estado de São Paulo”, WS Hossne chega a afirmar que esse processo é de tamanha importância a ponto de não poder se denominar “ato médico” sem que ocorra uma adequada relação entre médicos e pacientes.

Trata-se de garantir a autonomia dos pacientes, um valor moral que vem sendo bastante perseguido nos últimos anos na relação médico-paciente. Esse conceito – autonomia – está relacionado com a paulatina consolidação dos direitos humanos, desdobramento das revoluções inglesa, americana e francesa corridas entre a metade do século XVII e fim do XVIII. Afirmam-se com essas revoluções o princípio da autonomia do ser humano, também conhecido como direito à autodeterminação, refletido pela filosofia de Kant e que trazia explícita a ideia de que o homem é um fim em si mesmo, e não um meio. Porém se os países europeus valorizaram a autonomia como condição essencial da existência humana, foi somente a partir de 1960 que essa ideia foi incorporada à relação médico-paciente.

Em uma pesquisa que tinha por objetivos analisar a influência do referencial bioético da autonomia na relação médico-paciente (FILHO; HOSSNE, 2015) foi constatado que a introdução de referenciais bioéticos ligados à questão da autonomia foi um grande avanço por ter acrescentado complexidade ao relacionamento.

Enfim, nossos dados, bem como a revisão da literatura, sinalizam para aspectos como a fundamental relevância da introdução do referencial bioético da autonomia na relação médico-paciente, as dificuldades de sua introdução na prática clínica, a enorme importância filosófica que adquiriu nos últimos anos, sem esquecer os consideráveis e bem-vindos conflitos éticos dela advindos – fruto dos avanços filosóficos e tecnológicos dos nossos tempos (FILHO; HOSSNE, 2015, p.310).

3.2 Bioética nos cursos de Medicina

Alguns estudiosos da Medicina contemporânea mostraram que, pelo menos até meado dos anos 90, prevaleceu na Medicina brasileira um modelo tecnicista, orientado pelos avanços na cura de doenças, diagnóstico precoce e intervenções terapêuticas. Mas no interior dessa mesma Medicina vem se insinuando a necessidade de se tomar o a relação médico-paciente em sua complexidade.

Cabe, assim, ao profissional de saúde entender a capacidade de deliberar do paciente e bem como orientar e ajudar para que a deliberação atenda o real interesse de indivíduos vulnerabilizados e fragilizados para a tomada de decisão correta referente ao seu quadro clínico.

As mudanças contemporâneas que vêm ocorrendo nos campos social, cultural, econômico, tecnológico e político tornam mais urgente o ensino de Bioética, principalmente nos cursos voltados para a área da saúde.

Faz-se imperioso qualificar melhor a formação ética do profissional médico, por ser essencial em seu labor cotidiano, bem como no relacionamento com pacientes/famíliares e a comunidade em geral. O século XXI solicita profissionais habilitados para tomar decisões prudentes frente aos dilemas morais relacionados à saúde humana (SILVA; LEÃO; PEREIRA, 2013, p.339).

Em um mundo atravessado por questões éticas graves, a necessidade de um profissional que pense de forma humanística é ainda mais urgente.

Quando procura por uma instituição de saúde, o paciente busca competência e capacidade para resolução de seus problemas, ou seja, procura alguém que se envolva e cuide dele e de seus familiares.

4 SOBRE O ENSINO DE BIOÉTICA NAS FACULDADES DE MEDICINA DE MINAS GERAIS

O objetivo desta pesquisa foi discorrer sobre a relevância do ensino da Bioética nos cursos de Medicina no Estado de Minas Gerais. Para isso, pretendeu-se observar qual o espaço da disciplina nos cursos, ou seja, inicialmente se a disciplina é ofertada com o título “Bioética”, em seguida qual semestre é oferecida e a carga horária.

Para atender ao objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa exploratória, documental, nas bases de dados na internet. Os passos da investigação foram os seguintes:

1- Realizou-se uma pesquisa bibliográfica acerca do ensino da Bioética e sobre o desenvolvimento dos cursos de medicina no Brasil e em Minas Gerais.

2- Em seguida, foi feita a pesquisa documental nas bases de dados da internet. Identificou-se quais as universidades/faculdades oferecem o curso de Medicina em Minas Gerais (incluindo a possibilidade de uma universidade/faculdade oferecer o curso em mais do que um campus universitário).

3- A etapa seguinte consistiu em investigar no site das instituições de ensino quais disponibilizavam o projeto pedagógico do curso. Inicialmente pretendia-se investigar como a disciplina é ofertada, considerando o objetivo, conteúdo e referências bibliográficas. Contudo, são escassas as instituições que disponibilizam o projeto pedagógico do curso na íntegra no site do curso, o que inviabilizou seguir neste objetivo. Por esta razão, optou-se por utilizar apenas as grades de disciplinas dos cursos.

4- Nesta fase, foi feito um primeiro recorte: as instituições que não disponibilizaram a grade curricular na internet foram descartadas. Portanto, não pode-se inferir se elas oferecem ou não a disciplina de Bioética.

5- O próximo passo foi verificar nas grades curriculares os cursos que ofertavam a disciplina Bioética (nesta etapa, foram considerados apenas os cursos que tinham a palavra Bioética no título da disciplina).

6- Com os cursos que ofertavam a disciplina, observou-se em qual semestre foi oferecida e qual a carga horária.

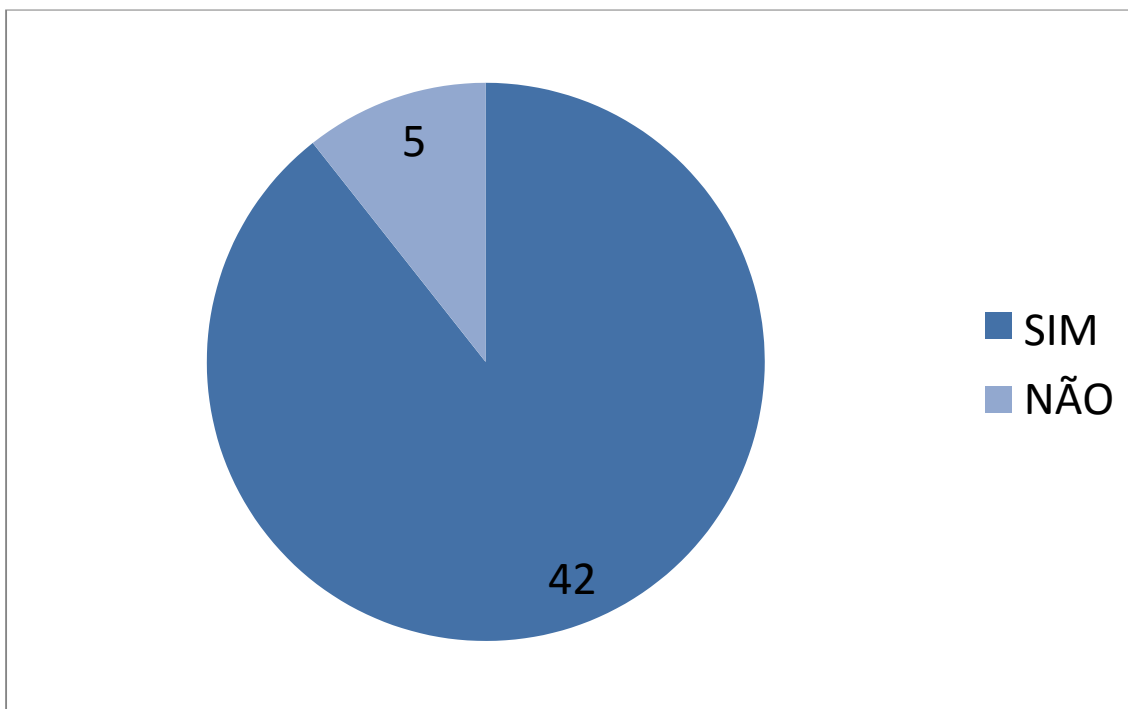
7- Com estas informações, foram construídos os gráficos apresentados a seguir.

8- Como o objetivo desta pesquisa não foi investigar as instituições de ensino, mas sim a oferta da disciplina nos cursos de Medicina, considerou-se ético manter em sigilo os dados de identificação das instituições.

4.1 O ensino de Bioética nas faculdades mineiras de Medicina

Nesta etapa, foram identificados 47 campus universitários que disponibilizam o curso de Medicina em Minas Gerais, contudo uma pequena parcela não disponibiliza informações no site sobre a grade curricular, conforme figura a seguir.

Figura 1 : Gráfico - Instituições de ensino que disponibilizam a grade curricular no site.



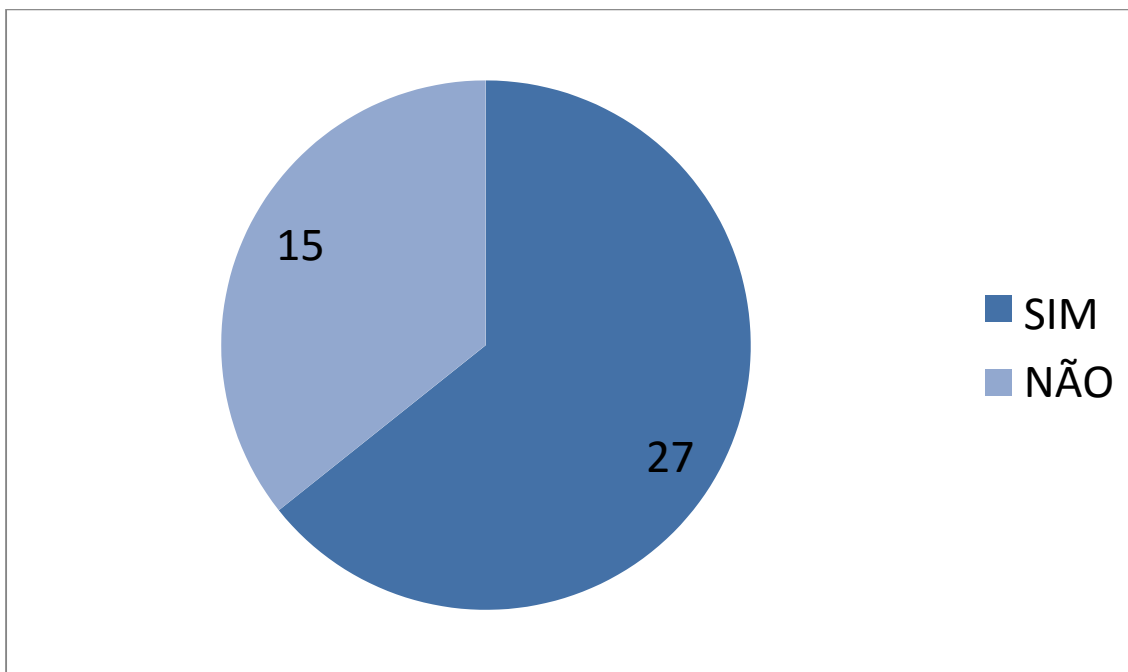
Fonte: Elaborado pelo autor.

Das instituições de ensino que disponibilizam a grade curricular no site, foi realizada uma análise para identificar os cursos que oferecem a disciplina Bioética. O critério foi ter a palavra “Bioética” no título. No entanto, entende-se que o conteúdo desta área do conhecimento pode ser ofertado dentro de outras disciplinas, porém, como são poucas as instituições que disponibilizam o projeto pedagógico do curso, não foi possível verificar esta hipótese.

Além das disciplinas com o descritor exclusivo com a palavra *Bioética*, também identificamos os seguintes títulos:

- Medicina legal/Bioética
- Ética e Bioética
- Introdução à Bioética
- Ética e Bioética I e Etica e Bioética II
- Bioética e Deontologia Médica
- Ética, Bioética e Saúde pública
- Medicina Legal, Deontologia e Bioética
- Ética e Bioética
- Deontologia, Bioética e Medicina Legal
- Bioética e Deontologia Médica
- Conferências de Ética e Bioética
- Princípios da Bioética
- Bioética Clínica
- Ética e Bioética

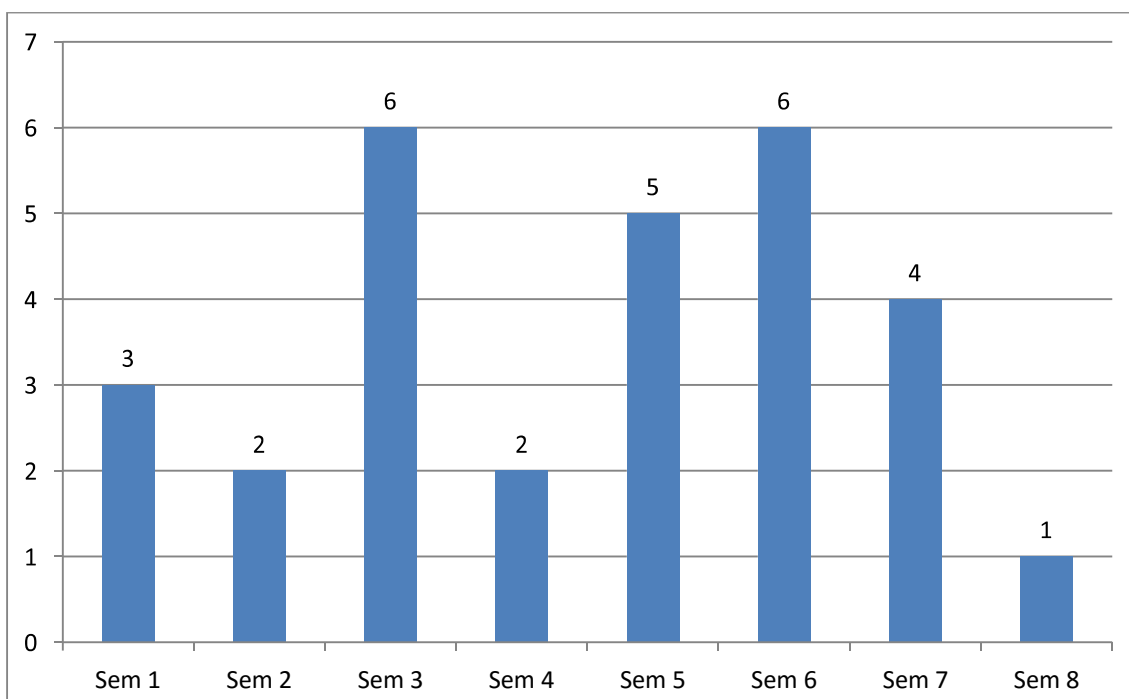
Figura 2: Gráfico - Cursos que oferecem a disciplina Bioética.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A seguir, observa-se o semestre em que a disciplina Bioética é oferecida nos cursos. Elas ocorrem de forma pontual, apenas uma vez durante a formação. No entanto, há uma diversidade do momento em que é oferecida nas faculdades mineiras. Das 27 instituições, destacam-se três cursos que oferecem a disciplina em dois momentos: Faculdade A (3° e 7° semestre), Faculdade B (6° e 7° semestre) e Faculdade C Faculdade B (2° e 4° semestre).

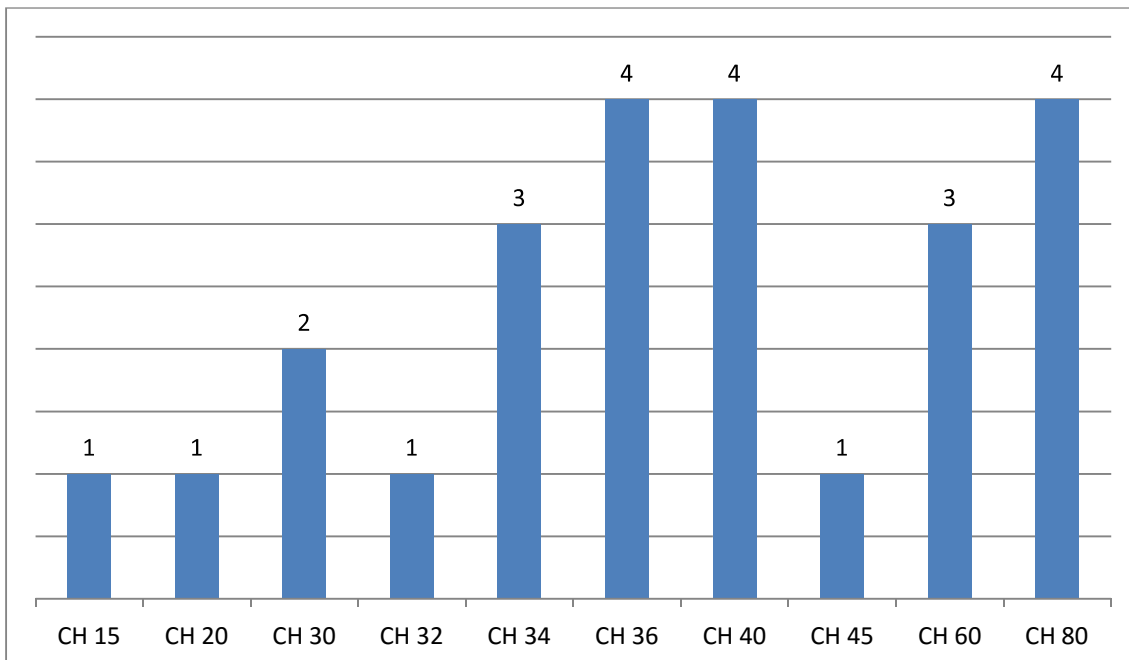
Figura 3- Gráfico - Semestre em que a disciplina Bioética é oferecida no curso



Fonte: Elaborado pelo autor.

E finalmente, analisou-se a carga horária dos cursos, que variou entre 15 a 80 horas/aula. Apenas uma instituição oferece parte da carga horária de prática (40 horas de aula teórica e 20 horas de aula prática).

Figura 4: Gráfico - Carga Horária (CH) da disciplina.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Sob a influência da antropologia cultural, nosso esforço foi o de elaborar uma etnografia desse material que nos permitisse rastrear em que faculdades as disciplinas de Bioética eram ofertadas, quais ofertam apenas ética médica, ou nenhuma delas.

Se nos ativermos às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina⁶, esperamos que o graduado em Medicina possua:

(...) formação geral, humanista, crítica, reflexiva e ética, com capacidade para atuar nos diferentes níveis de atenção à saúde, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, nos âmbitos individual e coletivo, com responsabilidade social e compromisso com a defesa da cidadania, da dignidade humana, da saúde integral do ser humano e tendo como transversalidade em sua prática, sempre, a determinação social do processo de saúde e doença (FERREIRA & PORTO, 2018, p. 319)

De acordo com esta descrição o estudante de Medicina, além do conhecimento técnico e abrangente que o insere no curso de Medicina, deve também estar comprometido com o exercício da cidadania e com as questões sociais que atravessam um país como o nosso, gravemente marcado por desigualdades.

⁶ <http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>

Acessado em 13/11/2018.

Apesar das questões a respeito da autonomia terem marcado as primeiras reflexões Bioéticas produzidas no âmbito do pensamento médico, a existência de um atuante movimento sanitarista e a emergência de diversas questões, antes silenciadas por um regime ditatorial, daria uma outra cara à Bioética brasileira mas também à Medicina. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais dos cursos de Medicina, é preciso ser menos tecnicista e mais sensível às diversas moralidades que separam os indivíduos no mundo real.

Assim, desde a década de 1990, a Bioética começa a adentrar as salas de aula dos cursos de Medicina de Minas Gerais. Disso sabemos. Mas qual o sentido dessa presença? Quais universidades e em que período são ofertadas as disciplinas de Bioética?

Os resultados que apresentamos nessa breve pesquisa certamente não são definitivos. Eles se referem mais a um processo de mudança que vem acontecendo paulatinamente e, portanto, em permanente mudança. Não temos como saber também sobre as matrizes curriculares de faculdades que não o disponibilizaram em seus sites, ou mesmo daquelas que o guia que a plataforma que utilizamos não *linkou* com uma página virtual.

Entre as quarenta e duas matrizes curriculares que nos foi possível analisar, apenas vinte e sete possuem uma disciplina de Bioética, a despeito das recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Medicina. Em um ou dois casos, na ausência de Bioética, é ministrada a disciplina Ética Médica, mas que, voltamos a lembrar, não deve ser confundida com Bioética.

Existem ainda algumas faculdades que ofertam disciplinas sociológicas em sua grade curricular, como filosofia, ciência política e antropologia, mas, devemos ressaltar, as questões Bioéticas não se veem restritas somente a um ou outro campo.

5 CONCLUSÃO

Devido a questões que dizem respeito à trajetória profissional do pesquisador, a relação com a Bioética tem sido tanto de ensino quanto de aprendizado. Enquanto aluno do Programa de Pós-Graduação em Bioética da Univás, tenho dividido com os professores e os alunos do mestrado muitas inquietações referentes às diferentes moralidades que teimam em instituir diferenças nas maneiras como são tratadas socialmente. E enquanto professor do curso de medicina dessa mesma instituição, temos nos esforçado em discutir tais questões com nossos graduandos de medicina.

Esta dissertação de mestrado é, em boa medida, um desdobramento dessas questões. Procurei desenvolver ao longo dessas páginas uma reflexão sobre a constituição do campo da Bioética, ressaltando autores e problemáticas importantes, além dos cenários e contextos em que essa constituição se produziu.

Em seguida, houve um esforço em traçar alguns paralelos entre a Bioética e os cursos de Medicina do estado de Minas Gerais. Para tanto, foi necessário historicizar o ensino superior no Brasil e em Minas Gerais, elaborar um levantamento desses cursos além de examinar suas matrizes curriculares em busca da presença de disciplinas de bioética.

Vale ressaltar que, por conta da discricção do material investigado, que revelava muito pouco em termos de conteúdo teórico, não foi possível traçar um sentido mais bem elaborado da presença das discussões bioéticas em tais instituições. Na maioria das vezes, as matrizes curriculares disponibilizadas apenas apontam a presença ou não da disciplina de Bioética. Seria necessário, o que pode ser feito futuramente, entrar em contato com os docentes dessa disciplina para aceder aos autores e influências teóricas que orientam esses docentes e suas perspectivas.

Durante a pesquisa, percebeu-se que algumas faculdades não possuíam nenhuma disciplina com a palavra “Bioética” no título, porém ofertavam a disciplina “ética Médica”, outras possuem em sua grade disciplinas que remetem à uma formação mais humanística. Apesar de consideradas nas avaliações, tais faculdades não foram incluídas entre as que possuem Bioética no seu currículo, pois a disciplina em si estava ausente.

Ainda assim, apesar do número reduzido de departamentos de Medicina no estado de Minas Gerais que ministram disciplinas de bioética – alguns se referem a essa disciplina como “Ética e Bioética” – é preciso considerar que a Bioética só muito

recentemente se confundiu com a prática acadêmica. No Brasil, essa penetração é mais recente ainda e surgiu num contexto de reabertura política, afirmação do movimento sanitarista e organização dos movimentos sociais.

Ainda que a Bioética se faça presente, enquanto disciplina, em algumas matrizes curriculares de umas poucas faculdades, deve-se ter em mente que se trata de um momento de constituição e afirmação de um campo, frente à outras disciplinas que já fazem parte de nossos currículos a mais de um século.

Do ponto de vista desta pesquisa, as discussões sobre Bioética e seu ensino encontram-se em processo de afirmação ainda, pelo menos nas faculdades de medicina mineiras.

Para finalizar, o conhecimento que possa ter brotado dessas páginas serão de grande utilidade não apenas para a aquisição de um título, mas, principalmente, como conteúdo que servirá de base para nossa própria prática acadêmica, nos colocando também como agentes do processo de implantação da Bioética em nossas faculdades de medicina.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, J.L. do. **Duzentos anos de ensino médico no Brasil**. 2007
- BARBOSA, S.N.. **Bioética em debate: aqui e lá fora**. Brasília: Ipea, 2011.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior**. Resolução nº3, de 20 de junho de 2014. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências [Internet]. Brasília (DF): Ministério da Educação; 2014.
- CAPILLA, D.J.G. **El Nacimiento de la Bioética**. Biblioteca Nueva, Madri, 2007.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia**, São Paulo, Editora 34, 1980.
- ENGEL EM. O desafio das biotécnicas para a ética e a Antropologia. **Veritas** 2004; 50(2):221
- FERREIRA, S.; PORTO, D. **Revista Bioética: qualidade & transparência**. Revista Bioética. (Impr.). 2018; 26 (3): 319-25
- FERRER, J. J. Y ÁLVAREZ J. C. **Parafundamentar la bioética. Teorías y paradigmas teóricos en la bioética contemporánea**, Madrid, Universidad Pontificia de Comillas, 2003, pág. 62.
- FIGUEIREDO, A. M.; GARRAFA, V.; PORTILLO, J. A. C. Ensino da Bioética na área da área das ciências da saúde: Estudo de revisão sistemática. **INTERTHESIS**, v. 5, n. 2, 2008, p. 47-72.
- FIGUEIREDO, A.M.. O ensino da Bioética na pós-graduação stricto sensu, na área de Ciências da Saúde, no Brasil. **RBPG**, Brasília, v. 8, n. 15, p. 139 - 161, março de 2011.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FREITAS, C. B. D. **O sistema de avaliação da ética em pesquisa no Brasil: estudos dos conhecimentos e práticas de lideranças de comitê de ética em pesquisa**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina, 2007.
- FREYRE, G. (1933) **Casa-Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.

GAFO, J. Historia de una nueva disciplina: la Bioética, en C. Romeo (coord.), **Derecho médico y bioética**, Granada, Comares, 1998.

GARRAFA, V. ; PORTO, D., “Intervention bioethics: a proposal for peripheral countries in a context of power and injustice”, **Bioethics**, 17 (5-6), 2003 : 399- 416.

GARRAFA, V. Radiografia Bioética de um país – Brasil. **Acta Bioethica**, ano 6, n. 1, 2000, p. 171-75.

GARRAFA, V. O novo conceito de Bioética. In: Garrafa, V.; Kottow, M.; Saada, A. (Org.). **Bases conceituais da Bioética – Enfoque latino-americano**. São Paulo: Gaia; UNESCO, 2006.

GRACIA, D . Bioética para la sociedad civil, en AAW, **Ética para a Sociedad Civil**. Consejo Social de la Universidad de Valladolid, 2003.

GRACIA, D. Planteamiento general de la Bioética, en A. Couceiro (ed.), **Bioética para clínicos**, Madrid, Triacastela, 1999.

HOSS, G.M. Fritz Jahr e o Imperativo Bioético Debate sobre o início da Bioética na Alemanha e sua importância em nível internacional. **Revista Bioethikos- Centro Universitário São Camilo** - 2013;7(1):84-86.

HOTTOIS, G. El paradigma bioético: Una ética para a tecnociência, Barcelona, **Anthropos**, 1991, págs 169- 170.

JAHR, V.F. Bioethik: eine Übersicht der Ethik und der Beziehung des Menschen mit Tieren und Pflanzen. **Kosmos, Gesellschaft der Naturfreunde**, Stuttgart Nr. 24., Ano: 1927; ps. 21-32

JONSEN, A.R. Bioethics As A Discipline, en **The Birth of Bioethics**, Nueva York, Oxford University Press, 1998, págs 325-351

MARTINS, A.C.P. Ensino superior no Brasil: Da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira** - Vol 17 (Suplemento 3), 2002

MEDEIROS, J.de L.. Esboço histórico da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais. 2008

MINTZ, S. **O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados** (org. C. R. Dabat). Recife: Ed. Universitária da UFPE. 2010

Neves, T.. **A História da Bioética no Mundo** (Maio de 2015). Disponível em: <https://bioeticaemfoco.wordpress.com/2015/05/07/mundo>. Acessado em, 15/09/2018

OLIVEIRA, A.A.S. Perspectivas epistemológicas da Bioética brasileira a partir da teoria de Thomas Kuhn. **Revista Brasileira de Bioética**. Volume 1, n o 4, 2005

OLIVEIRA, M. L. C. **Comitê de Ética em Pesquisa no Brasil: um estudo das representações sociais**. Brasília: Editora Universa, 2004.

OLIVEIRA, Ana Maria de. Bioética e as diretrizes curriculares nacionais do curso de medicina. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, Recife , v. 10, supl. 2, p. s303-s309, Dec. 2010 .

PAES, A.T.; DIAS, B.F; ELEUTÉRIO, G.N.; PAULA, V.P.. Perfil dos ingressantes na primeira turma de graduação em Medicina da Faculdade Israelita de Ciências da Saúde Albert Einstein. **Einstein** (São Paulo). 2018; 16(3):1-11

PEDROSO, E.R.P. A Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e sua origem na Inconfidência Mineira: história esquecida, incompreendida ou ficcional. **Revista de Medicina de Minas Gerais**, vol 21, 01, 2011.

REICH, W. T. The Word "Bioethcis": The Struggle Over Its Earliest Meanings, en **Kennedy Institute of Ethics Journal**, vol. 5, núm. 1 (1995), 19-34, pág. 20

SCHRAMM, F. R. A pesquisa Bioética no Brasil entre o antigo e o novo. **Cadernos Adenauer**, ano III, n. 1, 2002, p. 87-101.

SCHRAMM, F.R. Uma breve genealogia da Bioética em companhia de Van Rensselaer Potter. **Revista Bioethikos** - Centro Universitário São Camilo - 2011;5(3):302-308

SCHWARCZ, L.M.. **As barbas do Imperador - D. Pedro II um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, J., LEÃO, H.M.C, PEREIRA, A.C.A.C. Ensino de Bioética na graduação de Medicina: relato de experiência. **Revista Bioética**, 2013; 21 (2): 338-43

ANEXOS

INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR DE MEDICINA

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período	9º Período	10º Período	11º Período	12º Período
Módulos Tutoriais						Clínicas Integradas		Internatos			
Medicina Coletiva e Políticas Públicas 100 h	Nascimento, crescimento e desenvolvimento 160 h	Percepção consciência e emoção 160 h	Proliferação Celular 120 h	Saúde da Mulher 160 h	Saúde Mental 120 h	Desordens nutricionais e metabólicas 100 h	Psiquiatria 60 h	Internato em Clínica Médica 400 h	Internato em Pediatria 300 h	Internato em Cirurgia Geral 400 h	Internato em Saúde Coletiva/ Saúde da Família 600 h
Mecanismo de Agressão e Defesa 160 h	Metabolismo 160 h	Distúrbios sensoriais, motores e consciência 100 h	Locomoção e Preensão 120 h	Doenças Infecciosas Parasitárias Regionais 160 h	Dor Abdominal, Diarréia, Vômitos e Icterícia 160 h		Pediatria 60 h				
Concepção e formação do ser humano 160 h	Sistemas Orgânicos I 100 h	Sistemas Orgânicos II 160 h	Febre, Inflamação e Infecção 160 h	Anemias e Perdas de sangue 100 h	Dispnéia, Dor Torácica e Edemas 120 h		Saúde do Idoso 100 h				
Práticas Interdisciplinares, Laboratoriais e Profissionais											
Anatomia I 60 h	Anatomia II 60 h	Neuroanatomia 60 h	Anatomia III 60 h	Anatomia Patológica 60 h	Introdução ao Diagnóstico por Imagem 60 h	Diagnóstico por Imagem 60 h	Reumatologia 60 h	Internato em Urgência e Emergência I (Microrregional) 400 h	Internato em Urgência e Emergência II 200 h	Internato em Clínica Médica II 200 h	Internato em Saúde Mental 200 h
	Cito-histologia e Imunologia 60 h			Histologia E Fisiologia 60 h	Fisiologia 20 h	Patologia Geral 40 h	Fund. em Farmacologia 40 h				
Introdução à Semiologia Médica 60 h		Semiologia Médica I 60 h	Semiologia Médica II 60 h				Introdução a Técnicas Cirúrgicas 40 h				
	Parasitologia Médica 40 h			Microbiologia Médica 40 h	Patologia Clínica I 20 h	Doença da Pele e Tecidos Moles 100 h		Neurologia 60 h			
	Semiologia Médica I 60 h	Semiologia Médica II 60 h					Otorrinolaringologia 60 h				
	Semiologia Pediátrica I 40 h	Semiologia Pediátrica II 40 h					Laboratório Urgência e Emergência 60 h				
Pró-Estudo											
Estudo Individual 20 h	Estudo Individual 20 h	Estudo Individual 20 h	Estudo Individual 20 h	Estudo Individual 20 h	Estudo Individual 20 h	Estudo Individual 20 h	Estudo Individual 20 h				
Integração Comunitária											
M.I.C.I. 40 h	M.I.C.I. 40 h	M.I.C.I. 40 h	M.I.C.I. 40 h	M.I.C.I. 40 h	M.I.C.I. 40 h	M.I.C.I. 40 h	M.I.C.I. 40 h				
Atividades Científicas e Complementares											
Metodologia de Pesquisa- 40 h	P.I.2 20 h	P.I.3 20 h	P.I.4 20 h	P.I.5 20 h	P.I.6 20 h	T.F.G.1 Artigo 40 h	T.F.G.2 Artigo 40 h				
	P.I.1 20 h										
SIMFIP 10 h	SIMFIP 10 h	SIMFIP 10 h	SIMFIP 10 h	SIMFIP 10 h	SIMFIP 10 h	SIMFIP 10 h	SIMFIP 10 h				
Saúde e Sociedade											
Português 40 h	Relações Étnicas Raciais 20 h	LIBRAS 40 h	Direitos Humanos e Direito Médico 20 h	Meio Ambiente 20 h	Filosofia e Espiritualidade 20 h	Administração em Saúde 20 h	Ética Profissional 20 h				
770 h	750 h	790 h	690 h	750 h	770 h	690 h	730 h	800 h	800 h	800 h	800 h
TOTAL 9.014 h											

**GRADE E CORPO DOCENTE (Lei nº 13.168, de
06/10/2015)**

CURSO DE MEDICINA (BACHARELADO)

Atos Autorizativos

Criação	Publicação/DOU	Renov. Reconhecimento	Publicação/DOU
Decr. Estadual nº 9.387	19/01/1966	Portaria SERES 124	20/03/2013

Dirigentes da IES

Faiçal David Freire Chequer – Reitor	Matozinho Ferreira Barbosa - Pró-Reitor Administrativo e Financeiro
Irineu Carvalho de Macêdo – Vice-Reitor	
Ralph Batista de Maulaz - Chanceler	
	Teresinha Alves de Almeida - Pró-Reitora de Ensino e Assuntos Acadêmicos

Coordenador e Coordenador Adjunto do Curso

Coordenador: Prof. Dr. Rogério Saint-Clair Pimentel Mafrá **Coordenador Adjunto:** Prof. Dr. Sérgio Neves Drummond

Resultado das últimas avaliações promovidas pelo MEC

Curso avaliado *in loco* pelo MEC/INEP no período de 19 a 22/08/2012. Obteve o Conceito Final 5 (cinco).

Valor da Mensalidade / Forma de Reajuste

Valor: R\$ 5.583,81 (até vencimento); R\$ 6.647,40 (após data do vencimento).

Forma de Reajuste: estritamente na forma da Lei Federal nº 9.870, de 23-11-1999.

Duração do Curso (tempo de integralização)

Mínimo: 6,0 anos

Máximo: 9,0 anos

Matriz Curricular

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período
Anatomia Médica I - 160h	Anatomia Médica II - 160h	Fisiologia Médica - 120h	Farmacologia Médica I - 80h
Bioq. Cel. e Molecular - 120h	Neuroanatomia Méd. - 80h	Biofísica Apl. Medicina - 80h	Parasitologia Médica - 80h
Citologia Histol. Geral - 80h	Histologia Médica - 120h	Imunologia Médica - 80h	Patologia Geral - 80h
Genética e Evolução - 80h	Embriologia Médica - 80h	Bioestatística - 40h	IESC IV - 80h
IESC I - 80h	IESC II - 80h	Microbiologia Médica - 80h	Habilidades Profiss. IV - 80h
Habilidades Profiss. I - 40h	Habilidades Profiss. II - 80h	IESC III - 80h	Core Curriculum IV - 80h
Core Curriculum I - 80h	Core Curriculum II - 80h	Habilidades Profiss. III - 80h	
		Core Curriculum III - 80h	
5º Período	6º Período	7º Período	8º Período
Téc. Cir. Anestésicas - 120h	Imaginologia - 120h	Saúde da Mulher I - 80h	Saúde Criança e Adolesc. II - 80h
Anatomia Patológica I - 80h	Anatomia Patológica II - 80h	Saúde da Mulher II - 120h	Saúde Criança e Adolesc. III - 120h
Farmacolog. Médica II - 80h	Epidemiologia - 80h	Saúde do Adulto I - 120h	Saúde da Mulher III - 80h
Saúde do Trabalhador - 80h	Patologia Clínica I - 80h	Saúde do Adulto II - 80h	Saúde do Adulto III - 80h
Habilidades Profiss. V - 120h	Saúde Mental (Psiqu.) - 80h	Cirurgia I - 120h	Saúde do Adulto IV - 120h
	Habilidades Profiss. VI - 120h	Patologia Clínica II - 40h	Cirurgia II - 80h
		Med. Leg. Deontol. Bioét. - 40h	Cirurgia III - 120h
9º Período	10º Período	11º Período	12º Período
		Internatos	
Cuid. Saúde Criança I - 252h	Cuid. Saúde Criança II - 234h	Cuidados em Saúde Mental e do Idoso - 216h	Saúde Coletiva/ Intern. Rural - 720h
Cuidados em Saúde do Adulto I - 252h	Cuidados em Saúde do Adulto II - 234h		Atividades Complementares
			Ao longo do Curso: 400h
Cuidados em Saúde da Mulher - 216h	Cuidados em Saúde do Adulto III - 252h	Urgências e Emergências - 504h	Carga Horária Total
			7.419h

Critérios de avaliação do processo ensino-aprendizagem

1 - Conclusão, com aproveitamento, do ensino médio ou equivalente; 2 - Aprovação em processo seletivo promovido pela Universidade (vestibular); 3 - Observância rigorosa das exigências publicadas no Edital do Processo Seletivo, quanto a prazos, pagamento de taxas, critérios de desempate e outras; 4 - Efetivação da matrícula no local e data informados.

Recursos Disponíveis (infraestrutura para o curso)

• 15 salas de aula; • 01 sala de coordenação e NDE; • 01 sala de reuniões; • 01 sala de professores; • 11 salas para estudos; • 12 consultórios; • 05 gabinetes para professores; • 1 sala para reuniões; • 01 copa; • 12 sanitários; • 01 almoxarifado audiovisual; • 01 biotério; • Laboratório de Informática; • 5 hospitais conveniados (Itaúna e cidades vizinhas); - Sistema de internato rural em convênio com Secretarias Municipais (Itaúna e cidades vizinhas); - Rede pública de saúde (Itaúna e cidades vizinhas); - 02 casas para idosos, localizadas em Itaúna; - SAMU de Itaúna. Lab. Microbiologia, Imunologia e Parasitologia; Lab. Anatomia e Neuroanatomia Médica; Laboratório Bioquímica e Biofísica; Laboratório Farmacologia e Fisiologia; Laboratório Citologia, Histologia, Embriologia e Patologia; Laboratório Citologia, Histologia, Embriologia e Patologia; Laboratório Farmacologia Médica; Laboratório de Práticas Avaliativas e Terapêuticas em Idosos; Fundação Frederico Ozanan de Itaúna; Laboratório de Práticas Avaliativas e Terapêuticas; Hospital Manoel Gonçalves de Souza Moreira; Laboratório de Práticas Avaliativas e Terapêuticas; Laboratório de Técnicas Cirúrgicas e Anestésicas; Laboratório Habilidades Médicas; Laboratório Morfofuncional. • Biblioteca Central, com 1.346,60 m² e acervo bibliográfico com cerca de 207.000 livros didáticos, 26.000 periódicos nacionais e 11.000 estrangeiros, 470 vídeos e 1.900 Cd-Rom.

Critérios de avaliação do processo ensino-aprendizagem

A avaliação das disciplinas é expressa em pontos acumulados (0 a 100), exigindo-se, para aprovação, o mínimo de 60 pontos. As avaliações parciais (total de 60 pontos), serão feitas pelo professor, observado o seguinte cronograma: I - 1ª avaliação, (até 30 pontos), até o final da 8ª semana letiva; II - 2ª avaliação, (máximo de 30 pontos), até o final da 15ª semana letiva. A avaliação final, que não poderá ultrapassar 40 pontos, será realizada em seguida ao término de cada semestre letivo, exigindo-se do aluno, para fazê-la, um mínimo de 20 pontos nas avaliações parciais. Será oferecido exame especial ao aluno que não obtiver o mínimo exigido de 60 pontos nas avaliações parciais e na avaliação final em determinada disciplina.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA- BACHAELADO
Vigência a partir de 2018/2º semestre

1º SEMESTRE								
Componente Curricular	Horas-Aula					Créditos	Pré-requisito	Correquisito
	Teórico/ Prática		AD	APC	Total			
Psicologia	15	15	-	-	30	2	-	Antropologia; Vivências I
Antropologia	30		-	-	30	2	-	Psicologia VivênciasI
Ética e Conhecimentos Humanísticos I	20	10	-	-	30	2	-	-
Vivências I	15	15	-	-	30	2	-	Psicologia
Metodologia Científica	45	-	-	-	45	3	-	-
Anatomia Humana I	30	90	-	-	120	8	-	-
Bases Celulares e Morfofisiológicas I	75	75	-	-	150	10	-	-
Inserção na Rede Básica I	15	60	-	-	75	5	-	-
Subtotal	245	265	0	0	510	34	-	-

2º SEMESTRE								
Componente Curricular	Horas-Aula					Créditos	Pré-requisito	Correquisito
	Teórico/ Prática		AD	APC	Total			
Saúde e Sociedade	30	15	-	-	45	3	-	-
Ética e Conhecimentos HumanísticosII	20	10	-	-	30	2	-	-
Anatomia Humana II	9	96	-	-	105	7	Anatomia Humana I	-
Bases Celulares e Morfofisiológicas II	105	15	-	-	120	8	Bases Celulares e Morfológicas I	-
Bioquímica e Biofísica	80	10	-	-	90	6	-	-
Urgências e Emergências I	10	20	-	-	30	2	-	-
Inserção na Rede Básica II	15	60	-	-	75	5	Inserção na Rede Básica I	-
Subtotal	269	220	0	0	495	33	-	-

3º SEMESTRE								
Componente Curricular	Horas-Aula					Créditos	Pré-requisito	Correquisito
	Teórico/ Prática		AD	APC	Total			
Bioestatística	30	15	-	-	45	3	-	-
Informática Médica	10	35	-	-	45	3	-	-
Bioética	18	12	-	-	30	2	-	-
Vivências II	30	15	-	-	45	3	-	-
Ética e Conhecimentos Humanísticos III	20	10	-	-	30	2	-	-
Bioquímica Clínica	80	10	-	-	90	6	Bioquímica e Biofísica	-

Bases Celulares e Morfofisiológicas III	90	15	-	-	105	7	Bases Celulares e Morfológicas I	-
Neuroanatomia	20	10	-	-	30	2	Anatomia Humana II	-
Inserção na Rede Básica III	15	60	-	-	75	5	Inserção na Rede Básica II	-
Subtotal	313	182	0	0	495	33	-	-

4º SEMESTRE								
Componente Curricular	Horas-Aula				Créditos	Pré-requisito	Correquisito	
	Teórico/ Prática	AD	APC	Total				
Ética e Conhecimentos Humanísticos IV	20	10	-	-	30	2		-
Vivências III	30	15	-	-	45	3		-
Psicologia Médica	30	15	-	-	45	3	Psicologia	-
Epidemiologia	45	15	-	-	60	4		-
Técnica Cirúrgica e Cirurgia Experimental	16	59	-	-	75	5	Bases Celulares e Morfofisiológicas III; Anatomia II; Neuroanatomia.	-
Saúde do Idoso	10	20	-	-	30	2	Inserção na Rede Básica III	-
Saúde Mental	30	15	-	-	45	3	Inserção na Rede Básica I; Inserção na Rede Básica II; Inserção na Rede Básica III; Psicologia	-
Inserção na Rede Básica IV	15	60	-	-	75	5	Inserção na Rede Básica I; Inserção na Rede Básica II; Inserção na Rede Básica III	-
Semiologia	40	80	-	-	120	8	Bases Celulares e Morfofisiológicas I; Bases Celulares e Morfofisiológicas II; Bases Celulares e Morfofisiológicas III, Anatomia I; Anatomia II; Neuroanatomia; Bioquímica e Biofísica; Bioquímica Clínica	-
Medicina Legal	30		-	-	30	2	-	-
Subtotal	266	289	-	-	555	37	-	-

5º SEMESTRE

Componente Curricular	Horas-Aula				Créditos	Pré-requisito	Correquisito
	Teórico/ Prática	AD	APC	Total			
Ética e Conhecimentos Humanísticos V	20	10	-	-	30	2	-
Imunologia	68	22	-	-	90	6	Bases Celulares e Morfofisiológicas I; Bases Celulares e Morfofisiológicas II; Bases Celulares e Morfofisiológicas III; Anatomia Humana I; Anatomia Humana II; Neuroanatomia; Bioquímica e Biofísica; Bioquímica Clínica
Microbiologia	60	30	-	-	90	6	Bases Celulares e Morfofisiológicas I; Bases Celulares e Morfofisiológicas II; Bases Celulares e Morfofisiológicas III; Anatomia Humana I; Anatomia Humana II; Neuroanatomia; Bioquímica e Biofísica; Bioquímica Clínica
Parasitologia	58	32	-	-	90	6	Bases Celulares e Morfofisiológicas I; Bases Celulares e Morfofisiológicas II; Bases Celulares e Morfofisiológicas III; Anatomia Humana I; Anatomia Humana II; Neuroanatomia; Bioquímica e Biofísica; Bioquímica Clínica
Propedêutica	40	50	-	-	90	6	Semiologia; Bioquímica e Biofísica; Bioquímica Clínica

Farmacologia	120	30	-	-	150	10	Bases Celulares e Morfofisiológicas I; Bases Celulares e Morfofisiológicas II; Bases Celulares e Morfofisiológicas III; Bioquímica e Biofísica	-
Psiquiatria	30	15	-	-	45	3	Saúde Mental	-
Princípios Básicos de Oncologia	10	5	-	-	15	1	Semiologia	-
Subtotal	406	194	0	0	600	40	-	-

6º SEMESTRE								
Componente Curricular	Horas-Aula					Pré-requisito	Correquisito	
	Teórico/ Prática	AD	APC	Total	Créditos			
Ética e Conhecimentos Humanísticos VI	20	10	-	-	30	2	-	-
Patologia	75	105	-	-	180	12	Bases Celulares e Morfofisiológicas I; Bases Celulares e Morfofisiológicas II; Bases Celulares e Morfofisiológicas III; Anatomia Humana I; Anatomia Humana II, Neuroanatomia; Bioquímica e Biofísica; Bioquímica Clínica	Imagenologia
Genética	40	20	-	-	60	4	Bases Celulares e Morfofisiológicas I, II, III, Anatomia I e II, Neuroanatomia, Bioquímica Biofísica e Bioquímica Clínica	
Urgências e Emergências II	15	30	-	-	45	3	Urgências e Emergências I	
Clínica Médica I	70	110	-	-	180	12	Farmacologia; Semiologia; Propedêutica; Psicologia Médica	
Imagenologia	15	15	-	-	30	2	Anatomia Humana I; Anatomia Humana II; Neuroanatomia	Patologia

Anestesiologia	14	16	-	-	30	2	Bases Celulares e Morfofisiológicas I; Bases Celulares e Morfofisiológicas II; Bases Celulares e Morfofisiológicas III; Anatomia Humana I; Anatomia Humana II, Neuroanatomia; Bioquímica e Biofísica; Bioquímica Clínica; Farmacologia; Semiologia; Propedêutica	
Subtotal	249	306	0	0	555	37	-	-

7º SEMESTRE								
Componente Curricular	Horas -Aula					Pré-requisito	Correquisito	
	Teórico/ Prática	AD	APC	Total	Créditos			
Ética e Conhecimentos Humanísticos VII	10	5	-	-	15	1	-	-
Clínica Médica II	48	72	-	-	120	8	Clínica Médica I	-
Saúde da Criança	18	42	-	-	60	4	Semiologia; Propedêutica; Psicologia Médica	-
Introdução à Saúde da Mulher	25	65	-	-	90	6	Semiologia; Propedêutica; Psicologia Médica; Técnica Cirúrgica; Patologia; Oncologia	-
Inserção na Rede Básica V	15	60	-	-	75	5	Inserção na Rede Básica I; Inserção na Rede Básica II; Inserção na Rede Básica III; Inserção na Rede Básica IV	-
Clínica Cirúrgica I	118	62	-	-	180	12	Técnica Cirúrgica; Propedêutica; Semiologia; Patologia; Oncologia	-
Subtotal	234	306	0	0	540	36	-	-

8º SEMESTRE								
Componente Curricular	Horas-Aula				Créditos	Pré-requisito	Correquisito	
	Teórico/ Prática	AD	APC	Total				
Ética e Conhecimentos Humanísticos VIII	10	5	-	-	15	1	-	-
Clínica Médica III	123	147	-	-	270	18	Clínica Médica II	-
Pediatria Geral	21	84	-	-	105	7	Saúde da Criança	-
Ginecologia e Obstetrícia	25	80	-	-	105	7	Saúde da Mulher	-
Urgências e Emergências III	20	40	-	-	60	4	Urgências e Emergências I; Urgências e Emergências II	-
Clínica Cirúrgica II	15	15	-	-	30	2	Clínica Cirúrgica I	-
Subtotal	214	371	0	0	585	39	-	-

9º SEMESTRE								
Componente Curricular	Horas-Aula				Créditos	Pré-requisito	Correquisito	
	Teórico/ Prática	AD	APC	Total				
Estágio Supervisionado em Clínica Médica I	25	170	-	-	195	13	-	-
Estágio Supervisionado em Clínica Médica II	25	170	-	-	195	13	-	-
Estágio Supervisionado em Clínica Médica III	25	170	-	-	195	13	-	-
Estágio Supervisionado em Clínica Cirúrgica I	25	170	-	-	195	13	-	-
Estágio Supervisionado em Neonatologia	25	170	-	-	195	13	-	-
Estágio Supervisionado em Tocoginecologia I	25	170	-	-	195	13	-	-
Subtotal	150	1020	0	0	1170	78	-	-

10º SEMESTRE								
Componente Curricular	Horas-Aula				Créditos	Pré-requisito	Correquisito	
	Teórico/Prática	AD	APC	Total				
Estágio Supervisionado em Clínica Médica IV	25	170	-	-	195	13	Estágio Supervisionado em Clínica Médica I; Estágio Supervisionado em Clínica Médica II; Estágio Supervisionado em Clínica Médica III; Estágio Supervisionado em Clínica Cirúrgica I; Estágio Supervisionado em Neonatologia;	-

							Estágio Supervisionado em Tocoginecologia I	
Estágio Supervisionado em Clínica Médica V	25	170	-	-	195	13	Estágio Supervisionado em Clínica Médica I; Estágio Supervisionado em Clínica Médica II; Estágio Supervisionado em Clínica Médica III; Estágio Supervisionado em Clínica; Cirúrgica I; Estágio Supervisionado em Neonatologia; Estágio Supervisionado em Tocoginecologia I	-
Estágio Supervisionado em Clínica Cirúrgica II	25	170	-	-	195	13	Estágio Supervisionado em Clínica Médica I; Estágio Supervisionado em Clínica Médica II; Estágio Supervisionado em Clínica Médica III; Estágio Supervisionado em Clínica; Cirúrgica I; Estágio Supervisionado em Neonatologia; Estágio Supervisionado em Tocoginecologia I	-
Estágio Supervisionado em Pediatria Hospitalar	25	170	-	-	195	13	Estágio Supervisionado em Clínica Médica I; Estágio Supervisionado em Clínica Médica II; Estágio Supervisionado em Clínica Médica III; Estágio Supervisionado em Clínica; Cirúrgica I; Estágio Supervisionado em Neonatologia; Estágio Supervisionado em Tocoginecologia I	-

Estágio Supervisionado em Tocoginecologia II	25	170	-	-	195	13	Estágio Supervisionado em Clínica Médica I; Estágio Supervisionado em Clínica Médica II; Estágio Supervisionado em Clínica Médica III; Estágio Supervisionado em Clínica; Cirúrgica I; Estágio Supervisionado em Neonatologia; Estágio Supervisionado em Tocoginecologia I	-
Subtotal	125	850	0	0	975	65	-	-

11º SEMESTRE								
Componente Curricular	Horas-Aula				Créditos	Pré-requisito	Correquisito	
	Teórico/Prática	AD	APC	Total				
Estágio Supervisionado em Clínica Médica VI	25	170	-	-	195	13	Estágio Supervisionado em Clínica Médica IV; Estágio Supervisionado em Clínica Médica V; Estágio Supervisionado em Clínica; Cirúrgica II; Estágio Supervisionado em Pedriatria Hospitalar; Estágio Supervisionado em Tocoginecologia II	-
Estágio Supervisionado em Clínica Cirúrgica III	25	170	-	-	195	13	Estágio Supervisionado em Clínica Médica IV; Estágio Supervisionado em Clínica Médica V; Estágio Supervisionado em Clínica; Cirúrgica II; Estágio Supervisionado em Pedriatria Hospitalar; Estágio Supervisionado em Tocoginecologia II	-

Estágio Supervisionado em Tocoginecologia III	25	170	-	-	195	13	Estágio Supervisionado em Clínica Médica IV; Estágio Supervisionado em Clínica Médica V; Estágio Supervisionado em Clínica; Cirúrgica II; Estágio Supervisionado em Pedriatria Hospitalar; Estágio Supervisionado em Tocoginecologia II	-
Estágio Eletivo	25	170	-	-	195	13	-	-
Estágio Supervisionado em Medicina Geral e Comunitária	50	340	-	-	390	26	-	
Subtotal	150	1020	0	0	1170	78	-	-

12º SEMESTRE								
Componente Curricular	Horas-Aula				Créditos	Pré-requisito	Correquisito	
	Teórico/Prát	AD	APC	Total				
Estágio Supervisionado em Clínica Médica VII	25	170	-	-	195	13	Estágio Supervisionado em Clínica Médica VI; Estágio Supervisionado em Clínica; Cirúrgica III; Estágio Supervisionado em Tocoginecologia II; Estágio Eletivo; Estágio Supervisionado em Medicina Geral e Comunitária	-
Estágio Supervisionado em Clínica Cirúrgica IV	25	170	-	-	195	13	Estágio Supervisionado em Clínica Médica VI; Estágio Supervisionado em Clínica; Cirúrgica III; Estágio Supervisionado em Tocoginecologia II; Estágio Eletivo; Estágio Supervisionado em Medicina Geral e Comunitária	-

Estágio Supervisionado em Pediatria Social	25	170	-	-	195	13	Estágio Supervisionado em Clínica Médica VI; Estágio Supervisionado em Clínica; Cirúrgica III; Estágio Supervisionado em Tocoginecologia II; Estágio Eletivo; Estágio Supervisionado em Medicina Geral e Comunitária	-
Estágio Supervisionado em Tocoginecologia IV	25	170	-	-	195	13	Estágio Supervisionado em Tocoginecologia II	-
Estágio Supervisionado em Emergências Pediátricas	25	170	-	-	195	13	Estágio Supervisionado em Pediatria Hospitalar	-
Subtotal	125	850			975	65		-

COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS								
Componente Curricular	Teórica / Prática		AD	APC	Total	Créditos	Semestre	Pré-requisito / Correquisito
Apresentação de casos de Autópsias e Biópsias	15	15	-	-	30	2	-	Anatomia II
Aspectos Morfológicos da Saúde Materno Infantil	45	-	-	-	45	3	-	-
Atenção e Proteção Legal da Mulher Trabalhadora que Amamenta	6	9	-	-	15	1	-	-
Atividade Física e Desportiva - Exercícios Físicos e Controle do Peso Corporal - Futsal	6	24	-	-	30	2	-	-
Atividade Física e Desportiva - Exercícios Físicos e Controle do Peso Corporal - Voleibol	6	24	-	-	30	2	-	-
Biópsia Renal	29	16	-	-	45	3	-	-
Direitos Reprodutivos: anticoncepção	10	5	-	-	15	1	-	-
Fisiologia do Exercício e Atividade Física Desportiva - Futsal	6	24	-	-	30	2	-	-
Fisiologia do Exercício e Atividade Física Desportiva - Voleibol	6	24	-	-	30	2	-	-
Humanização em Saúde	30	15	-	-	45	3	-	-
Intuições Jurídicas e Direito à Saúde	15	15	-	-	30	2	-	-
Processos Patológicos Gerais	90	-	-	-	90	6	-	-
Saúde Bucal	30	0	-	-	30	2	-	-

Saúde do Trabalhador	30		-	-	30	2	-	-
Saúde Mental e Direitos Humanos	30	15	-	-	45	3	-	-
Técnicas em Histopatologia, Histoquímica e Imunohistoquímica	15	15	-	-	30	2	-	-
Tópicos em Deriva Genética	15		-	-	15	1	-	-
Temas em Psicologia da Saúde	30	15	-	-	45	3	-	-
Violência e Saúde	30	15	-	-	45	3	-	-

SÍNTESE DA MATRIZ CURRICULAR					
Componentes Curriculares	Horas-Aula				Créditos
	Teórica / Prática	AD	APC	Total	
Componentes Curriculares Gerais	4335	-	-	4335	297
Componentes Curriculares Eletivos	120	-	-	120	8
Estágio Curricular Supervisionado	4290	-	-	4290	286
Trabalho de Conclusão de Curso	0	-	-	0	0
Atividades Acadêmico- Científico Culturais	240	-	-	240	16
TOTAL	8985	-	-	8985	599
Carga Horária Total do Curso em Horas:				7487,50	
Tempo de integralização curricular:	Máximo			Mínimo	
	18 semestres (9 anos)			12 semestres (6 anos)	

ATO DE CRIAÇÃO/AUTORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO DO CURSO

Reconhecimento: Decretos nº. 47.496, de 26 de dezembro de 1959.

OBSERVAÇÕES:

1. De acordo com a Resolução nº 001, de 09/02/2010, da Congregação da UFTM, a duração dos cursos será fixada em horas aula (h/a). Cada h/a terá a duração de 50 minutos. O crédito acadêmico corresponde a 15 (quinze) horas/aula.



CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA – FACULDADE DE MEDICINA – UNIV. FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Matriz Curricular

Período	Disciplinas	Carga Horária	Requisitos
1º	Atividades Sensoriais, reflexivas e formativas - ASRF I	75	—
	Das Moléculas aos Tecidos / Método	315	—
	Saúde Coletiva I	150	—
	Saúde Individual I	60	—
TOTAL		600	
2º	Saúde Coletiva II	150	Saúde Coletiva I
	Saúde Individual II	60	Saúde Individual I
	Atividades Sensoriais Reflexivas E Formativas II	45	Atividades Sensoriais, reflexivas e formativas - ASRF I
	Dos Tecidos Aos Sistemas I	360	Das Moléculas aos Tecidos I / Método
TOTAL		615	
3º	Saúde Coletiva III	150	Saúde Coletiva II
	Saúde Individual III	60	Saúde Individual II
	Atividades Sensoriais Reflexivas E Formativas III	45	Atividades Sensoriais, reflexivas e formativas - ASRF II
	Dos Tecidos Aos Sistemas II	390	Dos Tecidos aos Sistemas I
TOTAL		645	
4º	Saúde Coletiva IV	60	Saúde Coletiva III
	Saúde Individual IV	150	Saúde Individual III
	Atividades Sensoriais Reflexivas E Formativas IV	45	Atividades Sensoriais, reflexivas e formativas - ASRF III
	Medicina Integrada I	390	Dos Tecidos aos Sistemas II
TOTAL		645	
5º	Saúde Coletiva V	60	Saúde Coletiva IV
	Saúde Individual V	180	Saúde Individual IV
	Atividades Sensoriais Reflexivas E Formativas V	45	Atividades Sensoriais, reflexivas e formativas - ASRF IV
	Medicina Integrada II	360	Medicina Integrada I
TOTAL		645	
6º	Saúde Coletiva VI	60	Saúde Coletiva V
	Saúde Individual VI	180	Saúde Individual V
	Atividades Sensoriais Reflexivas e Formativas VI	30	Atividades Sensoriais Reflexivas E Formativas V
	Medicina Integrada III	375	Medicina Integrada II
TOTAL		645	

7º	Saúde Coletiva VII	60	Saúde Coletiva VI
	Saúde Individual VII	210	Saúde Individual VI
	Atividades Sensoriais Reflexivas e Formativas VII	30	Atividades Sensoriais Reflexivas e Formativas VI
	Medicina Integrada IV	345	Medicina Integrada III
TOTAL		645	

8º	Saúde Coletiva VIII	60	Saúde Coletiva VII
	Saúde Individual VIII	210	Saúde Individual VII
	Atividades Sensoriais Reflexivas e Formativas VIII	30	Atividades Sensoriais Reflexivas e Formativas VII
	Medicina Integrada V	345	Medicina Integrada IV
TOTAL		645	

9º ao 12º Períodos		
Código	Disciplina	Carga Horária
FAMED31901	Estágio Supervisionado na Área Materno-Infantil	870
FAMED31001	Estágio Supervisionado na Área Clínico-Cirúrgica	870
FAMED31003	Estágio Supervisionado na Área de Trauma e Urgências:Materno-Infantil e Clínico-Cirúrgica	725
FAMED31004	Estágio Supervisionado Eletivo	145
FAMED31002	Estágio Supervisionado na Área de Saúde Coletiva	870
Carga horária total		3480

Integralização Curricular	Carga Horária
Carga Horária do Internato (24 meses)	3480h
Carga Horária das Disciplinas Optativas	90h
Carga Horária de Atividades Acadêmicas Complementares	270h
Carga Horária das Disciplinas, excluindo optativas	5085h
Carga Horária das Disciplinas, incluindo optativas	5175h
Carga Horária Total Currículo, excluindo optativas e Atividades Complementares	8565h
Carga Horária Total Currículo, incluindo optativas	8655h
Carga Horária Total Currículo	8925h

Distribuição da Carga Horária do Estágio Supervisionado em Regime de Internato:

- 1) O Internato tem duração total de quatro semestres (24 meses), cumpridos nas áreas de estágio.
- 2) O Internato Hospitalar nas áreas Materno-Infantil e Clínico-Cirúrgica é de 48 semanas durante dois semestres. Cada aluno frequenta estágio nas duas áreas.
- 3) O Internato na Área de Trauma e Urgências:Materno-Infantil e Clínico-Cirúrgica tem duração de 24 semanas distribuídas em 2 áreas

O Internato na Área de Saúde Coletiva tem duração de 24 semanas



CURRÍCULO PLENO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA

1º Período

DISCIPLINAS	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
Anatomia do Ap. Locomotor	60	60	120
Ciências Sociais, Saúde e Meio Ambiente	30	00	30
Citologia/Histologia	90	15	105
Embriologia / Genética	75	00	75
Introdução à Prática Médica	30	30	60
Pol. Púb. de Saúde e Cultura Étnico-racial	30	00	30
TOTAL	315	105	420
Espaço p/ Aprendizagem e Seminários Integradores Aplicados à Clínica I	--	--	90

2º Período

DISCIPLINAS	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
Anatomia Humana	45	75	120
Bioquímica	60	30	90
Epidemiol. / Bioestatística	30	30	60
Fisiologia Humana I	60	15	75
Histologia Médica	30	30	60
Psicologia Médica e Ética	60	00	60
Prog.Int. Atenção Primária I	00	15	15
TOTAL	285	195	480
Espaço p/ Aprendizagem e Seminários Integradores Aplicados à Clínica II	--	--	90

3º Período

DISCIPLINAS	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
Ciência Política	30	00	30
Fisiologia Humana II	60	15	75
Mec. de Agressão e Defesa	90	45	135
Neuroanatomofisiologia	60	30	90
Patologia Geral	30	15	45
Prog.Int. Atenção Primária II	00	15	15
TOTAL	270	120	390
Espaço p/ Aprendizagem e Seminários Integradores Aplicados à Clínica III	--	--	90

4º Período

DISCIPLINAS	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
Farmacologia I	45	00	45
Fisiopatologia I	75	30	105
Iniciação Científica I	15	00	15
Semiologia I	60	120	180
Técnica Cirúrgica	30	45	75
TOTAL	225	195	420
Espaço p/ Aprendizagem e Seminários Integradores Aplicados à Clínica IV	--	--	90

5º Período

DISCIPLINAS	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
Farmacologia II	60	00	60
Fisiopatologia II	75	30	105
Imaginologia Torácica	00	15	15
Iniciação Científica II	15	00	15
Medicina Laboratorial	60	00	60
Semiologia II	60	120	180
TOTAL	270	165	435
Espaço p/ Aprendizagem e Seminários Integradores Aplicados à Clínica V	--	--	90

6º Período

DISCIPLINAS	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
Clínica Cirúrg. do Adulto I	30	45	75
Clínica Médica do Adulto I	90	45	135
Imagem Aplicada à Clínica	15	30	45
Iniciação Científica III	15	00	15
Saúde do Adolescente	30	00	30
Saúde da Criança I	60	45	105
TOTAL	240	165	405
Espaço p/ Aprendizagem e Seminários Integradores Aplicados à Clínica VI	--	--	90



7º Período

DISCIPLINAS	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
Bioética	30	00	30
Clínica Médica do Adulto II	90	45	135
Deontologia	30	00	30
Iniciação Científica IV	15	00	15
Medicina Legal	15	15	30
Rac. Clínico Epidemiológico	45	00	45
Saúde da Criança II	60	45	105
Saúde da Mulher I	60	60	120
Saúde do Trabalhador	30	00	30
TOTAL	375	165	540
Espaço p/ Aprendizagem e Seminários Integradores Aplicados à Clínica VII	--	--	90

8º Período

DISCIPLINAS	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
Clínica Cirúrg. do Adulto II	30	45	75
Clínica Médica do Adulto III	75	45	120
Gestão de Carreira	30	00	30
Iniciação Científica V	15	00	15
Saúde do Idoso	45	00	45
Saúde Mental / Psiquiatria	30	30	60
Saúde da Mulher II	60	45	105
TOTAL	285	165	450
Espaço p/ Aprendizagem e Seminários Integradores Aplicados à Clínica VIII	--	--	90

9º Período

DISCIPLINAS	Carga Horária
Internato de Habilidades em Urgência e Emergência	800
TOTAL	800

10º Período

DISCIPLINAS	Carga Horária
Internato em Saúde Coletiva	800
TOTAL	800

11º Período

DISCIPLINAS	Carga Horária
Internato Hospitalar (Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Toco-ginecologia e Pediatria)	900
TOTAL	900

12º Período

DISCIPLINAS	Carga Horária
Internato Hospitalar (Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Toco-ginecologia e Pediatria)	900
TOTAL	900

DISCIPLINAS OPTATIVAS	Carga Horária
Aspectos Clínicos em Imaginologia Torácica	30
Eletrocardiografia	30
Economia da Saúde	30
História da Medicina e Terminologia Médica	30
Medicina e Espiritualidade	30
Noções Básicas em Libras I – Língua Brasileira de Sinais	30
Raciocínio Clínico	30

DISCIPLINAS OPTATIVAS	Carga Horária
Antibioticoterapia Aplicada à Clínica	30
Dermatologia Elementar	30
Inglês para a Carreira Médica	30
Journal Club	30
Medicina Laboratorial Aplicada	30
Noções Básicas em Libras II – Língua Brasileira de Sinais	30

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	Carga Horária
	300

Carga Horária total do curso: 7240 horas

Currículo do Curso de Medicina

Médico

Coordenadora

Débora Carvairo Ferreira

Atuação

O Projeto Pedagógico do Curso de Medicina da UFV prevê a formação de um médico generalista, com espírito crítico, curiosidade científica e interesse permanente pelo aprendizado, com iniciativa para a busca do conhecimento; consciência da transitoriedade de teorias e técnicas, assumindo a necessidade da educação continuada ao longo de toda a vida profissional; domínio dos conhecimentos básicos necessários à compreensão dos processos relacionados com a prática médica; iniciativa criadora e senso de responsabilidade na busca de soluções para os problemas sociais; capacidade para trabalho em equipe multidisciplinar; preparação técnica e motivação para participação de ações que visem à informação e educação da população na promoção da saúde; engajamento nos processos da comunidade para a efetivação do princípio constitucional de saúde para todos; ética, bioética e respeito por todas as formas de existência.

Reconhecimento:

Autorização: Portaria do MEC N.º 037/2010 de 13/01/2010 CEPE-UFV, Ata N.º 441 de 06/09/2007 Ano de início: 2010

Turno: Integral - 50 vagas anuais

Exigência	Horas	Prazos	Anos
Disciplinas obrigatórias	8070	Mínimo	6,0
		Padrão	6,0
Estágio Supervisionado (3.460h)		Máximo	12,0
Total	8070		

Currículo do Curso de Medicina

SEQUÊNCIA SUGERIDA

Disciplinas Obrigatórias		Carga Horária Cr(T-P)	Total Horas	Pré-requisito (Pré ou Co-requisito)*	Semestre de Oferecimento
Código	Nome				
1º período					
BIO111	Biologia Celular	2(2-0)	30	BIO112*	I e II
BIO112	Laboratório de Biologia Celular	2(0-2)	30	BIO111*	I e II
BQI103	Bioquímica I	5(5-0)	75		I e II
MED101	Bases Morfofuncionais da Medicina I	16(8-8)	240		I
MED131	Laboratório Aplicado à Clínica I	2(0-2)	30		I

Médico
Coordenadora

Débora Carvalho Ferreira

Atuação

O Projeto Pedagógico do Curso de Medicina da UFV prevê a formação de um médico generalista, com espírito crítico, curiosidade científica e interesse permanente pelo aprendizado, com iniciativa para a busca do conhecimento; consciência da transitoriedade de teorias e técnicas, assumindo a necessidade da educação continuada ao longo de toda a vida profissional; domínio dos conhecimentos básicos necessários à compreensão dos processos relacionados com a prática médica; iniciativa criadora e senso de responsabilidade na busca de soluções para os problemas sociais; capacidade para trabalho em equipe multidisciplinar; preparação técnica e motivação para participação de ações que visem à informação e educação da população na promoção da saúde; engajamento nos processos da comunidade para a efetivação do princípio constitucional de saúde para todos; ética, bioética e respeito por todas as formas de existência.

Reconhecimento:

Autorização: Portaria do MEC N.º 037/2010 de 13/01/2010 CEPE-UFV, Ata N.º 441 de 06/09/2007 Ano de início: 2010

Turno: Integral - 50 vagas anuais

Exigência	Horas	Prazos	Anos
Disciplinas obrigatórias	8070	Mínimo	6,0
		Padrão	6,0
Estágio Supervisionado (3.460h)		Máximo	12,0
Total	8070		

Currículo do Curso de Medicina

SEQUÊNCIA SUGERIDA

Disciplinas Obrigatórias	Carga Horária	Total Horas	Pré-requisito (Pré ou Co-requisito)*	Semestre de Oferecimento	
Código	Nome	Cr(T-P)			
MED191	Prática Profissional e Trabalho em Saúde I	7(1-6)	105	I	
MED193	Ética, Bioética e Saúde Pública	3(3-0)	45	I	
Total		37	555		
Total Acumulado		37	555		
2º período					
BIO244	Genética Humana	3(3-0)	45	II	
BIO250	Imunologia	4(2-2)	60	MBI100 ou BQI103	II

Médico
Coordenadora

Débora Carvalho Ferreira
Atuação

O Projeto Pedagógico do Curso de Medicina da UFV prevê a formação de um médico generalista, com espírito crítico, curiosidade científica e interesse permanente pelo aprendizado, com iniciativa para a busca do conhecimento; consciência da transitoriedade de teorias e técnicas, assumindo a necessidade da educação continuada ao longo de toda a vida profissional; domínio dos conhecimentos básicos necessários à compreensão dos processos relacionados com a prática médica; iniciativa criadora e senso de responsabilidade na busca de soluções para os problemas sociais; capacidade para trabalho em equipe multidisciplinar; preparação técnica e motivação para participação de ações que visem à informação e educação da população na promoção da saúde; engajamento nos processos da comunidade para a efetivação do princípio constitucional de saúde para todos; ética, bioética e respeito por todas as formas de existência.

Reconhecimento:

Autorização: Portaria do MEC N.º 037/2010 de 13/01/2010 CEPE-UFV, Ata N.º 441 de 06/09/2007 Ano de início: 2010

Turno: Integral - 50 vagas anuais

Exigência	Horas	Prazos	Anos
Disciplinas obrigatórias	8070	Mínimo	6,0
		Padrão	6,0
Estágio Supervisionado (3.460h)		Máximo	12,0
Total	8070		

Currículo do Curso de Medicina

SEQUÊNCIA SUGERIDA

Disciplinas Obrigatórias	Carga Horária	Total Horas	Pré-requisito (Pré ou Co-requisito)*	Semestre de Oferecimento
Código Nome	Cr(T-P)			
MED102 Bases Morfofuncionais da Medicina II	16(8-8)	240	MED101	II
MED132 Laboratório Aplicado à Clínica II	2(0-2)	30	MED131 e MED192*	II
MED192 Prática Profissional e Trabalho em Saúde II	8(2-6)	120	MED101 e MED102* e MED132* e MED191	II
NUT362 Bioestatística	4(2-2)	60		I e II
Total	37	555		
Total Acumulado	74	1110		

3º período

Médico
Coordenadora

Débora Carvalho Ferreira
Atuação

O Projeto Pedagógico do Curso de Medicina da UFV prevê a formação de um médico generalista, com espírito crítico, curiosidade científica e interesse permanente pelo aprendizado, com iniciativa para a busca do conhecimento; consciência da transitoriedade de teorias e técnicas, assumindo a necessidade da educação continuada ao longo de toda a vida profissional; domínio dos conhecimentos básicos necessários à compreensão dos processos relacionados com a prática médica; iniciativa criadora e senso de responsabilidade na busca de soluções para os problemas sociais; capacidade para trabalho em equipe multidisciplinar; preparação técnica e motivação para participação de ações que visem à informação e educação da população na promoção da saúde; engajamento nos processos da comunidade para a efetivação do princípio constitucional de saúde para todos; ética, bioética e respeito por todas as formas de existência.

Reconhecimento:

Autorização: Portaria do MEC N.º 037/2010 de 13/01/2010 CEPE-UFV, Ata N.º 441 de 06/09/2007 Ano de início: 2010

Turno: Integral - 50 vagas anuais

Exigência	Horas	Prazos	Anos
Disciplinas obrigatórias	8070	Mínimo	6,0
		Padrão	6,0
Estágio Supervisionado (3.460h)		Máximo	12,0
Total	8070		

Currículo do Curso de Medicina

SEQUÊNCIA SUGERIDA

Disciplinas Obrigatórias		Carga Horária	Total Horas	Pré-requisito (Pré ou Co-requisito)*	Semestre de Oferecimento
Código	Nome	Cr(T-P)			
MED211	Infecção e Imunidade I	4(2-2)	60	MED102 e MED231*	I
MED221	Mecanismos Básicos do Processo Saúde-Doença	14(8-6)	210	MED102 e MED231* e MED291*	I
MED224	Bases Farmacológicas da Terapêutica Clínica I	4(2-2)	60	MED102 e MED221* e MED291*	I
MED231	Laboratório Aplicado à Clínica III	2(0-2)	30	MED132 e MED211* e MED221* e MED291*	I
MED291	Prática Profissional e Trabalho em Saúde III	13(1-12)	195	MED192 e MED221* e MED231*	I
NUT363	Epidemiologia	4(2-2)	60	NUT362	I e II

Médico
Coordenadora

Débora Carvalho Ferreira

Atuação

O Projeto Pedagógico do Curso de Medicina da UFV prevê a formação de um médico generalista, com espírito crítico, curiosidade científica e interesse permanente pelo aprendizado, com iniciativa para a busca do conhecimento; consciência da transitoriedade de teorias e técnicas, assumindo a necessidade da educação continuada ao longo de toda a vida profissional; domínio dos conhecimentos básicos necessários à compreensão dos processos relacionados com a prática médica; iniciativa criadora e senso de responsabilidade na busca de soluções para os problemas sociais; capacidade para trabalho em equipe multidisciplinar; preparação técnica e motivação para participação de ações que visem à informação e educação da população na promoção da saúde; engajamento nos processos da comunidade para a efetivação do princípio constitucional de saúde para todos; ética, bioética e respeito por todas as formas de existência.

Reconhecimento:

Autorização: Portaria do MEC N.º 037/2010 de 13/01/2010 CEPE-UFV, Ata N.º 441 de 06/09/2007 Ano de início: 2010

Turno: Integral - 50 vagas anuais

Exigência	Horas	Prazos	Anos
Disciplinas obrigatórias	8070	Mínimo	6,0
		Padrão	6,0
Estágio Supervisionado (3.460h)		Máximo	12,0
Total	8070		

Currículo do Curso de Medicina

SEQUÊNCIA SUGERIDA

Disciplinas Obrigatórias		Carga Horária	Total	Pré-requisito (Pré ou Co-requisito)*	Semestre de Oferecimento
Código	Nome	Cr(T-P)	Horas		
Total		41	615		
Total Acumulado		115	1725		

4º período

MED212	Infecção e Imunidade	4(2-2)	60	MED211 e MED231 e MED232*	II
MED222	Mecanismos Básicos do Processo Saúde-Doença	10(6-4)	150	MED221	II
MED225	Bases Farmacológicas da Terapêutica Clínica II	4(2-2)	60	MED224 e MED292* e MED212* e MED222*	II
MED232	Laboratório Aplicado à Clínica IV	2(0-2)	30	MED211 e MED212* e MED222* e MED231 e MED292*	II

Médico
Coordenadora

Débora Carvalho Ferreira

Atuação

O Projeto Pedagógico do Curso de Medicina da UFV prevê a formação de um médico generalista, com espírito crítico, curiosidade científica e interesse permanente pelo aprendizado, com iniciativa para a busca do conhecimento; consciência da transitoriedade de teorias e técnicas, assumindo a necessidade da educação continuada ao longo de toda a vida profissional; domínio dos conhecimentos básicos necessários à compreensão dos processos relacionados com a prática médica; iniciativa criadora e senso de responsabilidade na busca de soluções para os problemas sociais; capacidade para trabalho em equipe multidisciplinar; preparação técnica e motivação para participação de ações que visem à informação e educação da população na promoção da saúde; engajamento nos processos da comunidade para a efetivação do princípio constitucional de saúde para todos; ética, bioética e respeito por todas as formas de existência.

Reconhecimento:

Autorização: Portaria do MEC N.º 037/2010 de 13/01/2010 CEPE-UFV, Ata N.º 441 de 06/09/2007 Ano de início: 2010

Turno: Integral - 50 vagas anuais

Exigência	Horas	Prazos	Anos
Disciplinas obrigatórias	8070	Mínimo	6,0
		Padrão	6,0
Estágio Supervisionado (3.460h)		Máximo	12,0
Total	8070		

Currículo do Curso de Medicina

SEQUÊNCIA SUGERIDA

Disciplinas Obrigatórias		Carga Horária Cr(T-P)	Total Horas	Pré-requisito (Pré ou Co-requisito)*	Semestre de Oferecimento
Código	Nome				
MED391	Prática Profissional e Trabalho em Saúde V	20(0-20)	300	MED292 e MED331* e MED341* I	
Total		36	540		
Total Acumulado		184	2760		

6º período

Médico
Coordenadora

Débora Carvalho Ferreira

Atuação

O Projeto Pedagógico do Curso de Medicina da UFV prevê a formação de um médico generalista, com espírito crítico, curiosidade científica e interesse permanente pelo aprendizado, com iniciativa para a busca do conhecimento; consciência da transitoriedade de teorias e técnicas, assumindo a necessidade da educação continuada ao longo de toda a vida profissional; domínio dos conhecimentos básicos necessários à compreensão dos processos relacionados com a prática médica; iniciativa criadora e senso de responsabilidade na busca de soluções para os problemas sociais; capacidade para trabalho em equipe multidisciplinar; preparação técnica e motivação para participação de ações que visem à informação e educação da população na promoção da saúde; engajamento nos processos da comunidade para a efetivação do princípio constitucional de saúde para todos; ética, bioética e respeito por todas as formas de existência.

Reconhecimento:

Autorização: Portaria do MEC N.º 037/2010 de 13/01/2010 CEPE-UFV, Ata N.º 441 de 06/09/2007 Ano de início: 2010

Turno: Integral - 50 vagas anuais

Exigência	Horas	Prazos	Anos
Disciplinas obrigatórias	8070	Mínimo	6,0
		Padrão	6,0
Estágio Supervisionado (3.460h)		Máximo	12,0
Total	8070		

Currículo do Curso de Medicina

SEQUÊNCIA SUGERIDA

Disciplinas Obrigatórias		Carga Horária Cr(T-P)	Total Horas	Pré-requisito (Pré ou Co-requisito)*	Semestre de Oferecimento
Código	Nome				
MED392	Prática Profissional e Trabalho em Saúde VI	20(0-20)	300	MED332* e MED351* e MED391 II	
Total		36	540		
Total Acumulado		220	3300		

7º período

Médico
Coordenadora

Débora Carvalho Ferreira
Atuação

O Projeto Pedagógico do Curso de Medicina da UFV prevê a formação de um médico generalista, com espírito crítico, curiosidade científica e interesse permanente pelo aprendizado, com iniciativa para a busca do conhecimento; consciência da transitoriedade de teorias e técnicas, assumindo a necessidade da educação continuada ao longo de toda a vida profissional; domínio dos conhecimentos básicos necessários à compreensão dos processos relacionados com a prática médica; iniciativa criadora e senso de responsabilidade na busca de soluções para os problemas sociais; capacidade para trabalho em equipe multidisciplinar; preparação técnica e motivação para participação de ações que visem à informação e educação da população na promoção da saúde; engajamento nos processos da comunidade para a efetivação do princípio constitucional de saúde para todos; ética, bioética e respeito por todas as formas de existência.

Reconhecimento:

Autorização: Portaria do MEC N.º 037/2010 de 13/01/2010 CEPE-UFV, Ata N.º 441 de 06/09/2007 Ano de início: 2010

Turno: Integral - 50 vagas anuais

Exigência	Horas	Prazos	Anos
Disciplinas obrigatórias	8070	Mínimo	6,0
		Padrão	6,0
Estágio Supervisionado (3.460h)		Máximo	12,0
Total	8070		

Currículo do Curso de Medicina

SEQUÊNCIA SUGERIDA

Disciplinas Obrigatórias		Carga Horária Cr(T-P)	Total Horas	Pré-requisito (Pré ou Co-requisito)*	Semestre de Oferecimento
Código	Nome				
MED393	Prática Profissional e Trabalho em Saúde VII	20(0-20)	300	MED333* e MED361* e MED392 I	
MED398	Atividades Complementares I	0(0-7)	105		I
Total		36	645		
Total Acumulado		256	3945		

8º período

Médico
Coordenadora

Débora Carvalho Ferreira

Atuação

O Projeto Pedagógico do Curso de Medicina da UFV prevê a formação de um médico generalista, com espírito crítico, curiosidade científica e interesse permanente pelo aprendizado, com iniciativa para a busca do conhecimento; consciência da transitoriedade de teorias e técnicas, assumindo a necessidade da educação continuada ao longo de toda a vida profissional; domínio dos conhecimentos básicos necessários à compreensão dos processos relacionados com a prática médica; iniciativa criadora e senso de responsabilidade na busca de soluções para os problemas sociais; capacidade para trabalho em equipe multidisciplinar; preparação técnica e motivação para participação de ações que visem à informação e educação da população na promoção da saúde; engajamento nos processos da comunidade para a efetivação do princípio constitucional de saúde para todos; ética, bioética e respeito por todas as formas de existência.

Reconhecimento:

Autorização: Portaria do MEC N.º 037/2010 de 13/01/2010 CEPE-UFV, Ata N.º 441 de 06/09/2007 Ano de início: 2010

Turno: Integral - 50 vagas anuais

Exigência	Horas	Prazos	Anos
Disciplinas obrigatórias	8070	Mínimo	6,0
		Padrão	6,0
Estágio Supervisionado (3.460h)		Máximo	12,0
Total	8070		

Currículo do Curso de Medicina

SEQUÊNCIA SUGERIDA

Disciplinas Obrigatórias		Carga Horária	Total Horas	Pré-requisito (Pré ou Co-requisito)*	Semestre de Oferecimento
Código	Nome	Cr(T-P)			
MED362	Cuidado Integral à Saúde do Adulto e do Idoso II	14(12-2)	210	MED334* e MED361 e MED394*	II
MED394	Prática Profissional e Trabalho em Saúde VIII	20(0-20)	300	MED334* e MED362* e MED393	II
MED399	Atividades Complementares II	0(0-7)	105	MED398	II
Total		36	645		
Total Acumulado		292	4590		

9º período

Médico
Coordenadora

Débora Carvalho Ferreira

Atuação

O Projeto Pedagógico do Curso de Medicina da UFV prevê a formação de um médico generalista, com espírito crítico, curiosidade científica e interesse permanente pelo aprendizado, com iniciativa para a busca do conhecimento; consciência da transitoriedade de teorias e técnicas, assumindo a necessidade da educação continuada ao longo de toda a vida profissional; domínio dos conhecimentos básicos necessários à compreensão dos processos relacionados com a prática médica; iniciativa criadora e senso de responsabilidade na busca de soluções para os problemas sociais; capacidade para trabalho em equipe multidisciplinar; preparação técnica e motivação para participação de ações que visem à informação e educação da população na promoção da saúde; engajamento nos processos da comunidade para a efetivação do princípio constitucional de saúde para todos; ética, bioética e respeito por todas as formas de existência.

Reconhecimento:

Autorização: Portaria do MEC N.º 037/2010 de 13/01/2010 CEPE-UFV, Ata N.º 441 de 06/09/2007 Ano de início: 2010

Turno: Integral - 50 vagas anuais

Exigência	Horas	Prazos	Anos
Disciplinas obrigatórias	8070	Mínimo	6,0
		Padrão	6,0
Estágio Supervisionado (3.460h)		Máximo	12,0
Total	8070		

Currículo do Curso de Medicina

SEQUÊNCIA SUGERIDA

Disciplinas Obrigatórias	Carga Horária	Total	Pré-requisito (Pré ou Co-requisito)*	Semestre de Oferecimento	
Código	Nome	Cr(T-P)			
MED461	Estágio Curricular Obrigatório em Saúde do Adulto	29(0-29)	435	Tercursado, no mínimo, 4.530 horas de disciplinas obrigatórias.	I e II
MED471	Estágio Curricular Obrigatório em Saúde da Família	29(0-29)	435	Tercursado, no mínimo, 4.530 horas de disciplinas obrigatórias.	I e II
Total		58	870		
Total Acumulado		350	5460		

10º período

Médico
Coordenadora

Débora Carvalho Ferreira

Atuação

O Projeto Pedagógico do Curso de Medicina da UFV prevê a formação de um médico generalista, com espírito crítico, curiosidade científica e interesse permanente pelo aprendizado, com iniciativa para a busca do conhecimento; consciência da transitoriedade de teorias e técnicas, assumindo a necessidade da educação continuada ao longo de toda a vida profissional; domínio dos conhecimentos básicos necessários à compreensão dos processos relacionados com a prática médica; iniciativa criadora e senso de responsabilidade na busca de soluções para os problemas sociais; capacidade para trabalho em equipe multidisciplinar; preparação técnica e motivação para participação de ações que visem à informação e educação da população na promoção da saúde; engajamento nos processos da comunidade para a efetivação do princípio constitucional de saúde para todos; ética, bioética e respeito por todas as formas de existência.

Reconhecimento:

Autorização: Portaria do MEC N.º 037/2010 de 13/01/2010 CEPE-UFV, Ata N.º 441 de 06/09/2007 Ano de início: 2010

Turno: Integral - 50 vagas anuais

Exigência	Horas	Prazos	Anos
Disciplinas obrigatórias	8070	Mínimo	6,0
		Padrão	6,0
Estágio Supervisionado (3.460h)		Máximo	12,0
Total	8070		

Currículo do Curso de Medicina

SEQUÊNCIA SUGERIDA

Disciplinas Obrigatórias	Carga Horária	Total	Pré-requisito (Pré ou Co-requisito)*	Semestre de Oferecimento	
Código	Nome	Cr(T-P)			
MED441	Estágio Curricular Obrigatório em Saúde da Mulher	29(0-29)	435	Tercursado, no mínimo, 4.530 horas de disciplinas obrigatórias.	I e II
MED451	Estágio Curricular Obrigatório em Saúde da Criança	29(0-29)	435	Tercursado, no mínimo, 4.530 horas de disciplinas obrigatórias.	I e II
Total		58	870		
Total Acumulado		408	6330		

11º período

Médico
Coordenadora

Débora Carvalho Ferreira

Atuação

O Projeto Pedagógico do Curso de Medicina da UFV prevê a formação de um médico generalista, com espírito crítico, curiosidade científica e interesse permanente pelo aprendizado, com iniciativa para a busca do conhecimento; consciência da transitoriedade de teorias e técnicas, assumindo a necessidade da educação continuada ao longo de toda a vida profissional; domínio dos conhecimentos básicos necessários à compreensão dos processos relacionados com a prática médica; iniciativa criadora e senso de responsabilidade na busca de soluções para os problemas sociais; capacidade para trabalho em equipe multidisciplinar; preparação técnica e motivação para participação de ações que visem à informação e educação da população na promoção da saúde; engajamento nos processos da comunidade para a efetivação do princípio constitucional de saúde para todos; ética, bioética e respeito por todas as formas de existência.

Reconhecimento:

Autorização: Portaria do MEC N.º 037/2010 de 13/01/2010 CEPE-UFV, Ata N.º 441 de 06/09/2007 Ano de início: 2010

Turno: Integral - 50 vagas anuais

Exigência	Horas	Prazos	Anos
Disciplinas obrigatórias	8070	Mínimo	6,0
		Padrão	6,0
Estágio Supervisionado (3.460h)		Máximo	12,0
Total	8070		

Currículo do Curso de Medicina

SEQUÊNCIA SUGERIDA

Disciplinas Obrigatórias	Carga Horária	Total	Pré-requisito (Pré ou Co-requisito)*	Semestre de Oferecimento	
Código	Nome	Cr(T-P)			
MED452	Estágio Curricular Obrigatório em Saúde da Família	29(0-29)	435	Tercursado, no mínimo, 4.530 horas de disciplinas obrigatórias.	I e II
MED462	Estágio Curricular Obrigatório em Saúde do Adulto	29(0-29)	435	Tercursado, no mínimo, 4.530 horas de disciplinas obrigatórias.	I e II
Total		58	870		
Total Acumulado		466	7200		

12º período

Médico
Coordenadora

Débora Carvalho Ferreira

Atuação

O Projeto Pedagógico do Curso de Medicina da UFV prevê a formação de um médico generalista, com espírito crítico, curiosidade científica e interesse permanente pelo aprendizado, com iniciativa para a busca do conhecimento; consciência da transitoriedade de teorias e técnicas, assumindo a necessidade da educação continuada ao longo de toda a vida profissional; domínio dos conhecimentos básicos necessários à compreensão dos processos relacionados com a prática médica; iniciativa criadora e senso de responsabilidade na busca de soluções para os problemas sociais; capacidade para trabalho em equipe multidisciplinar; preparação técnica e motivação para participação de ações que visem à informação e educação da população na promoção da saúde; engajamento nos processos da comunidade para a efetivação do princípio constitucional de saúde para todos; ética, bioética e respeito por todas as formas de existência.

Reconhecimento:

Autorização: Portaria do MEC N.º 037/2010 de 13/01/2010 CEPE-UFV, Ata N.º 441 de 06/09/2007 Ano de início: 2010

Turno: Integral - 50 vagas anuais

Exigência	Horas	Prazos	Anos
Disciplinas obrigatórias	8070	Mínimo	6,0
		Padrão	6,0
Estágio Supervisionado (3.460h)		Máximo	12,0
Total	8070		

Currículo do Curso de Medicina

SEQUÊNCIA SUGERIDA

Disciplinas Obrigatórias		Carga Horária	Total	Pré-requisito (Pré ou Co-requisito)*	Semestre de Oferecimento
Código	Nome	Cr(T-P)			
MED481	Estágio Curricular Obrigatório em Urgência e	29(0-29)	435	Tercursado, no mínimo, 4.530 horas de disciplinas obrigatórias.	I e II
MED491	Estágio Curricular Obrigatório Eletivo	29(0-29)	435	Tercursado, no mínimo, 4.530 horas de disciplinas obrigatórias.	I e II
Total		58	870		
Total Acumulado		524	8070		

Disciplinas Optativas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CURSO DE MEDICINA (BACHARELADO) - 2019/1(currículo 2)

CAMPUS OURO PRETO



CÓDIGO	DISCIPLINAS OBRIGATORIAS	PRÉ-REQUISITO	CHS	CHA	AULAS		PER
					T	P	
BEV712	GENETICA BASICA		60	72	2	2	1
CBI001	BIOQUIMICA E BIOLOGIA MOLECULAR		120	144	6	2	1
CBI002	BIOLOGIA CELULAR E HISTOLOGIA BASICA		60	72	2	2	1
CBI301	ANATOMIA HUMANA BASICA		60	72	2	2	1
CBI617	EMBRIOLOGIA HUMANA		30	36	1	1	1
CPA001	SUPORTE BASICO DE VIDA		30	36	1	1	1
MSC001	PRATICAS EM SAUDE I		30	36	1	1	1
MSC002	SAUDE E SOCIEDADE		45	54	3	0	1
ACL703	IMUNOLOGIA BASICA	CBI001 CBI002 CBI617	45	54	3	0	2
CBI003	FISIOLOGIA DOS SISTEMAS CELULAR, MUSCULAR E NERVOSO	CBI001 CBI301	90	108	4	2	2
CBI004	HISTOLOGIA DOS SISTEMAS	CBI002	60	72	2	2	2
CBI005	EMBRIOLOGIA DOS SISTEMAS	CBI617	60	72	2	2	2
CGP001	ANATOMIA MEDICA I	CBI301	90	108	2	4	2
EST204	BIOESTATISTICA		60	72	4	0	2
MSC003	MEDICINA CIENCIA E SOCIEDADE	MSC002	30	36	2	0	2
MSC004	PRATICAS EM SAUDE II	MSC001	45	54	1	2	2
CBI006	FISIOLOGIA DOS SISTEMAS CARDIOVASCULAR, RESPIRATORIO E RENAL	CBI001 CBI301	120	144	4	4	3
CBI713	MICROBIOLOGIA	BEV712 CBI001 CBI002	75	90	3	2	3
CBI714	PARASITOLOGIA	ACL703 CBI301	75	90	3	2	3
CGP002	ANATOMIA MEDICA II	CGP001	60	72	2	2	3
MSC005	PSICOLOGIA DA SAUDE	MSC003	30	36	2	0	3
MSC006	PRATICAS EM SAUDE III	MSC004	45	54	1	2	3
MSC007	EPIDEMIOLOGIA	EST204	60	72	2	2	3
CBI007	FISIOLOGIA DOS SISTEMAS DIGESTORIO E ENDOCRINO	CBI001 CBI301	75	90	3	2	4
CBI715	PATOLOGIA GERAL MEDICA	CBI004	90	108	3	3	4
CGP003	ANATOMIA MEDICA III	CGP002	60	72	2	2	4
CPA002	SEMILOGIA I	CBI006 CGP002	105	126	2	5	4
FAR056	FARMACOLOGIA I	CBI006	60	72	2	2	4
MSC008	ENTREVISTA CLINICA CENTRADA NA PESSOA		30	36	1	1	4
MSC009	ANTROPOLOGIA DA SAUDE	MSC006 MSC007	30	36	2	0	4
MSC010	POLITICAS, PLANEJAMENTO E GESTAO EM SAUDE	MSC007	60	72	2	2	4
CGP004	ANATOMIA PATOLOGICA I	CBI007 CBI715 CGP003	90	108	3	3	5
CPA003	SEMILOGIA II	CBI007 CPA002	105	126	2	5	5
CPA004	SEMILOGIA PEDIATRICA I	CPA002	75	90	1	4	5
FAR057	FARMACOLOGIA II	CBI007 FAR056	60	72	2	2	5
MSC011	PSICOPATOLOGIA E SEMIOLOGIA DOS TRANSTORNOS MENTAIS	MSC005	60	72	3	1	5
MSC012	PRATICAS DE SAUDE BASEADA EM EVIDENCIAS	MSC007	45	54	2	1	5
MSC013	VIGILANCIA EM SAUDE	MSC010	45	54	1	2	5
CGP005	ANATOMIA PATOLOGICA II	CBI007 CBI715	105	126	4	3	6
CGP006	PATOLOGIA CLINICA I	CGP004	60	72	3	1	6
CGP007	MEDICINA LEGAL E DEONTOLOGIA MEDICA	CGP004	60	72	3	1	6
CPA005	SEMILOGIA III	CPA003	135	162	1	8	6
CPA006	SEMILOGIA PEDIATRICA II	CPA004	75	90	1	4	6
MSC014	SAUDE, TRABALHO E AMBIENTE	MSC013	60	72	3	1	6
CGP008	RADIOLOGIA E METODOS DE IMAGEM	CGP005	60	72	3	1	7
CGP009	PATOLOGIA CLINICA II	CGP006	60	72	3	1	7
CGP010	CLINICA CIRURGICA I	CGP004 CPA005	120	144	2	6	7
CPA007	MEDICINA GERAL DE ADULTOS I	CPA005	150	180	2	8	7
CPA008	MEDICINA GERAL DA CRIANCA I	CPA006	150	180	2	8	7
MSC015	NOSOLOGIA E CUIDADOS EM SAUDE MENTAL	MSC011	60	72	1	3	7

CÓDIGO	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	PRÉ-REQUISITO	CHS	CHA	AULAS		PER
					T	P	
CGP011	MEDICINA DA MULHER	CGP005 CPA005	120	144	2	6	8
CGP012	CLINICA CIRURGICA II	CGP010	120	144	2	6	8
CPA009	MEDICINA GERAL DA CRIANCA II	CPA008	150	180	2	8	8
CPA010	MEDICINA GERAL DE ADULTOS II	CPA007	150	180	2	8	8
MSC016	MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE	MSC008 MSC012	75	90	1	4	8
CGP013	INTERNATO EM ATENCAO SECUNDARIA – MODULO CIRURGICO	4260 horas ACL703 BEV712 CBI001 CBI002 CBI003 CBI004 CBI005 CBI006 CBI007 CBI301 CBI617 CBI713 CBI714 CBI715 CGP001 CGP002 CGP003 CGP004 CGP005 CGP006 CGP007 CGP008 CGP009 CGP010 CGP011 CGP012 CPA001 CPA002 CPA003 CPA004 CPA005 CPA006 CPA007 CPA008 CPA009 CPA010 EST204 FAR056 FAR057 MSC001 MSC002 MSC003 MSC004 MSC005 MSC006 MSC007 MSC008 MSC009 MSC010 MSC011 MSC012 MSC013 MSC014 MSC015 MSC016	120	120	2	8	9
CGP014	INTERNATO AMBULATORIAL E HOSPITALAR EM URGENCIA E EMERGENCIA CIRURGICA	4260 horas ACL703 BEV712 CBI001 CBI002 CBI003 CBI004 CBI005 CBI006 CBI007 CBI301 CBI617 CBI713 CBI714 CBI715 CGP001 CGP002 CGP003 CGP004 CGP005 CGP006 CGP007 CGP008 CGP009 CGP010 CGP011 CGP012 CPA001 CPA002 CPA003 CPA004 CPA005 CPA006 CPA007 CPA008 CPA009 CPA010 EST204 FAR056 FAR057 MSC001 MSC002 MSC003 MSC004 MSC005 MSC006 MSC007 MSC008 MSC009 MSC010 MSC011 MSC012 MSC013 MSC014 MSC015 MSC016	228	228	2	17	9

CÓDIGO	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	PRÉ-REQUISITO	CHS	CHA	AULAS		PER
					T	P	
CPA011	INTERNATO EM ATENCAO SECUNDARIA – MODULO CLINICO	4260 horas ACL703 BEV712 CBI001 CBI002 CBI003 CBI004 CBI005 CBI006 CBI007 CBI301 CBI617 CBI713 CBI714 CBI715 CGP001 CGP002 CGP003 CGP004 CGP005 CGP006 CGP007 CGP008 CGP009 CGP010 CGP011 CGP012 CPA001 CPA002 CPA003 CPA004 CPA005 CPA006 CPA007 CPA008 CPA009 CPA010 EST204 FAR056 FAR057 MSC001 MSC002 MSC003 MSC004 MSC005 MSC006 MSC007 MSC008 MSC009 MSC010 MSC011 MSC012 MSC013 MSC014 MSC015 MSC016	120	120	2	8	9
CPA012	INTERNATO AMBULATORIAL E HOSPITALAR EM URGENCIA E EMERGENCIA CLINICA	4260 horas ACL703 BEV712 CBI001 CBI002 CBI003 CBI004 CBI005 CBI006 CBI007 CBI301 CBI617 CBI713 CBI714 CBI715 CGP001 CGP002 CGP003 CGP004 CGP005 CGP006 CGP007 CGP008 CGP009 CGP010 CGP011 CGP012 CPA001 CPA002 CPA003 CPA004 CPA005 CPA006 CPA007 CPA008 CPA009 CPA010 EST204 FAR056 FAR057 MSC001 MSC002 MSC003 MSC004 MSC005 MSC006 MSC007 MSC008 MSC009 MSC010 MSC011 MSC012 MSC013 MSC014 MSC015 MSC016	228	228	2	17	9
MSC017	INTERNATO AMBULATORIAL E HOSPITALAR EM SAUDE MENTAL	4260 horas ACL703 BEV712 CBI001 CBI002 CBI003 CBI004 CBI005 CBI006 CBI007 CBI301 CBI617 CBI713 CBI714 CBI715 CGP001 CGP002 CGP003 CGP004 CGP005 CGP006 CGP007 CGP008 CGP009 CGP010 CGP011 CGP012 CPA001 CPA002 CPA003 CPA004 CPA005 CPA006 CPA007 CPA008 CPA009 CPA010 EST204 FAR056 FAR057 MSC001 MSC002 MSC003 MSC004 MSC005 MSC006 MSC007 MSC008 MSC009 MSC010 MSC011 MSC012 MSC013 MSC014 MSC015 MSC016	204	204	3	14	9

CÓDIGO	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	PRÉ-REQUISITO	CHS	CHA	AULAS		PER
					T	P	
CGP015	INTERNATO AMBULATORIAL E HOSPITALAR EM CIRURGIA GERAL	4260 horas ACL703 BEV712 CBI001 CBI002 CBI003 CBI004 CBI005 CBI006 CBI007 CBI301 CBI617 CBI713 CBI714 CBI715 CGP001 CGP002 CGP003 CGP004 CGP005 CGP006 CGP007 CGP008 CGP009 CGP010 CGP011 CGP012 CPA001 CPA002 CPA003 CPA004 CPA005 CPA006 CPA007 CPA008 CPA009 CPA010 EST204 FAR056 FAR057 MSC001 MSC002 MSC003 MSC004 MSC005 MSC006 MSC007 MSC008 MSC009 MSC010 MSC011 MSC012 MSC013 MSC014 MSC015 MSC016	372	372	3	28	10
CPA013	INTERNATO AMBULATORIAL E HOSPITALAR EM CLINICA MEDICA	4260 horas ACL703 BEV712 CBI001 CBI002 CBI003 CBI004 CBI005 CBI006 CBI007 CBI301 CBI617 CBI713 CBI714 CBI715 CGP001 CGP002 CGP003 CGP004 CGP005 CGP006 CGP007 CGP008 CGP009 CGP010 CGP011 CGP012 CPA001 CPA002 CPA003 CPA004 CPA005 CPA006 CPA007 CPA008 CPA009 CPA010 EST204 FAR056 FAR057 MSC001 MSC002 MSC003 MSC004 MSC005 MSC006 MSC007 MSC008 MSC009 MSC010 MSC011 MSC012 MSC013 MSC014 MSC015 MSC016	372	372	3	28	10

CÓDIGO	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	PRÉ-REQUISITO	CHS	CHA	AULAS		PER
					T	P	
CGP016	INTERNATO AMBULATORIAL E HOSPITALAR EM GINECOLOGIA E OBSTETRICIA	4260 horas ACL703 BEV712 CBI001 CBI002 CBI003 CBI004 CBI005 CBI006 CBI007 CBI301 CBI617 CBI713 CBI714 CBI715 CGP001 CGP002 CGP003 CGP004 CGP005 CGP006 CGP007 CGP008 CGP009 CGP010 CGP011 CGP012 CPA001 CPA002 CPA003 CPA004 CPA005 CPA006 CPA007 CPA008 CPA009 CPA010 EST204 FAR056 FAR057 MSC001 MSC002 MSC003 MSC004 MSC005 MSC006 MSC007 MSC008 MSC009 MSC010 MSC011 MSC012 MSC013 MSC014 MSC015 MSC016	372	372	3	28	11
CPA014	INTERNATO AMBULATORIAL E HOSPITALAR EM PEDIATRIA	4260 horas ACL703 BEV712 CBI001 CBI002 CBI003 CBI004 CBI005 CBI006 CBI007 CBI301 CBI617 CBI713 CBI714 CBI715 CGP001 CGP002 CGP003 CGP004 CGP005 CGP006 CGP007 CGP008 CGP009 CGP010 CGP011 CGP012 CPA001 CPA002 CPA003 CPA004 CPA005 CPA006 CPA007 CPA008 CPA009 CPA010 EST204 FAR056 FAR057 MSC001 MSC002 MSC003 MSC004 MSC005 MSC006 MSC007 MSC008 MSC009 MSC010 MSC011 MSC012 MSC013 MSC014 MSC015 MSC016	372	372	3	28	11

CÓDIGO	DISCIPLINAS OBRIGATORIAS	PRE-REQUISITO	CHS	CHA	AULAS		PER
					T	P	
MSC018	INTERNATO AMBULATORIAL EM MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE	4260 horas ACL703 BEV712 CBI001 CBI002 CBI003 CBI004 CBI005 CBI006 CBI007 CBI301 CBI617 CBI713 CBI714 CBI715 CGP001 CGP002 CGP003 CGP004 CGP005 CGP006 CGP007 CGP008 CGP009 CGP010 CGP011 CGP012 CPA001 CPA002 CPA003 CPA004 CPA005 CPA006 CPA007 CPA008 CPA009 CPA010 EST204 FAR056 FAR057 MSC001 MSC002 MSC003 MSC004 MSC005 MSC006 MSC007 MSC008 MSC009 MSC010 MSC011 MSC012 MSC013 MSC014 MSC015 MSC016	456	456	3	16	12
MSC019	INTERNATO EM SAUDE COLETIVA	4260 horas ACL703 BEV712 CBI001 CBI002 CBI003 CBI004 CBI005 CBI006 CBI007 CBI301 CBI617 CBI713 CBI714 CBI715 CGP001 CGP002 CGP003 CGP004 CGP005 CGP006 CGP007 CGP008 CGP009 CGP010 CGP011 CGP012 CPA001 CPA002 CPA003 CPA004 CPA005 CPA006 CPA007 CPA008 CPA009 CPA010 EST204 FAR056 FAR057 MSC001 MSC002 MSC003 MSC004 MSC005 MSC006 MSC007 MSC008 MSC009 MSC010 MSC011 MSC012 MSC013 MSC014 MSC015 MSC016	240	240	2	8	12

CÓDIGO	DISCIPLINAS ELETIVAS	PRE-REQUISITO	CHS	CHA	AULAS		PER
					T	P	
ACL013	PARASITOLOGIA HUMANA E CLINICA	CBI714	120	144	5	3	
ACL015	HEMATOLOGIA CLINICA I	CBI715 CPA002	75	90	4	1	
ACL401	CITOLOGIA DO COLO DO UTERO	CBI715	60	72	2	2	
ACL403	BIOQUIMICA CLINICA II	CBI006 CBI007	75	90	3	2	
ACL600	BIOQUIMICA CLINICA I	CBI006 CBI007	75	90	3	2	
BEV271	EVOLUCAO HUMANA	BEV712	30	36	2	0	
BEV272	GENÉTICA FORENSE	BEV712	30	36	2	0	
BEV273	TECNICAS MOLECULARES APLICADAS AO DIAGNOSTICO DE DOENCAS GENETICAS	BEV712	30	36	2	0	
CBI268	TOPICOS AVANCADOS EM HIPERTENSAO	CBI006	30	36	2	0	
CBI269	TOPICOS AVANCADOS: IMPORTANCIA DA FISILOGIA NOS CURSOS DE GRADUACAO NA AREA CIENCIAS BIOLOGICAS E DA SAUDE		30	36	2	0	
CBI619	TOPICOS ESPECIAIS EM ANATOMIA HUMANA APLICADA	CBI301	45	54	2	1	
CBI751	ANATOMIA RADIOLOGICA HUMANA	CBI301	30	36	1	1	
CGP017	ENDOCRINOLOGIA FEMININA E REPRODUCAO.	CGP005	30	36	2	0	

CÓDIGO	DISCIPLINAS ELETIVAS	PRÉ-REQUISITO	CHS	CHA	AULAS		PER
					T	P	
CGP018	DIAGNOSTICO E TRATAMENTO DAS DOENCAS DA MAMA	CGP005	30	36	1	1	
CGP019	HISTORIA DA MEDICINA		30	36	2	0	
CGP020	SAUDE E ESPIRITUALIDADE		45	54	3	0	
CGP021	ULTRASSONOGRAFIA NA PRATICA CLINICA	CGP008	60	72	1	3	
CGP022	DISCUSSAO DE CASOS CLINICOS	CGP009	60	72	3	1	
CPA015	INFECTOLOGIA E MEDICINA TROPICAL	CPA005	60	72	1	3	
CPA016	SUPORTE AVANÇADO DE VIDA	CPA007	105	126	3	4	
CPA017	ELETROCARDIOGRAFIA CLINICA	CPA004	45	54	2	1	
CPA018	NEOPLASIAS CUTANEAS	CGP005 CPA002	45	54	2	1	
CPA019	PRATICA PEDIATRICA HOSPITALAR	CPA008	90	108	1	5	
CPA020	NEFROLOGIA CLINICA	CGP005 CPA005	30	36	1	1	
CPA021	ANTIBIOTICOTERAPIA CLINICA	CBI713 FAR057	60	72	2	2	
CPA022	URGENCIAS E EMERGENCIAS PEDIATRICAS	CPA008	30	36	1	1	
CPA023	NEFROLOGIA PEDIATRICA	CGP005 CPA006	60	72	2	2	
CPA024	FUNDAMENTOS DA HOMEOPATIA	CPA006	60	72	2	2	
FAR011	FARMACOEPIDEMOLOGIA	FAR057 MSC007	30	36	2	0	
FAR021	TOXICOLOGIA GERAL E DOS ALIMENTOS	FAR056	45	54	3	0	
FAR033	HUMANIZACAO DOS CUIDADOS EM SAUDE	MSC006	30	36	2	0	
FAR406	FITOTERAPIA	FAR056	30	36	2	0	
LET966	INTRODUCAO A LIBRAS		60	72	2	2	
MED128	SEMILOGIA PEDIATRICA		135	162	2	7	
MED157	SEMILOGIA I		210	252	4	10	
MSC020	GEOGRAFIA MEDICA		45	54	1	2	
MSC021	PRATICAS INTEGRATIVAS NA PRODUCAO DO CUIDADO	MSC003	60	72	2	2	

CÓDIGO	ATIVIDADES	PRÉ-REQUISITO	CARÁTER	CHS	PER
ATV100	Atividade Acadêmica, Científica ou Cultural		OBRIGATORIA	180	

Componentes Curriculares Exigidos para Integralização no Curso	Carga Horária
Disciplinas Obrigatórias	7164
Disciplinas Eletivas	180
Disciplinas Optativas	0
Disciplinas Facultativas	0
Atividades	180
Total	7524



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Configuração Curricular

Pró-reitoria de Graduação

Relatório de versão curricular

Curso: 16003 - MEDICINA

Versão curricular: I-20142

Situação: Liberada

Carga horária mínima para mudança de opção de vinculação: -

Período mínimo para mudança de opção de vinculação: 3

Disponibilidade nas subdivisões do curso:

Subdivisão de Curso	É versão para vinculação de Ingressantes	Modalidade Educacional	Percurso padrão	
			Identificador	Nome
16003PD001/Presencial/INTEGRAL	Sim	Presencial	R-01	BACHARELADO/F. LIVRE

Observações:

Percurso curriculares que compõem a versão:

Identificador	Nome
R-02	BACHARELADO/F. COMPLEMENTAR ABERTA
R-01	BACHARELADO/F. LIVRE

Atividades acadêmicas:

1º PERÍODO

Atividade Acadêmica	Créditos		Carga Horária			Percurso	Sugestão de período específica do percurso	Grupo	Natureza no grupo	Natureza no percurso	Pré-requisitos
	Min.	Máx.	Total	Teóricos	Práticos						
DIG - BIG058 - GENÉTICA	4	4	60	24	36	R-01	-	1	OB	OB	-
						R-02	-	1	OB	OB	-
DIG - BIQ063 - BIOQUÍMICA I	6	6	90	60	30	R-01	-	1	OB	OB	-
						R-02	-	1	OB	OB	-
DIG - IMA001 - ANATOMIA SISTÊMICA	8	8	120	30	90	R-01	-	1	OB	OB	-
						R-02	-	1	OB	OB	-
DIG - MED063 - INTRODUÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA I	2	2	30	25	5	R-01	-	1	OB	OB	-
						R-02	-	1	OB	OB	-
DIG - MED064 - ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR E PRIMEIROS SOCORROS	3	3	45	30	15	R-01	-	1	OB	OB	-
						R-02	-	1	OB	OB	-
DIG - MOF057 - BIOLOGIA CELULAR APLICADA À MEDICINA	4	4	60	15	45	R-01	-	1	OB	OB	-
						R-02	-	1	OB	OB	-
DIG - MOF611 - EMBRIOLOGIA MÉDICA	3	3	45	15	30	R-01	-	1	OB	OB	-
						R-02	-	1	OB	OB	-
DIG - MPS031 - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS À SAÚDE	5	5	75	45	30	R-01	-	1	OB	OB	-
						R-02	-	1	OB	OB	-

2º PERÍODO

Atividade Acadêmica	Créditos		Carga Horária			Percurso	Sugestão de período específica do percurso	Grupo	Natureza no grupo	Natureza no percurso	Pré-requisitos
	Min.	Máx.	Total	Teóricos	Práticos						
DIG - BIQ608 - IMUNOLOGIA MÉDICA	4	4	60	60	0	R-01	-	1	OB	OB	MOF057, BIQ063
						R-02	-	1	OB	OB	MOF057, BIQ063
DIG - FIB039 - BIOFÍSICA E FISIOLÓGIA	8	8	120	80	40	R-01	-	1	OB	OB	BIQ063, IMA001
						R-02	-	1	OB	OB	BIQ063, IMA001
DIG - MED065 - INICIAÇÃO À ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE I	5	5	75	15	60	R-01	-	1	OB	OB	-
						R-02	-	1	OB	OB	-
DIG - MED066 - TUTORIA	2	2	30	0	30	R-01	-	1	OB	OB	-
						R-02	-	1	OB	OB	-
DIG - MOF005 - NEUROANATOMIA MÉDICA	4	4	60	30	30	R-01	-	1	OB	OB	-
						R-02	-	1	OB	OB	-
DIG - MOF058 - HISTOFISIOLOGIA DOS SISTEMAS APLICADA À MEDICINA	7	7	105	45	60	R-01	-	1	OB	OB	MOF057, MOF611
						R-02	-	1	OB	OB	MOF057, MOF611

Atividade Acadêmica	Créditos		Carga Horária			Percurso	Sugestão de período específica do percurso	Grupo	Natureza no grupo	Natureza no percurso	Pré-requisitos
	Min.	Máx.	Total	Teóricos	Práticos						
DIG - SAM022 - BASES HUMANÍSTICAS E INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA MÉDICA	2	2	30	10	20	R-01	-	1	OB	OB	-
						R-02	-	1	OB	OB	-

Carga horária adicional do período		
Percurso	Grupo de atividades	Carga Horária
R-01	16003-I-20142-3 - Formação Livre	60
R-02	16003-I-20142-4 - Formação Livre	60

3º PERÍODO

Atividade Acadêmica	Créditos		Carga Horária			Percurso	Sugestão de período específica do percurso	Grupo	Natureza no grupo	Natureza no percurso	Pré-requisitos
	Min.	Máx.	Total	Teóricos	Práticos						
DIG - BIQ064 - BIOQUÍMICA II	2	2	30	30	0	R-01	-	1	OB	OB	FIB039
						R-02	-	1	OB	OB	FIB039
DIG - FAR034 - FARMACOLOGIA MÉDICA I	5	5	75	45	30	R-01	-	1	OB	OB	FIB039
						R-02	-	1	OB	OB	FIB039
DIG - FIB040 - FISILOGIA MÉDICA	8	8	120	80	40	R-01	-	1	OB	OB	MOF058, FIB039
						R-02	-	1	OB	OB	MOF058, FIB039
DIG - MED067 - INICIAÇÃO À ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE II	5	5	75	15	60	R-01	-	1	OB	OB	MED065
						R-02	-	1	OB	OB	MED065
DIG - MIC029 - MICROBIOLOGIA MÉDICA	6	6	90	50	40	R-01	-	1	OB	OB	BIQ608
						R-02	-	1	OB	OB	BIQ608
DIG - PAR025 - PARASITOLOGIA MÉDICA	4	4	60	30	30	R-01	-	1	OB	OB	MOF058, BIQ608
						R-02	-	1	OB	OB	MOF058, BIQ608

Carga horária adicional do período		
Percurso	Grupo de atividades	Carga Horária
R-01	16003-I-20142-7 - Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	30
	16003-I-20142-3 - Formação Livre	30
R-02	16003-I-20142-5 - Formação Complementar Aberta	30

4º PERÍODO

Atividade Acadêmica	Créditos		Carga Horária			Percurso	Sugestão de período específica do percurso	Grupo	Natureza no grupo	Natureza no percurso	Pré-requisitos
	Min.	Máx.	Total	Teóricos	Prática						
DIG - CLM024 - CLÍNICA MÉDICA I	5	5	75	0	75	R-01	-	1	OB	OB	FIB040, MED067
						R-02	-	1	OB	OB	FIB040, MED067
DIG - FAR035 - FARMACOLOGIA MÉDICA II	5	5	75	45	30	R-01	-	1	OB	OB	FIB040, FAR034
						R-02	-	1	OB	OB	FIB040, FAR034
DIG - IMA002 - ANATOMIA TOPOGRÁFICA E IMAGEM	8	8	120	30	90	R-01	-	1	OB	OB	FIB040
						R-02	-	1	OB	OB	FIB040
DIG - MED068 - INICIAÇÃO À ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE III	5	5	75	15	60	R-01	-	1	OB	OB	MED063, MED067
						R-02	-	1	OB	OB	MED063, MED067
DIG - MED069 - INTRODUÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA II	2	2	30	20	10	R-01	-	1	OB	OB	MED063
						R-02	-	1	OB	OB	MED063
DIG - PAG017 - PATOLOGIA GERAL	5	5	75	30	45	R-01	-	1	OB	OB	MOF058, IMA001, BIQ608
						R-02	-	1	OB	OB	MOF058, IMA001, BIQ608
DIG - PED017 - PEDIATRIA I	6	6	90	20	70	R-01	-	1	OB	OB	FIB040, MED067
						R-02	-	1	OB	OB	FIB040, MED067

Carga horária adicional do período		
Percurso	Grupo de atividades	Carga Horária
R-01	16003-I-20142-7 - Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	30
	16003-I-20142-3 - Formação Livre	30
R-02	16003-I-20142-5 - Formação Complementar Aberta	30

5º PERÍODO

Atividade Acadêmica	Créditos		Carga Horária			Percurso	Sugestão de período específica do percurso	Grupo	Natureza no grupo	Natureza no percurso	Pré-requisitos
	Min.	Máx.	Total	Teóricos	Prática						
DIG - APM001 - ANATOMIA PATOLÓGICA I	5	5	75	30	45	R-01	-	1	OB	OB	PAG017
						R-02	-	1	OB	OB	PAG017
DIG - CIR014 - CIRURGIA I	5	5	75	30	45	R-01	-	1	OB	OB	IMA002, PED017
						R-02	-	1	OB	OB	IMA002, PED017
DIG - CLM025 - CLÍNICA MÉDICA II	5	5	75	0	75	R-01	-	1	OB	OB	CLM024
						R-02	-	1	OB	OB	CLM024

Atividade Acadêmica	Créditos		Carga Horária			Percurso	Sugestão de período específica do percurso	Grupo	Natureza no grupo	Natureza no percurso	Pré-requisitos
	Mín.	Máx.	Total	Teórica	Prática						
DIG - IMA003 - IMAGEM I	2	2	30	10	20	R-01	-	1	OB	OB	FIB040, MOF005, IMA002
						R-02	-	1	OB	OB	FIB040, MOF005, IMA002
DIG - MPS004 - EPIDEMIOLOGIA	5	5	75	30	45	R-01	-	1	OB	OB	MPS031, MED069
						R-02	-	1	OB	OB	MPS031, MED069
DIG - PED018 - PEDIATRIA II	6	6	90	10	80	R-01	-	1	OB	OB	PED017
						R-02	-	1	OB	OB	PED017
DIG - PRO071 - PATOLOGIA CLÍNICA I	3	3	45	15	30	R-01	-	1	OB	OB	FIB040, MIC029, PAR025
						R-02	-	1	OB	OB	FIB040, MIC029, PAR025
DIG - SAM023 - SEMIOLOGIA E NOSOLOGIA PSIQUIÁTRICA	5	5	75	20	55	R-01	-	1	OB	OB	SAM022
						R-02	-	1	OB	OB	SAM022

Carga horária adicional do período		
Percurso	Grupo de atividades	Carga Horária
R-01	16003-I-20142-7 - Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	30
R-02	16003-I-20142-5 - Formação Complementar Aberta	30

6º PERÍODO

Atividade Acadêmica	Créditos		Carga Horária			Percurso	Sugestão de período específica do percurso	Grupo	Natureza no grupo	Natureza no percurso	Pré-requisitos
	Mín.	Máx.	Total	Teórica	Prática						
DIG - APM002 - ANATOMIA PATOLÓGICA II	5	5	75	30	45	R-01	-	1	OB	OB	APM001
						R-02	-	1	OB	OB	APM001
DIG - CIR015 - CIRURGIA II	10	10	150	30	120	R-01	-	1	OB	OB	CLM025, APM001, CIR014, PED018
						R-02	-	1	OB	OB	CLM025, APM001, CIR014, PED018
DIG - CLM026 - CLÍNICA MÉDICA III	10	10	150	0	150	R-01	-	1	OB	OB	CLM025
						R-02	-	1	OB	OB	CLM025
DIG - GOB008 - GINECOLOGIA BÁSICA	5	5	75	10	65	R-01	-	1	OB	OB	FAR035, CLM025, APM001, IMA002
						R-02	-	1	OB	OB	FAR035, CLM025, APM001, IMA002
DIG - IMA004 - IMAGEM II	2	2	30	10	20	R-01	-	1	OB	OB	IMA003
						R-02	-	1	OB	OB	IMA003
DIG - MED070 - CONFERÊNCIAS DE ÉTICA E BIOÉTICA	1	1	15	15	0	R-01	-	1	OB	OB	-
						R-02	-	1	OB	OB	-

Atividade Acadêmica	Créditos		Carga Horária			Percurso	Sugestão de período específica do percurso	Grupo	Natureza no grupo	Natureza no percurso	Pré-requisitos
	Mín.	Máx.	Total	Teórica	Prática						
DIG - PED019 - PEDIATRIA III	5	5	75	10	65	R-01	-	1	OB	OB	APM001, PED01
						R-02	-	1	OB	OB	APM001, PED01
DIG - PRO072 - PATOLOGIA CLINICA II	3	3	45	15	30	R-01	-	1	OB	OB	PRO071
						R-02	-	1	OB	OB	PRO071

Carga horária adicional do período		
Percurso	Grupo de atividades	Carga Horária
R-01	16003-I-20142-7 - Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	30
	16003-I-20142-9 - Optativas	30
R-02	16003-I-20142-8 - Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	30
	16003-I-20142-5 - Formação Complementar Aberta	30

7º PERÍODO

Atividade Acadêmica	Créditos		Carga Horária			Percurso	Sugestão de período específica do percurso	Grupo	Natureza no grupo	Natureza no percurso	Pré-requisitos
	Mín.	Máx.	Total	Teórica	Prática						
DIG - CIR016 - CIRURGIA III	10	10	150	30	120	R-01	-	1	OB	OB	CIR015
						R-02	-	1	OB	OB	CIR015
DIG - CLM027 - CLINICA MEDICA IV	10	10	150	0	150	R-01	-	1	OB	OB	CLM026
						R-02	-	1	OB	OB	CLM026
DIG - GOB009 - OBSTETRÍCIA BÁSICA	5	5	75	10	65	R-01	-	1	OB	OB	GOB008
						R-02	-	1	OB	OB	GOB008
DIG - MED071 - ÉTICA MÉDICA	3	3	45	15	30	R-01	-	1	OB	OB	-
						R-02	-	1	OB	OB	-
DIG - MPS006 - SAUDE DO TRABALHADOR	5	5	75	30	45	R-01	-	1	OB	OB	MPS004
						R-02	-	1	OB	OB	MPS004
DIG - PED020 - PEDIATRIA IV	5	5	75	10	65	R-01	-	1	OB	OB	PED019
						R-02	-	1	OB	OB	PED019
DIG - SAM024 - PSICOLOGIA MÉDICA	3	3	45	15	30	R-01	-	1	OB	OB	SAM023
						R-02	-	1	OB	OB	SAM023

Carga horária adicional do período		
Percurso	Grupo de atividades	Carga Horária

Carga horária adicional do período		
Percurso	Grupo de atividades	Carga Horária
R-01	16003-I-20142-7 - Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	30
	16003-I-20142-9 - Optativas	30
R-02	16003-I-20142-8 - Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	30
	16003-I-20142-5 - Formação Complementar Aberta	30
	16003-I-20142-10 - Optativas	30

8º PERÍODO

Atividade Acadêmica	Créditos		Carga Horária			Percurso	Sugestão de período específica do percurso	Grupo	Natureza no grupo	Natureza no percurso	Pré-requisitos
	Mín.	Máx.	Total	Teórica	Prática						
DIG - APM007 - MEDICINA LEGAL	4	4	60	30	30	R-01	-	1	OB	OB	MED071
						R-02	-	1	OB	OB	MED071
DIG - CIR017 - CIRURGIA IV	5	5	75	30	45	R-01	-	1	OB	OB	CIR016
						R-02	-	1	OB	OB	CIR016
DIG - CLM028 - CLÍNICA MÉDICA V	10	10	150	0	150	R-01	-	1	OB	OB	CLM027
						R-02	-	1	OB	OB	CLM027
DIG - GOB010 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DA MULHER	5	5	75	10	65	R-01	-	1	OB	OB	GOB009
						R-02	-	1	OB	OB	GOB009
DIG - MED072 - SUPORTE DE VIDA EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	2	2	30	10	20	R-01	-	1	OB	OB	MED064
						R-02	-	1	OB	OB	MED064
DIG - MPS005 - POLÍTICA DE SAÚDE E PLANEJAMENTO	5	5	75	30	45	R-01	-	1	OB	OB	MPS004
						R-02	-	1	OB	OB	MPS004
DIG - PED021 - PEDIATRIA V	5	5	75	10	65	R-01	-	1	OB	OB	PED020
						R-02	-	1	OB	OB	PED020
DIG - SAM025 - SAÚDE MENTAL EM CUIDADOS PRIMÁRIOS	5	5	75	0	75	R-01	-	1	OB	OB	SAM023
						R-02	-	1	OB	OB	SAM023

Carga horária adicional do período		
Percurso	Grupo de atividades	Carga Horária
R-01	16003-I-20142-7 - Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	30
	16003-I-20142-9 - Optativas	30
R-02	16003-I-20142-8 - Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	30
	16003-I-20142-5 - Formação Complementar Aberta	30
	16003-I-20142-10 - Optativas	30

9º PERÍODO

Atividade Académica	Créditos		Carga Horária			Percurso	Sugestão de período específica do percurso	Grupo	Natureza no grupo	Natureza no percurso	Pré-requisitos
	Min.	Máx.	Total	Teórica	Prática						
DIG - CLM029 - ESTÁGIO EM CLÍNICA MÉDICA	20	20	300	20	280	R-01	-	2	OB	OB	CLM028
						R-02	-	2	OB	OB	CLM028
DIG - CLM030 - ATENÇÃO SECUNDÁRIA EM DERMATOLOGIA	3	3	45	5	40	R-01	-	2	OB	OB	CLM028
						R-02	-	2	OB	OB	CLM028
DIG - CLM031 - ATENÇÃO SECUNDÁRIA EM NEUROLOGIA	3	3	45	5	40	R-01	-	2	OB	OB	CLM028
						R-02	-	2	OB	OB	CLM028
DIG - MED073 - PROFÉDUTICA CONTEXTUALIZADA I: CLÍNICA MÉDICA	3	3	45	22	23	R-01	-	1	OB	OB	PRO072, CLM028, APM002, IMA004
						R-02	-	1	OB	OB	PRO072, CLM028, APM002, IMA004
DIG - MED074 - PROFÉDUTICA CONTEXTUALIZADA II: CLÍNICA PEDIÁTRICA	3	3	45	22	23	R-01	-	1	OB	OB	PRO072, PED021, APM002, IMA004
						R-02	-	1	OB	OB	PRO072, PED021, APM002, IMA004
DIG - PED022 - ESTÁGIO EM CLÍNICA PEDIÁTRICA	20	20	300	20	280	R-01	-	2	OB	OB	PED021
						R-02	-	2	OB	OB	PED021
DIG - SAM026 - INTERCONSULTA PSIQUIÁTRICA I: CLÍNICA MÉDICA	2	2	30	0	30	R-01	-	1	OB	OB	SAM025
						R-02	-	1	OB	OB	SAM025
DIG - SAM027 - INTERCONSULTA PSIQUIÁTRICA II: PEDIATRIA	2	2	30	0	30	R-01	-	1	OB	OB	SAM025
						R-02	-	1	OB	OB	SAM025

Carga horária adicional do período

Percurso	Grupo de atividades	Carga Horária
R-01	16003-I-20142-7 - Atividades Académico-Científico-Culturais	30
	16003-I-20142-9 - Optativas	90
R-02	16003-I-20142-8 - Atividades Académico-Científico-Culturais	30
	16003-I-20142-10 - Optativas	90

10º PERÍODO

Atividade Académica	Créditos		Carga Horária			Percurso	Sugestão de período específica do percurso	Grupo	Natureza no grupo	Natureza no percurso	Pré-requisitos
	Min.	Máx.	Total	Teórica	Prática						
DIG - ALO006 - ATENÇÃO SECUNDÁRIA EM REUMATOLOGIA	3	3	45	5	40	R-01	-	2	OB	OB	CLM028
						R-02	-	2	OB	OB	CLM028

Atividade Acadêmica	Créditos		Carga Horária			Percurso	Sugestão de período específica do percurso	Grupo	Natureza no grupo	Natureza no percurso	Pré-requisitos
	Mín.	Máx.	Total	Teórica	Prática						
DIG - ALO007 - ATENÇÃO SECUNDÁRIA EM ORTOPEDIA	3	3	45	5	40	R-01	-	2	OB	OB	CLM028, CIR016
						R-02	-	2	OB	OB	CLM028, CIR016
DIG - CIR018 - ESTÁGIO EM CLÍNICA CIRURGICA	20	20	300	20	280	R-01	-	2	OB	OB	CIR017
						R-02	-	2	OB	OB	CIR017
DIG - GOB011 - ESTÁGIO EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA	20	20	300	20	280	R-01	-	2	OB	OB	GOB010
						R-02	-	2	OB	OB	GOB010
DIG - MED075 - PROPEDÉUTICA CONTEXTUALIZADA III: GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA	3	3	45	22	23	R-01	-	1	OB	OB	PRO072, APM002, GOB010, IMA004
						R-02	-	1	OB	OB	PRO072, APM002, GOB010, IMA004
DIG - MED076 - PROPEDÉUTICA CONTEXTUALIZADA IV: CLÍNICA CIRÚRGICA	3	3	45	22	23	R-01	-	1	OB	OB	PRO072, APM002, IMA004, CIR017
						R-02	-	1	OB	OB	PRO072, APM002, IMA004, CIR017
DIG - OFT038 - ATENÇÃO SECUNDÁRIA EM OFTALMOLOGIA	3	3	45	5	40	R-01	-	2	OB	OB	CLM028, CIR016
						R-02	-	2	OB	OB	CLM028, CIR016
DIG - OFT039 - ATENÇÃO SECUNDÁRIA EM OTORRINOLARINGOLOGIA	3	3	45	5	40	R-01	-	2	OB	OB	CLM028, CIR016
						R-02	-	2	OB	OB	CLM028, CIR016

Carga horária adicional do período		
Percurso	Grupo de atividades	Carga Horária
R-01	16003-I-20142-7 - Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	30
R-02	16003-I-20142-8 - Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	30

11º PERÍODO

Atividade Acadêmica	Créditos		Carga Horária			Percurso	Sugestão de período específica do percurso	Grupo	Natureza no grupo	Natureza no percurso	Pré-requisitos
	Mín.	Máx.	Total	Teórica	Prática						
DIG - MED077 - ESTÁGIO EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	33	33	495	50	445	R-01	-	2	OB	OB	CIR018, PED022, ALO006, CLM029, ALO007, OFT038, OFT039
						R-02	-	2	OB	OB	CIR018, PED022, ALO006, CLM029, ALO007, OFT038, OFT039
DIG - MPS020 - GESTÃO DO SISTEMA DE SAÚDE	2	2	30	15	15	R-01	-	1	OB	OB	MPS005
						R-02	-	1	OB	OB	MPS005
DIG - MPS023 - ESTAGIO EM SAÚDE COLETIVA	22	22	330	65	265	R-01	-	2	OB	OB	MPS005, MPS006
						R-02	-	2	OB	OB	MPS005, MPS006

12º PERÍODO

Atividade Acadêmica	Créditos		Carga Horária			Percurso	Sugestão de período específica do percurso	Grupo	Natureza no grupo	Natureza no percurso	Pré-requisitos
	Min.	Máx.	Total	Teórica	Prática						
DIG - MED078 - ESTÁGIO EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA II	20	20	300	0	300	R-01	-	2	OB	OB	CIR018, PED022, ALO006, CLM029, ALO007, OFT038, OFT039
						R-02	-	2	OB	OB	CIR018, PED022, ALO006, CLM029, ALO007, OFT038, OFT039

Carga horária adicional do período		
Percurso	Grupo de atividades	Carga Horária
R-01	16003-I-20142-6 - Estágio - Atividades Optativas	300
R-02	16003-I-20142-6 - Estágio - Atividades Optativas	300

ATIVIDADES DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO:

Atividade acadêmica	Carga Horária			Percurso	Grupo	Natureza no Grupo	Natureza no Percurso	Pré-requisito
	Total	Teórica	Prática					
DIG - ALO008 - ESTÁGIO OPCIONAL EM ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA	300	20	280	R-01	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
				R-02	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
DIG - ALO009 - ESTÁGIO OPCIONAL EM REUMATOLOGIA	300	20	280	R-01	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
				R-02	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
DIG - APM008 - ESTÁGIO OPCIONAL EM ANATOMIA PATOLÓGICA	300	20	280	R-01	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
				R-02	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
DIG - CIR020 - ESTÁGIO OPCIONAL EM ANESTESIOLOGIA E CLÍNICA DE DOR	300	20	280	R-01	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
				R-02	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
DIG - CIR021 - ESTÁGIO OPCIONAL EM CIRURGIA	300	20	280	R-01	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
				R-02	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
DIG - CLM032 - ESTÁGIO OPCIONAL EM CLÍNICA MÉDICA	300	20	280	R-01	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
				R-02	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
DIG - GOB012 - ESTÁGIO OPCIONAL EM GINECOLOGIA	300	20	280	R-01	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
				R-02	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
DIG - IMA008 - ESTÁGIO OPCIONAL EM DIAGNÓSTICO POR IMAGEM	300	20	280	R-01	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
				R-02	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011

Atividade acadêmica	Carga Horária			Percurso	Grupo	Natureza no Grupo	Natureza no Percurso	Pré-requisito
	Total	Teórica	Prática					
DIG - MED097 - ESTÁGIO OPCIONAL EM OBSTETRÍCIA E PERINATOLOGIA	300	20	280	R-01	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
				R-02	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
DIG - MED098 - ESTÁGIO EM ATENÇÃO PRIMÁRIA INTEGRADA	300	30	270	R-01	6	OP	OP	PED022, CLM029, GOB011
				R-02	6	OP	OP	PED022, CLM029, GOB011
DIG - MPS032 - ESTÁGIO OPCIONAL EM GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA	300	20	280	R-01	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
				R-02	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
DIG - OFT040 - ESTÁGIO OPCIONAL EM OTORRINOLARINGOLOGIA	300	20	280	R-01	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
				R-02	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
DIG - OFT041 - ESTÁGIO OPCIONAL EM OFTALMOLOGIA	300	20	280	R-01	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
				R-02	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
DIG - PED030 - ESTÁGIO OPCIONAL EM CLÍNICA PEDIÁTRICA	300	20	280	R-01	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
				R-02	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
DIG - PED031 - ESTÁGIO OPCIONAL EM ESPECIALIDADES PEDIÁTRICAS	300	20	280	R-01	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
				R-02	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
DIG - PRO073 - ESTÁGIO OPCIONAL EM PATOLOGIA CLÍNICA	300	20	280	R-01	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
				R-02	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
DIG - SAM028 - ESTÁGIO OPCIONAL EM PSIQUIATRIA	300	20	280	R-01	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011
				R-02	6	OP	OP	CIR018, PED022, CLM029, GOB011

ATIVIDADES SEM PERÍODO SUGERIDO:

Atividade Acadêmica	Carga Horária			Percurso	Grupo	Natureza no Grupo	Natureza no Percurso	Pré-requisito
	Total	Teórica	Prática					
DIG - ALO002 - ORTOPEDIA	60	15	45	R-01	9	OP	OP	CLM026
				R-02	10	OP	OP	CLM026
DIG - ALO004 - REUMATOLOGIA	60	0	60	R-01	9	OP	OP	CLM026
				R-02	10	OP	OP	CLM026
DIG - APM004 - MEDICINA LEGAL E DEONTOLOGIA MEDICA II	60	30	30	R-01	9	OP	OP	-
				R-02	10	OP	OP	-
DIG - APM006 - TÓPICOS EM ANATOMIA PATOLOGICA	15	15	0	R-01	9	OP	OP	-
				R-02	10	OP	OP	-
DIG - BIG015 - TOPICOS EM ECOLOGIA E SAUDE	30	30	0	R-01	9	OP	OP	-
				R-02	10	OP	OP	-
DIG - CIR005 - ANESTESIOLOGIA	60	15	45	R-01	9	OP	OP	CLM026
				R-02	10	OP	OP	CLM026
DIG - CIR007 - TOPICOS EM CIRURGIA	15	15	0	R-01	9	OP	OP	CIR014
				R-02	10	OP	OP	CIR014

Atividade Acadêmica	Carga Horária			Percurso	Grupo	Natureza no Grupo	Natureza no Percurso	Pré-requisito
	Total	Teórica	Prática					
DIG - CIR008 - UROLOGIA	60	15	45	R-01	9	OP	OP	CLM026
				R-02	10	OP	OP	CLM026
DIG - CIR009 - ANATOMIA CIRURGICA	60	15	45	R-01	9	OP	OP	CLM026
				R-02	10	OP	OP	CLM026
DIG - CIR010 - COLOPROCTOLOGIA	30	15	15	R-01	9	OP	OP	CLM025, APM002, IMA003, CIR014
				R-02	10	OP	OP	CLM025, APM002, IMA003, CIR014
DIG - CIR011 - NEUROCIRURGIA	60	15	45	R-01	9	OP	OP	CLM026
				R-02	10	OP	OP	CLM026
DIG - CIR012 - CIRURGIA PEDIATRICA	30	14	16	R-01	9	OP	OP	CLM025, APM002, CIR014
				R-02	10	OP	OP	CLM025, APM002, CIR014
DIG - CIR019 - CIRURGIA CARDIOVASCULAR	30	20	10	R-01	9	OP	OP	FIB040, APM002
				R-02	10	OP	OP	FIB040, APM002
DIG - CLM008 - DERMATOLOGIA	60	15	45	R-01	9	OP	OP	CLM025
				R-02	10	OP	OP	CLM025
DIG - CLM009 - ONCOLOGIA	60	15	45	R-01	9	OP	OP	CLM026
				R-02	10	OP	OP	CLM026
DIG - CLM011 - TOPICOS EM CLINICA MEDICA	15	15	0	R-01	9	OP	OP	CLM025
				R-02	10	OP	OP	CLM025
DIG - CLM012 - GERIATRIA	60	15	45	R-01	9	OP	OP	CLM026
				R-02	10	OP	OP	CLM026
DIG - CLM019 - ENDOCRINOLOGIA DO ADULTO	60	0	60	R-01	9	OP	OP	CLM026
				R-02	10	OP	OP	CLM026
DIG - CLM020 - CURSO BAS. INTERP. ELETROCARD. REPOUSO	45	45	0	R-01	9	OP	OP	CLM025
				R-02	10	OP	OP	CLM025
DIG - GOB005 - TOPICOS EM GINECOLOGIA E OBSTETRICIA	15	15	0	R-01	9	OP	OP	CLM025
				R-02	10	OP	OP	CLM025
DIG - GOB006 - MASTOLOGIA	60	15	45	R-01	9	OP	OP	GOB008
				R-02	10	OP	OP	GOB008
DIG - ICB001 - BASES ECOLÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	30	30	0	R-01	9	OP	OP	-
				R-02	10	OP	OP	-
DIG - IMA005 - IMAGEM III	60	15	45	R-01	9	OP	OP	IMA004
				R-02	10	OP	OP	IMA004
DIG - IMA006 - MEDICINA NUCLEAR	60	30	30	R-01	9	OP	OP	CLM025
				R-02	10	OP	OP	CLM025
DIG - LET223 - FUNDAMENTOS DE LIBRAS	60	60	0	R-01	9	OP	OP	-
				R-02	10	OP	OP	-
DIG - MED007 - DOENCAS INFECCIOSAS E PARASITARIAS	60	15	45	R-01	9	OP	OP	CLM026
				R-02	10	OP	OP	CLM026
DIG - MED009 - ENDOSCOPIA DO SISTEMA DIGESTIVO	30	10	20	R-01	9	OP	OP	CLM026
				R-02	10	OP	OP	CLM026

Atividade Acadêmica	Carga Horária			Percurso	Grupo	Natureza no Grupo	Natureza no Percurso	Pré-requisito
	Total	Teórica	Prática					
DIG - MED010 - GASTROENTEROLOGIA	60	15	45	R-01	9	OP	OP	CLM026
				R-02	10	OP	OP	CLM026
DIG - MED011 - HEMATOLOGIA	60	15	45	R-01	9	OP	OP	CLM026
				R-02	10	OP	OP	CLM026
DIG - MED012 - INFORMATICA MEDICA	30	10	20	R-01	9	OP	OP	MPS004
				R-02	10	OP	OP	MPS004
DIG - MED014 - NEUROLOGIA	60	15	45	R-01	9	OP	OP	CLM026
				R-02	10	OP	OP	CLM026
DIG - MED015 - PNEUMOLOGIA	60	15	45	R-01	9	OP	OP	CLM026
				R-02	10	OP	OP	CLM026
DIG - MED017 - TRANSPLANTE DE ORGAOS E TECIDOS	30	30	0	R-01	9	OP	OP	CIR014
				R-02	10	OP	OP	CIR014
DIG - MED020 - HISTORIA DA MEDICINA	15	15	0	R-01	9	OP	OP	-
				R-02	10	OP	OP	-
DIG - MED035 - ESTAGIO EM TOXICOLOGIA CLINICA	60	15	45	R-01	9	OP	OP	CLM025
				R-02	10	OP	OP	CLM025
DIG - MED036 - ESTAGIO CURRICULAR	60	0	60	R-01	9	OP	OP	-
				R-02	10	OP	OP	-
DIG - MED049 - NEFROLOGIA	60	0	60	R-01	9	OP	OP	CLM026
				R-02	10	OP	OP	CLM026
DIG - MED050 - CARDIOLOGIA	60	0	60	R-01	9	OP	OP	CLM026
				R-02	10	OP	OP	CLM026
02G - MED079 - PROGRAMA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA A	90	90	0	R-01	7	OP	OP	-
				R-02	8	OP	OP	-
03G - MED080 - PROGRAMA DE INICIAÇÃO À PESQUISA A	90	90	0	R-01	7	OP	OP	-
				R-02	8	OP	OP	-
02G - MED081 - PROGRAMA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA B	180	180	0	R-01	7	OP	OP	-
				R-02	8	OP	OP	-
03G - MED082 - PROGRAMA DE INICIAÇÃO À PESQUISA B	180	180	0	R-01	7	OP	OP	-
				R-02	8	OP	OP	-
03G - MED083 - PROGRAMA DE INICIAÇÃO À EXTENSÃO B	180	180	0	R-01	7	OP	OP	-
				R-02	8	OP	OP	-
07G - MED084 - DISCUSSÕES TEMÁTICAS	60	60	0	R-01	7	OP	OP	-
				R-02	8	OP	OP	-
09G - MED085 - VIVÊNCIA PROFISSIONAL COMPLEMENTAR A	15	15	0	R-01	7	OP	OP	-
				R-02	8	OP	OP	-
09G - MED086 - VIVÊNCIA PROFISSIONAL COMPLEMENTAR B	90	90	0	R-01	7	OP	OP	-
				R-02	8	OP	OP	-
09G - MED087 - VIVÊNCIA PROFISSIONAL COMPLEMENTAR C	180	180	0	R-01	7	OP	OP	-
				R-02	8	OP	OP	-

Atividade Acadêmica	Carga Horária			Percurso	Grupo	Natureza no Grupo	Natureza no Percurso	Pré-requisito
	Total	Teórica	Prática					
11G - MED088 - ATIVIDADE ACADÊMICA COMPLEMENTAR A	30	30	0	R-01	7	OP	OP	-
				R-02	8	OP	OP	-
11G - MED089 - ATIVIDADE ACADÊMICA COMPLEMENTAR B	45	45	0	R-01	7	OP	OP	-
				R-02	8	OP	OP	-
04G - MED090 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS A	15	15	0	R-01	7	OP	OP	-
				R-02	8	OP	OP	-
04G - MED091 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS B	30	30	0	R-01	7	OP	OP	-
				R-02	8	OP	OP	-
03G - MED092 - PROGRAMA DE INICIAÇÃO À EXTENSÃO A	90	90	0	R-01	7	OP	OP	-
				R-02	8	OP	OP	-
DIG - MED093 - TERAPÊUTICA CLÍNICA I	30	30	0	R-01	9	OP	OP	FAR035
				R-02	10	OP	OP	FAR035
DIG - MED094 - TERAPÊUTICA CLÍNICA II	30	30	0	R-01	9	OP	OP	FAR035
				R-02	10	OP	OP	FAR035
DIG - MED095 - TERAPÊUTICA CLÍNICA III	30	30	0	R-01	9	OP	OP	FAR035
				R-02	10	OP	OP	FAR035
DIG - MED096 - TERAPÊUTICA CLÍNICA IV	30	30	0	R-01	9	OP	OP	FAR035
				R-02	10	OP	OP	FAR035
DIG - MED099 - TUTORIA B	30	0	30	R-01	9	OP	OP	MED066
				R-02	10	OP	OP	MED066
DIG - MPS008 - SOCIOLOGIA MEDICA	30	30	0	R-01	9	OP	OP	MPS031
				R-02	10	OP	OP	MPS031
DIG - MPS009 - TECNICA PESQ.BIBL.PLANEJ.TRAB.CIENTIFICO	15	15	0	R-01	9	OP	OP	-
				R-02	10	OP	OP	-
DIG - MPS010 - FUNDAMENTOS PENSAM.CIENTIF.SABER MEDICO	30	30	0	R-01	9	OP	OP	MPS031
				R-02	10	OP	OP	MPS031
DIG - MPS011 - TOPICOS EM SAUDE COLETIVA	15	15	0	R-01	9	OP	OP	-
				R-02	10	OP	OP	-
DIG - MPS024 - ETICA E DIREITO MEDICO	45	45	0	R-01	9	OP	OP	PED017
				R-02	10	OP	OP	PED017
DIG - MPS025 - ECONOMIA DA SAUDE	30	30	0	R-01	9	OP	OP	-
				R-02	10	OP	OP	-
DIG - OFT035 - OTORRINOLARINGOLOGIA	60	0	60	R-01	9	OP	OP	CLM025
				R-02	10	OP	OP	CLM025
DIG - OFT106 - OFTALMOLOGIA	60	0	60	R-01	9	OP	OP	CLM025
				R-02	10	OP	OP	CLM025
DIG - OFT107 - TOPICOS EM OFTOMOLOGIA	15	15	0	R-01	9	OP	OP	CLM025
				R-02	10	OP	OP	CLM025
DIG - OFT108 - TOPICOS EM OTORRINOLARINGOLOGIA	15	15	0	R-01	9	OP	OP	CLM025
				R-02	10	OP	OP	CLM025

Percurso	Semestres			Carga horária de matrícula por semestre		Carga horária em atividades obrigatória		Carga horária em atividades optativa		Carga horária em estágio obrigatório		Carga horária em atividades de formação complementar preestabelecida		Carga horária em atividades de formação complementar aberta		Carga horária em atividades de formação livre		Total (Carga horária mínima para integralização)
	Mínimo	Padrão	Máximo	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima	
R-01	12	12	20	405	-	4650	4650	420	420	2895	2895	0	0	0	0	120	120	8085
R-02	12	12	20	405	-	4650	4650	300	300	2895	2895	0	0	180	180	60	60	8085

Grupos de atividades:

Grupo		Percurso		Natureza do Grupo	Pref.	Propriedades do grupo não predefinido			Carga Horária		Regras	
Identificador	Nome	Identificador	Natureza no percurso			Tipo de formação	Permite atividades		Mín.	Máx.	Pré-requisitos	Integralização
				Do próprio curso	Do próprio percurso							
7	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	R-01	OB	OB	Sim	-	-	240	240	-	-	
8	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	R-02	OB	OB	Sim	-	-	150	150	-	-	
2	Estágio - Atividades Obrigatórias	R-01	OB	EC	Sim	-	-	2595	2595	-	-	
		R-02	OB									
6	Estágio - Atividades Optativas	R-01	OB	EC	Sim	-	-	300	300	-	-	
		R-02	OB									
5	Formação Complementar Aberta	R-02	OB	OB	Não	Complementar aberta	Não	Não	180	180	-	-
3	Formação Livre	R-01	OB	OB	Não	Livre	Não	Não	120	120	-	-
4	Formação Livre	R-02	OB	OB	Não	Livre	Não	Não	60	60	-	-
1	Obrigatórias	R-01	OB	OB	Sim	-	-	4650	4650	-	-	
		R-02	OB									
10	Optativas	R-02	OB	OB	Sim	-	-	150	150	-	-	
9	Optativas	R-01	OB	OB	Sim	-	-	180	180	-	-	

Tipos de atividades

Código	Descrição
DIG	DISCIPLINA GRADUAÇÃO
02G	Iniciação a docência ou monitoria
03G	Inici cient, projeto extensão ou pesq
07G	Discussões temáticas
09G	Vivência profissional complementar

Código	Descrição
11G	Outros
04G	Participação em eventos

Regras curriculares

Não há regras curriculares.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

**REFERENCIAIS CURRICULARES NACIONAIS DOS
CURSOS DE BACHARELADO E LICENCIATURA**

Brasília – Abril de 2010

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação
Fernando Haddad

Secretário-Executivo
José Henrique Paim Fernandes

Secretária de Educação Superior
Maria Paula Dallari Bucci

Diretor de Regulação e Supervisão da Educação Superior
Paulo Roberto Wollinger

Coordenadores do Projeto
Paulo Roberto Wollinger
Gustavo Henrique Moraes

Equipe Técnica
Cleunice Matos Rehem
Elisabete Furtado Maia
Francisca Cordelia Oliveira da Silva
Heloisa Helena Medeiros da Fonseca
Sandra Regina Afonso
Gustavo Henrique Moraes
Paulo Roberto Wollinger
Ronaldo Lima de Matos
Thiago Oliveira Nunes

Revisão
Francisca Cordelia Oliveirada Silva
Gustavo Henrique Moraes
Heloisa Helena Medeiros da Fonseca
Paulo Roberto Wollinger
Sandra Regina Afonso

Dados de Catalogação
Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura/Secretaria de Educação Superior.–
Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Superior, 2010. 99p.

1. Referenciais Nacionais de Graduação. 2. Políticas públicas em educação. 3. Regulação da Educação Superior. 4. Supervisão da Educação Superior.

Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios – Bloco L
70.047-900 – Brasília – DF
Telefone: 0800-616161
Portal: www.mec.gov.br

INTRODUÇÃO

A elevação da escolaridade, para qualquer país contemporâneo, representa elevação dos padrões sociais, pela consolidação cultural, melhoria da qualidade de vida, inclusão social e maior liberdade de construção dos destinos de cada cidadão. No Brasil isto não é diferente. À medida que a elevação da escolaridade se consolida, todos os indicadores sociais se elevam. O ensino superior, por seu turno, tem duplo papel no desenvolvimento social: além da construção da cidadania pela formação de profissionais bem qualificados, para os desafios da crescente complexidade tecnológica presente em todas as áreas da atividade humana, deve também buscar soluções inovadoras aos novos desafios e exigências do país.

Em face deste desafio, o Brasil está consolidando a Educação Superior através da expansão e interiorização da Rede Pública Federal, com as novas Universidades e Institutos Federais e seus *campi*, da recomposição de seu corpo docente e técnico administrativo, do aumento da oferta de vagas através do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Financiamento Estudantil (FIES), além do intenso trabalho de formação de professores para a Educação Básica. Tais esforços, que primam sempre pela busca da qualidade educacional, já mostram seus efeitos de inclusão social e construção da cidadania para um país de muitos contrastes e diversidade.

Ainda assim, apesar da educação superior ter se expandido nos últimos anos mais que em toda sua história, para cumprir seu papel social, é preciso avançar ainda mais. Hoje o Brasil tem cerca de seis milhões de alunos no ensino superior, mas para sintonizar-se à realidade internacional, deverá atingir nos próximos anos o dobro desse contingente. Dadas as condições atuais, essa meta será atingida.

Nesse sentido a educação superior ocupa papel estratégico na construção social brasileira, mas sua efetividade pode ser comprometida se não houver sintonia entre a oferta educativa e as demandas sociais e profissionais. Tais demandas se estendem desde a área de saúde, às tecnologias, humanidades e artes, que se valem das ciências básicas para desenvolverem saberes, que se desdobram em tecnologias que resolvem problemas, aprimoram comportamentos, enriquecem a cultura e as relações pessoais e sociais.

A educação superior brasileira encontra-se em situação singular: precisa expandir-se como demanda social, mas tem uma distribuição de oferta desproporcional, cuja expansão poderá comprometer sua função social. A desproporcionalidade da oferta manifesta-se de duas formas: uma grande concentração de vagas em uns poucos cursos, com conseqüente carência nos demais, e uma extrema pulverização das denominações, o que dificulta identificar perfis formativos sintonizados à realidade social e econômica.

Os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura compõem uma das ações de sintonia da educação superior às demandas sociais e econômicas, sistematizando denominações e descritivos, identificando as efetivas formações de nível superior no Brasil. A cada perfil de formação, associa-se uma única denominação e vice-versa, firmando uma identidade para cada curso.

Os principais efeitos dos Referenciais são: a facilidade de identificação de cursos e vocações para os jovens que buscam o ensino superior; para os pais, professores e gestores educacionais, uma melhor compreensão do alcance da educação superior; para o mundo do trabalho, uma melhor identificação de profissionais e suas formações.

Os Referenciais Curriculares não esgotam as possibilidades formativas, serão atualizados segundo as novas demandas educacionais e ao aprimoramento dos perfis formativos, como um instrumento de consolidação da educação superior, preparando os alunos em bases científicas, tecnológicas e humanísticas que lhes permitam posicionar-se frente às transformações políticas e sociais e incorporar-se na vida produtiva.

Fernando Haddad
Ministro da Educação

APRESENTAÇÃO

A expansão da oferta do Ensino Superior no Brasil apresentou, na última década, um ritmo de crescimento sem precedentes históricos. Neste curto período, os números de cursos de graduação e de estudantes neles matriculados foram multiplicados por dois. Hoje, o Brasil conta com aproximadamente seis milhões de estudantes do ensino superior distribuídos em um universo de pouco mais de vinte e seis mil cursos. Este crescimento da educação formal representa um avanço nas conquistas de toda a população e é fundamental para que o país continue elevando a qualidade de seus índices sociais e econômicos. No entanto, ainda há mais para avançar. Um desafio para a década que se inicia é de novamente dobrar estes números, proporcionando mais um salto quantitativo para a Educação e qualitativo para a Sociedade Brasileira. De acordo com o que define o Plano Nacional da Educação (PNE), não se pode perder de foco a necessidade de “planejar a expansão com qualidade, evitando-se o caminho fácil da massificação”.

De acordo com essa diretriz maior, a Secretaria de Educação Superior (SESu) tem trabalhado para corrigir algumas assimetrias verificadas neste processo de crescimento. Atualmente, poucas especialidades concentram grande parte do total das matrículas, enquanto outras, igualmente demandadas pela sociedade brasileira, apresentam carência em número de vagas e de distribuição pelo território nacional. É preciso, portanto, valorizar esta pluralidade, incentivando a oferta diversificada de cursos segundo as demandas sociais e econômicas.

Outra assimetria a ser corrigida diz respeito ao ampliado número de variações de denominações dos cursos superiores, as quais nem sempre correspondem a uma formação específica. Dentre os mais de vinte e seis mil cursos de graduação em oferta no Brasil, temos cerca de cinco mil diferentes nomenclaturas. Mesmo para os cursos com Diretriz Curricular consolidada, há muitas variações nas denominações para projetos que enfocam o mesmo perfil formativo. Conseqüência imediata deste desacerto é a dificuldade de jovens, pais, empregadores e a sociedade em geral, identificarem a educação superior com as demandas sociais e profissionais, além de comprometer o sistema de avaliação da qualidade.

É dentro da perspectiva da melhoria da qualidade de ensino, apoiada pelo fortalecimento dos perfis formativos das mais diversas especialidades, que os **Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelados e Licenciatura** foram construídos ao longo de 2009. Os Referenciais privilegiam as nomenclaturas historicamente consolidadas, apoiadas pelas legislações regulamentadoras de profissões e pelas diretrizes curriculares para os cursos de graduação. Juntos, compõem um conjunto de descritivos que apontam: o perfil do egresso, os temas abordados na formação, os ambientes em que o profissional poderá atuar e a infraestrutura mínima recomendada para a oferta. Ele não restringe as instituições na construção dos projetos pedagógicos, uma vez que traça um referencial que não é limitador, mas orientador. Portanto, cada Instituição de Ensino Superior pode, respeitando as orientações do referencial, inserir novas temáticas e delinear linhas de formação no curso. Ainda assim, o fato de se inserirem em denominações agregadas segundo a maior densidade acadêmica contribuirá para a qualidade da formação.

A sua construção partiu da sistematização inicial das informações do Sistema Integrado de Informações da Educação Superior (SiedSup), das Diretrizes Curriculares vigentes e da legislação das profissões regulamentadas. A partir disto, a SESu elaborou uma versão inicial dos Referenciais através de várias oficinas realizadas pelo país, com a participação de professores, coordenadores de cursos e especialistas das várias áreas da educação superior ao longo do ano de 2009. Uma vez construídos, os Referenciais foram submetidos a consultas públicas por meio eletrônico na página do MEC. Todas as instituições de ensino superior foram formalmente convidadas a participar da consulta. Foram recebidas cerca de seis mil contribuições aos Referenciais, vinda de instituições e da sociedade em geral, aprimorando o texto ou incluindo novas denominações.

Um conceito inovador destacado pelos Referenciais é o de Linha de Formação. A Linha de Formação pode particularizar um curso, traduzindo através de seu Projeto Pedagógico uma determinada vocação institucional, enfocando aspectos teóricos ou práticos e atendendo os arranjos produtivos ou sociais locais. Não se configuram, no entanto, como habilitações, não compoem o nome do curso, uma vez que as habilitações do egresso devem possuir caráter mais abrangente, definidas pelas suas diretrizes curriculares e em alguns casos pela legislação regulamentadora da profissão. Desta forma, manifesta-se através das competências especializadas desenvolvidas pelo aluno ao longo de sua formação e pelo detalhamento em seu histórico escolar.

Esse documento apresenta, como anexo, a Lista de Convergência de Denominação (DE → PARA). Ela é uma lista dos nomes dos cursos em oferta, na coluna DE, e as sugestões de denominação a serem adotadas, na coluna

PARA. A convergência foi realizada por especialistas nas áreas e deve ser entendida como sugestão de conversão ou de nova denominação. Cabe à Instituição de Ensino Superior, com base nas características de cada curso, adotar a denominação que julgar pertinente e, se necessário, adaptar o projeto pedagógico, para aplicação já no próximo edital de processo seletivo. Os aditamentos dos atos autorizativos serão efetuados mediante preenchimento de formulário eletrônico específico disponibilizado pela SESu no sistema e-MEC. Nos casos em que uma denominação específica não esteja contemplada no DE → PARA, as Instituições ofertantes deverão contatar a SESu a respeito dos procedimentos a serem adotados.

A adoção da convergência de denominação tem diversas conseqüências positivas para o processo educacional. Possibilita a percepção de identidades entre diversos cursos oferecidos por diferentes instituições ou mesmo por grandes instituições, em diferentes localidades. Com isso, contribui para facilitar os processos de intercâmbio e mobilidade estudantil. O reconhecimento de estudos e a aceitação de créditos cursados em regime de intercâmbio passarão a ocorrer de forma mais ágil e fácil do que ocorre atualmente, proporcionando intensificação de uma rica troca de experiências acadêmicas. Essa tendência, cabe registrar, vem se intensificando no mundo todo, em especial nos países integrados ao Espaço Europeu de Educação Superior, em vias de se constituir. A construção da Lista de Convergência vem sendo acompanhada com interesse pelas autoridades desses países.

Outro efeito benéfico da convergência de denominações reside na maior precisão das informações relativas à educação superior. A lista de denominações utilizada pelo Ministério da Educação é referência para o Censo Educacional, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), além de coletas de dados realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outros sistemas oficiais.

Finalmente, cumpre destacar a avaliação da educação superior. A dinâmica instituída a partir da Lei do SINAES baseia-se precipuamente no ENADE, exame realizado a cada três anos com os alunos egressos dos diversos cursos superiores, voltado à aferição das competências adquiridas ao longo do período de formação. A comparabilidade entre os cursos é um fator importante para a significação dos resultados do ENADE.

Esta sugestão de convergência pode apontar para um dos três únicos graus consolidados historicamente na Educação Superior brasileira: os Bacharelados que se configuram como cursos superiores generalistas, de formação científica e humanística, que conferem, ao diplomado, competências em determinado campo do saber para o exercício de atividade acadêmica, profissional ou cultural; as Licenciaturas que são cursos superiores que conferem, ao diplomado, competências para atuar como professor na educação básica; e os Cursos Superiores de Tecnologia que são graduações de formação especializada em áreas científicas e tecnológicas, que conferem, ao diplomado, competências para atuar em áreas profissionais específicas.

Por fim, é importante destacar que os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura não se configuram como os já superados *currículos mínimos*, nem devem ser entendidos como diretriz curricular, visto que sua construção pautou-se pelas Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação. O documento ora apresentado constitui uma versão inicial, que deverá ser revista e atualizada a cada ano, considerando-se a necessidade de sintonizar-se com as constantes mudanças científicas, tecnológicas e sociais que têm impacto na educação superior. As dúvidas poderão ser sanadas por meio do endereço eletrônico **referenciais.sesu@mec.gov.br**.

O desafio na construção e implantação dos Referenciais Curriculares Nacionais é compatibilizar as vantagens da convergência de denominações e descritivos para aumentar a densidade e significância acadêmica de cada um dos cursos com a necessidade de aumentar a diversidade de formações, superando o peso excessivo que a visão das profissões mais estabelecidas exerceu historicamente sobre a formação de nível superior.

Esperamos ter superado o desafio, estabelecendo essa primeira versão dos Referenciais e da Lista de Convergência de Denominações, de maneira a fortalecer o processo de expansão e qualificação da educação superior no País.

Maria Paula Dallari Bucci
Secretária de Educação Superior

Paulo Roberto Wollinger
Diretor de Regulação e Supervisão da Educação Superior

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
Cursos de Graduação (Bacharelados e Licenciaturas)

Ord.	Nome do Curso - Grau	Carga Horária (horas)	Integralização (anos)	Código OCDE
1	Administração - Bacharelado	3000	4	345A01
2	Agronomia - Bacharelado	3600	5	621A04
3	Arqueologia - Bacharelado	2400	4	225A01
4	Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado	3600	5	581A05
5	Artes Visuais - Bacharelado	2400	4	211A02
6	Artes Visuais - Licenciatura	2800	3	146F04
7	Biblioteconomia - Bacharelado	2400	3	322B01
8	Biomedicina - Bacharelado	3200	4	421B07
9	Ciência da Computação - Bacharelado	3000	4	481C01
10	Ciências Biológicas - Bacharelado	3200	4	421C01
11	Ciências Biológicas - Licenciatura	2800	3	145F01
12	Ciências Atuariais - Bacharelado	3000	4	462C01
13	Ciências Contábeis - Bacharelado	3000	4	344C02
14	Ciências Econômicas - Bacharelado	3000	4	314E02
15	Ciências Naturais - Licenciatura	2800	3	145F02
16	Ciências Sociais - Bacharelado	2400	4	310C02
17	Ciências Sociais - Licenciatura	2800	3	145F24
18	Cinema e Audiovisual - Bacharelado	2700	4	321C01
19	Dança - Bacharelado	2400	3	212D01
20	Dança - Licenciatura	2800	3	146F07
21	Design - Bacharelado	2400	4	214D05
22	Direito - Bacharelado	3700	5	380D01
23	Educação Física - Bacharelado	3200	4	720E01
24	Educação Física - Licenciatura	2800	3	146F15
25	Enfermagem - Bacharelado	4000	5	723E01
26	Engenharia Aeronáutica - Bacharelado	3600	5	525E04
27	Engenharia Agrícola - Bacharelado	3600	5	621E03
28	Engenharia Ambiental e Sanitária - Bacharelado	3600	5	520E02
29	Engenharia Cartográfica e de Agrimensura - Bacharelado	3600	5	582E02
30	Engenharia Civil - Bacharelado	3600	5	582E03
31	Engenharia de Alimentos - Bacharelado	3600	5	541E01
32	Engenharia de Bioprocessos - Bacharelado	3600	5	524E01
33	Engenharia de Computação - Bacharelado	3600	5	523E04
34	Engenharia de Controle e Automação - Bacharelado	3600	5	523E11
35	Engenharia de Fortificação e Construção - Bacharelado (*)	3600	5	582E03
36	Engenharia de Materiais - Bacharelado	3600	5	520E04
37	Engenharia de Minas - Bacharelado	3600	5	544E01
38	Engenharia de Pesca - Bacharelado	3600	5	624E01
39	Engenharia de Petróleo - Bacharelado	3600	5	544E07
40	Engenharia de Produção - Bacharelado	3600	5	520E05
41	Engenharia de Telecomunicações - Bacharelado	3600	5	523E12
42	Engenharia Elétrica - Bacharelado	3600	5	522E06
43	Engenharia Eletrônica - Bacharelado	3600	5	523E09
44	Engenharia Florestal - Bacharelado	3600	5	623E01
45	Engenharia Mecânica - Bacharelado	3600	5	521E05
46	Engenharia Mecânica de Armamentos - Bacharelado (*)	3600	5	521E05
47	Engenharia Mecânica de Veículos Militares - Bacharelado (*)	3600	5	521E05
48	Engenharia Metalúrgica - Bacharelado	3600	5	521E06
49	Engenharia Naval - Bacharelado	3600	5	525E08

50	Engenharia Química - Bacharelado	3600	5	524E07
51	Engenharia Têxtil - Bacharelado	3600	5	542E03
52	Estatística - Bacharelado	3000	4	462E01
53	Farmácia - Bacharelado	4000	5	727F01
54	Filosofia - Bacharelado	2400	3	226F01
55	Filosofia - Licenciatura	2800	3	145F08
56	Física – Bacharelado	2400	4	441F01
57	Física - Licenciatura	2800	3	145F09
58	Fisioterapia - Bacharelado	4000	5	726F01
59	Fonoaudiologia - Bacharelado	3200	4	726F03
60	Geografia - Licenciatura	2800	3	145F10
61	Geografia - Bacharelado	2400	4	443G05
62	Geologia - Bacharelado	3600	5	443G06
63	História – Bacharelado	2400	4	225H01
64	História - Licenciatura	2800	3	145F11
65	Informática - Licenciatura	2800	3	146F05
66	Jornalismo - Bacharelado	2700	4	321J01
67	Letras - Língua Estrangeira - Bacharelado	2400	4	222L01
68	Letras - Língua Portuguesa - Bacharelado	2400	4	223L01
69	Letras - Língua Estrangeira - Licenciatura	2800	4	145F14
70	Letras - Língua Portuguesa - Licenciatura	2800	3	145F15
71	Matemática – Bacharelado	2400	4	461M01
72	Matemática - Licenciatura	2800	3	145F18
73	Medicina - Bacharelado	7200	6	721M01
74	Medicina Veterinária - Bacharelado	4000	5	641M01
75	Meteorologia - Bacharelado	3000	4	443M01
76	Museologia - Bacharelado	2400	4	225M01
77	Música – Bacharelado	2400	4	212M02
78	Música - Licenciatura	2800	3	146F20
79	Nutrição - Bacharelado	3200	4	726N02
80	Odontologia - Bacharelado	4000	5	724O01
81	Pedagogia - Licenciatura	3200	4	142P01
82	Psicologia - Bacharelado	4000	5	311P02
83	Publicidade e Propaganda - Bacharelado	2700	4	342P02
84	Química – Bacharelado	2400	4	442Q01
85	Química - Licenciatura	2800	3	145F21
86	Radio, TV, Internet - Bacharelado	2700	4	321R01
87	Relações Internacionais - Bacharelado	2700	4	313R01
88	Relações Públicas - Bacharelado	2700	4	342R01
89	Secretariado Executivo - Bacharelado	2400	3	346S03
90	Serviço Social - Bacharelado	3000	4	762S01
91	Sistemas da Informação - Bacharelado	3000	4	483S02
92	Teatro - Bacharelado	2400	3	212T01
93	Teatro - Licenciatura	2800	3	146F22
94	Teologia - Bacharelado	2400	3	221T01
95	Terapia Ocupacional - Bacharelado	3200	4	726T01
96	Turismo - Bacharelado	2400	4	812T01
97	Zootecnia - Bacharelado	3600	5	621Z01
	(*) Oferta exclusiva das Forças Armadas			

PERFIL DO EGRESSO

Integralização: 6 anos

O **Bacharel em Medicina** ou **Médico** atua, de forma generalista, na promoção da saúde, na prevenção e no tratamento de doenças e na reabilitação do ser humano. Realiza procedimentos clínicos e cirúrgicos em ambulatório e atendimento inicial das urgências e das emergências em todas as fases do ciclo biológico. Avalia, sistematiza e decide as condutas mais adequadas baseadas em evidências científicas. Encaminha casos, para as especialidades médicas, de acordo com a organização do Sistema Único de Saúde do País. Em sua atividade gerencia o trabalho e os recursos materiais, de modo compatível com as políticas públicas de saúde. Atua na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde do indivíduo e da comunidade, primando pelos princípios éticos e de segurança.

TEMAS ABORDADOS NA FORMAÇÃO

Determinantes Sociais, Culturais, Comportamentais, Psicológicos, Ecológicos, Éticos e Legais, nos Níveis Individual e Coletivo, do Processo Saúde-Doença; Bases Moleculares e Celulares dos Processos Normais e Alterados, da Estrutura e Função dos Tecidos, Órgãos, Sistemas e Aparelhos; Políticas e Ações do Sistema Único de Saúde (SUS); Meios de Abordagem ao Paciente para realizar História Clínica e Exame Físico; Fisiopatologia dos Sinais e Sintomas das Doenças, abordando necessariamente as Grandes Áreas – Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia, Cirurgia, Medicina Preventiva e Clínica Médica; Diagnósticos, Prognóstico e Conduta Terapêutica; Promoção da Saúde e Processos Fisiológicos – Gestação, Nascimento, Crescimento e Desenvolvimento, Envelhecimento e Processo de Morte; Ética e Meio Ambiente; Relações Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

AMBIENTES DE ATUAÇÃO

O **Médico** trabalha no serviço de saúde público ou privado. Atua no nível primário em unidades básicas de saúde, na comunidade, em ambulatórios gerais e pronto-socorros; no nível secundário em ambulatórios de especialidade e no nível terciário em hospitais. Em instituições de pesquisa; em clínicas e em consultórios públicos, privados ou da saúde complementar, em planos de saúde e em convênios médicos. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria.

INFRAESTRUTURA RECOMENDADA

Laboratórios de: Anatomia; Histologia; Bioquímica; Fisiologia; Farmacologia; Imunologia; Microbiologia; Parasitologia e Patologia. Laboratório para treinamento de habilidades clínicas, cirúrgicas e de comunicação. Laboratório de Informática com programas especializados. Ambientes de prática médica nos níveis primário, secundário e terciário de atenção à saúde. Biblioteca com acervo específico atualizado.